

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL

Marilha Gabriela Reverendo Garau

**“QUEM SOBREVIVE VAI AO BAILE”**

Uma análise etnográfica, à luz do princípio constitucional da igualdade, das relações entre a Polícia Militar e a comunidade em uma favela ocupada por uma UPP

Niterói,

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL

Marilha Gabriela Reverendo Garau

**“QUEM SOBREVIVE VAI AO BAILE”**

Uma análise etnográfica, à luz do princípio constitucional da igualdade, das relações entre a Polícia Militar e a comunidade em uma favela ocupada por uma UPP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre

Orientador: Dr. Lenin dos Santos Pires

Linha de Pesquisa: Instituições Políticas, Administração Pública e Jurisdição Constitucional

Niterói,

2016

**Banca Examinadora:**

---

Dr. Lenin dos Santos Pires – orientador  
Universidade Federal Fluminense

---

Dr. Daniel Ganem Misse  
Universidade Federal Fluminense

---

Dr. João Trajano Sento-Sé  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

---

Dra. Vivian Gilbert Ferreira Paes  
Universidade Federal Fluminense

G212 Garau, Marilha Gabriela Reverendo

“Quem sobrevive vai ao baile”: uma análise etnográfica, à luz do princípio constitucional da igualdade, das relações entre a Polícia Militar e a comunidade em uma favela ocupada por uma UPP / Marilha Gabriela Reverendo Garau – Niterói, 2016.

126 f.

Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional – Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional) – Universidade Federal Fluminense, 2016.

1. Direito constitucional. 2. Administração pública. 3. Instituições políticas. 4. Jurisdição constitucional. 5. Unidades de Polícia Pacificadora. 6. Segurança pública. 7. Polícia Militar. I. Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Direito, Instituição responsável II. Título.

CDD 241.2

## **RESUMO**

Fruto de pesquisa etnográfica, esta dissertação tem por objeto o conjunto de representações e práticas relativas à proposta de polícia de proximidade presentes nos discursos e práticas de policiais lotados em uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) situada na Região Central da cidade do Rio de Janeiro. A análise considera os arranjos e conflitos peculiares da favela na qual está instalada. O estudo leva em consideração os discursos dos diversos atores da UPP e tem por objetivo identificar em que medida, diante do discurso de policiamento de proximidade, as relações travadas entre a Polícia Militar e moradores da favela foram modificadas, a partir da apropriação, ressignificação ou reinterpretção do projeto. Neste exercício são consideradas as representações sobre a conotação de igualdade no contexto brasileiro quando associadas a áreas faveladas da cidade.

## **PALAVRAS-CHAVE:**

Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs); polícia militar; policiamento de proximidade; práticas policiais; segurança pública;

**ABSTRACT:**

Based on ethnographic research, this dissertation is engaged in the set of representations and practices relating to community policing proposal present in the discourses and police practices who work in a Pacifying Police Unit (UPP) located in the Central Region of Rio de Janeiro city. The analysis considers the peculiar arrangements and conflicts of the slum in which it is installed. The study takes into consideration the speeches of the various actors of the UPP and aims to identify how far, given the community policing discourse, the relationships established between the military police and slum residents have been modified from the appropriation, redefinition or reinterpretation of the project. In this exercise are considered representations on equal connotation in the Brazilian context when associated with slum areas of the city.

**KEYWORDS:**

*Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)*; military police; proximity policing; police practices; public security

## AGRADECIMENTOS

Inicialmente gostaria de agradecer a Deus e ao destino pelas pessoas maravilhosas que foram colocadas em minha vida, sobretudo aquelas que fizeram parte direta dessa trajetória nos últimos dois anos.

Ao programa de pós-graduação em Direito Constitucional pela introdução à academia da forma mais dolorosa que poderia ser possível. Pela possibilidade de vivenciar, empiricamente, os discursos de poder próprios da academia no Direito. A experiência foi fundamental no sentido de identificar o tipo de profissional que não pretendo me tornar.

Gostaria de agradecer ao meu amigo-professor-orientador, Lenin Pires. Não apenas porque disseram que eu deveria fazê-lo, mas pelo exemplo profissional e modelo de inspiração que representa. Por ter me apresentado a este universo de estudos empíricos e ter me escolhido como orientanda. Gratidão pela luta em permanecer me orientando apesar das (muitas) adversidades. Acima de tudo, agradeço pelo carinho, amizade e cumplicidade. “Toda ação humana, quer se torne positiva ou negativa, precisa de motivação”. Obrigada por instigar em mim interesse pela investigação, por acreditar no meu potencial e nas minhas ideias.

Aos professores Daniel Misse, João Trajano e Vivian Paes pela participação em minha banca em minha banca de defesa. Agradeço a dedicação, atenção e o precioso tempo dedicado a leitura deste trabalho.

Não posso deixar de agradecer também aos professores Rogério Dutra e Luciane Patrício pela generosa leitura de meu projeto de pesquisa. Certamente contribuíram de maneira significativa na definição do caminho a ser seguido.

Agradeço imensamente aos pesquisadores do InEAC: Ana Paula Miranda, Boris Maia, Bruno Mibielli, Fábio Mota, Frederico Policarpo, Gláucia Mouzinho, Izabel Nuñez, Kant de Lima, Marcus Cardinelli, Marcus Veríssimo, Michel Lobo, Pedro Heitor, Paloma Monteiro, Ronaldo Lobão, Sabrina Souza, Victor Rangel, Yolanda Ribeiro. Através deles pude encontrar o outro lado da academia. Agradeço também ao InEAC pela experiência de integrar a Equipe de Coordenação do Curso de Formação da Guarda Municipal de Niterói e

(re)conhecer as colegas Vivian Paes, Izabella Pimenta, Talitha Rocha, Joelma Azevedo e Katia Mello.

Aos colegas do LAESP: Betânia Muller, Carina Santos, Fábio de Medina, Gabriel Borges, Solano Santos. Pelas reuniões formais (na mesa do bar) que sempre rendiam excelentes reflexões.

Elizabeth Albernaz pelas reflexões durante o curso da pesquisa ‘Saber Policial’ que contribuíram na produção deste trabalho.

Bianca Ribeiro e Mariana Vianna por compartilharem comigo experiências de vida e do campo.

Aos meus colegas de turma, em especial Ana Beatriz e Juliana Mulatinho, por nossos diálogos, ensaios, viagens acadêmicas e, principalmente, pela amizade que construímos nesses dois últimos anos.

Aos amigos do TaCAP: Agonia, Casado, Crioulo, Dali, Estagiário, Incendiária, Incisiva, Gringo, Madrugador, Messias, Mulan, Oráculo, Panfletária, Sortudo, Terra, Tsunami, Wolverine. Pelo respeito, compreensão, pelas muitas ~~ervejas~~ xícaras de café. Agradeço por compartilharem comigo alguns devaneios astrológicos e o sonho da assessoria popular.

Vladimir. Pela paciência, pelo sorriso, pelo abraço, pela mão estendida e pelo incentivo nos meus momentos de loucura. Porque “amores perfeitos não geram novos sonhos”.

Aos policiais militares da Unidade de Polícia Pacificadora do Morro da Providência que me receberam com tanta atenção e compartilharam comigo parte do mundo deles que para mim era desconhecido.

Agradeço também à minha mãe. A mulher que me ensinou sobre humildade, gratidão, solidariedade e amor ao próximo.



Quero agradecer também à minha (sempre) pequena irmã, que eu tanto admiro, pela amizade, compreensão e incentivo em todos os momentos, embora a diferença de idade teime em nos distanciar. Sou capaz de enfrentar novos desafios, pois sei que você estará sempre ao meu lado e me terá como um modelo para suas decisões.

Aos meus dois queridos pais, agradecer por tanto carinho e dedicação. Afinal, pouca gente no mundo tem a sorte de ter durante a vida dois pais maravilhosos: um que me desejou, sonhou comigo nos tempos da juventude, escolheu meu nome antes mesmo de conhecer a mulher da vida dele e me amou mais do que tudo, até seu último suspiro; e outro que foi um verdadeiro presente de Deus, que me criou, brincou comigo, ensinou o certo e o errado, me deu irmãos e passou os ensinamentos e verdades da vida.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo fomento.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE SIGLAS .....</b>	<b>11</b>
<b>PRÓLOGO .....</b>	<b>14</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>1. APRESENTAÇÃO DO UNIVERSO DE PESQUISA .....</b>	<b>22</b>
1.1. Linhas sobre minha trajetória acadêmica .....	22
1.2. A entrada no campo e a (re)definição do objeto de pesquisa .....	29
1.3. Considerações sobre o método .....	32
1.4. Metodologia .....	34
<b>2. POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE NA UPP PROVIDÊNCIA .....</b>	<b>39</b>
2.1. Morro da Providência: entre os megaeventos e a pacificação .....	40
2.2. UPP Social? Quando a polícia representa o Estado .....	49
2.3. Breve histórico: políticas públicas de segurança pública em favelas cariocas.....	53
2.3.1. Dos GPAEs às UPPs .....	56
<b>3. DISCURSOS E ATUAÇÃO POLICIAL NA UPP PROVIDÊNCIA .....</b>	<b>64</b>
3.1. Atores policiais e contrastes entre discursos .....	64
3.2. “Gerações perdidas” e “Sementinhas do mal”: representações policiais sobre a favela e seus moradores .....	72
3.3. O papel das policiais femininas .....	79
3.4. Controle e dominação: hoje tem baile? .....	84
3.5. “Vamos militarizar a porra toda” .....	87
<b>4. OS RUMOS DITADOS PELO COMANDO DA UPP .....</b>	<b>94</b>
4.1. O subcomandante .....	94
4.2. Formação policial .....	104
4.3. Hierarquia e fazer policial .....	109
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>115</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>119</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS DE SIGLAS**

BPM – Batalhão de Polícia Militar

CV – Comando Vermelho

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAPPC – Curso de Aprimoramento da Prática Policial Cidadã

CFAP – Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças

CPP – Coordenadoria de Polícia Pacificadora

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

DPO – Destacamento de Policiamento Ostensivo

FJJ – Federação de Jiu-Jitsu

FJJD – Federação de Jiu-Jitsu Desportiva

GPAAE – Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais

GTPP – Grupamento Tático de Polícia Pacificadora

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCT-InEAC: Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos

IFCS - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

IPP – Instituto Pereira Passos

ISP – Instituto de Segurança Pública

FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

NEPEAC - Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão de Administração Institucional de Conflitos

PM - Polícia Militar ou policial militar

PMERJ - Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

PPC - Posto de Policiamento Comunitário

PPGDC - Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional

PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas

SMU – Secretaria Municipal de Habitação

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UPP - Unidade de Polícia Pacificadora

**“Mas não dá *pra* entender a cabeça do homem  
UPP pra melhorar e o Amarildo some”**

(UPP, MC FL)

## PRÓLOGO

Rio de Janeiro, junho de 2014. Em função da Copa do Mundo de Futebol, os moradores da favela pareciam empolgados. Animados pelo espírito patriota comum a essa época, haviam preparado uma infraestrutura para assistir aos jogos na Praça Principal, no alto do morro. Depois de diversas negociações entre o Comando da Unidade de Polícia Pacificadora e a Associação de Moradores daquela dita Comunidade, a Polícia Militar autorizou a instalação de um telão para que os moradores pudessem acompanhar as partidas nos dias de jogos da Seleção.

Naquele dia a partida era entre as seleções de Brasil e Chile. Já passavam das 17 horas e a partida estava empatada. A tensão era grande. Aos 10 minutos do segundo tempo, em uma jogada bem elaborada, o ala esquerdo Marcelo lançou o atacante Hulk que matou no peito antes de fulminar o gol adversário. Os moradores explodiram de alegria, gritando, se abraçando. Os telespectadores, mais distantes do telão, soltaram bombinhas e no meio da algazarra não perceberam que o gol foi anulado. Segundo o juiz, o atacante teria ajeitado a bola com o braço antes de marcar. Alguns torcedores, mais exaltados, lançaram foguetes em manifestação de descontentamento. Foi quando fragmentos de um dos artefatos atingiram uma das casas próximas a um beco, que imediatamente começou a pegar fogo.

Deflagrado o incêndio os moradores, desesperados, pediram ajuda à polícia para apagar o fogo enquanto aguardavam a chegada do Corpo de Bombeiros. Imediatamente o Tenente, então subcomandante da UPP, convocou todos os presentes para ajudar a combater às chamas. Colocou-se à frente da “operação de salvamento” (sic), encorajando todos os presentes a ajudar na empreitada na busca por água. Entretanto, conforme ele me disse meses mais tarde, os baldes de água que chegavam em suas mãos, eram dispensados, sem que os moradores pudessem ver. A água era jogada para longe do fogo, no muro de uma casa que não fora ainda atingida pelo incêndio. Embora não tivesse a real intenção de ajudar, foi representado pelos moradores naquela situação como o “passarinho da fábula” (sic).

Os bombeiros demoraram a chegar. O saldo: várias casas se incendiaram completamente, consumindo tudo de seus moradores. Um deles, transtornado, descarregou toda sua irritação agredindo um dos bombeiros. Com a nova confusão instalada, a Polícia foi acionada mais uma vez, afastando as partes mediante uso de armas.

Já era noite na favela. Horas mais tarde, porém, esse mesmo homem que agredira o bombeiro por ter perdido sua casa e tudo que possuía na vida estava presente no baile funk. Agradeceu à polícia pela “brilhante atuação mais cedo”.

Quando narrava essa história para mim, a qual descreverei com detalhes no último capítulo dessa dissertação, o Sub-comandante concluiu com uma frase o que lhe parecia ser a essência da vida daquelas pessoas: “quem sobrevive vai ao baile”.

## INTRODUÇÃO

A proposta de policiamento comunitário é inspirada no modelo implementado nos Estados Unidos e Canadá, cujos resultados são fruto de um processo de experimentação iniciado na década de 50. A partir dessa experiência institucional é que o conceito de policiamento comunitário recebe a conotação que tem hoje (SKOGAN, 2008).

O objetivo do projeto envolve a constituição de uma equipe de policiamento de referência para cada área específica da cidade; a sensibilização e atenção da comunidade aos problemas correlatos à criminalidade; o envolvimento dos cidadãos para com a prevenção de delitos; a atuação policial sobre as causas do crime e não somente sobre o crime em si.

A partir desta proposta foi possível compreender que a categoria não deve ser simplesmente articulada à práticas policiais, mas, ao contrário, deve estar associada aos fundamentos das estratégias assumidas institucionalmente, visando a adaptação do modelo do policial-profissional ao ambiente em que irá atuar. Sendo assim, a estrutura do próprio conceito guarda relação com ações práticas, numa proposta em que o envolvimento com a comunidade, a descentralização de poder e a ênfase na solução de questões que afetem o cotidiano devem estar presentes.

O principal eixo estruturador do policiamento comunitário é o envolvimento com a população na tomada de rumos da ação policial. Por esta perspectiva a comunidade pode participar da organização policiais de diversas maneiras, seja a partir do registro de crimes, melhora das condições de conservação dos espaços públicos ou ainda a partir da vigilância direta sobre determinadas áreas do bairro. Além disso, a participação da comunidade pressupõe a supervisão das atividades policiais, sendo necessário a construção de canais que viabilizem tal proposta.

A descentralização consistiria na divisão da cidade em pequenas áreas, facilitando a supervisão de espaços menores, no qual seriam policiais para atuação permanente na região. Nesse sentido, as ações desenvolvidas naquele espaço são tomadas pelos agentes que lá atuam, a partir de diagnósticos voltados para o aperfeiçoamento dos resultados alcançados. Tais ações devem estar pautadas nos pressupostos anteriores, sendo construída a partir do fluxo de informações entre policiais e moradores da área.



Por fim, a solução de questões deve ser feita a partir da relação polícia x liderança comunitária. A proposta envolve o mapeamento das principais demandas da comunidade. A partir da compreensão dos fatores que determinam a ocorrência de determinado delito, deve-se traçar uma estratégia de intervenção, sempre informando à comunidade sobre os resultados das ações resultantes na prevenção de conflitos.

Passadas décadas de experiências no âmbito da promoção de programas de segurança pública no Rio de Janeiro, o Governo do Estado do Rio de Janeiro lançou uma política pública inspirada no modelo comunitário de policiamento proclamada em seus primeiros momentos enquanto solução para a questão da violência, particularmente nas localidades conhecidas como favelas. Houve neste sentido, uma imensa mobilização em torno de modelos inspirados em policiamento comunitário e/ou de proximidade. Tais políticas públicas são conhecidas e foram popularizadas como Unidades de Polícia Pacificadora, as UPPs.

As Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) são apresentadas em 2008 como uma aposta do governo estadual do Rio de Janeiro como uma possível solução para redução da questão da violência no Estado. A medida teria como foco principal o controle armado de facções criminosas que atuam em favelas cariocas.

A experiência-piloto aconteceu em dezembro de 2008 no início do primeiro mandato do ex-governador Sérgio Cabral. A favela Santa Marta, localizada em Botafogo, na Zona Sul do Rio de Janeiro foi a primeira a ser ocupada. Atualmente, sete anos após a primeira experiência, há 38 Unidades de Polícia Pacificadora onde um efetivo de 9.543 policiais militares atuam nas favelas cariocas<sup>1</sup>.

Embora na prática as UPPs existam desde então, a normatização da existência do projeto aconteceu apenas no ano seguinte, em 2009. Curiosamente os decretos que formalizaram a existência das Unidades foram publicados via Boletim da Polícia Militar e não pelo próprio governador do Estado. O primeiro<sup>2</sup> e o segundo<sup>3</sup> decreto sobre o assunto datam, respectivamente, 21 e 22 de janeiro de 2009.

---

<sup>1</sup> Fonte: <http://www.upprj.com/index.php/historico>. Acesso: 03/02/2016.

<sup>2</sup> Decreto-lei 41.650 de 21 de janeiro de 2009.

<sup>3</sup> Decreto-lei 41.653 de 22 de janeiro de 2009.

Posteriormente, em 5 de fevereiro de 2009 o Boletim da PM emitiu uma Nota<sup>4</sup> sobre a posição das UPPs na estrutura da Polícia Militar, inserindo-a no âmbito da Coordenadora de Assuntos Especiais da PM. Cabe ressaltar que até esta nota a UPP era tida como um posto destacado da Polícia Militar, razão pela qual submetia-se ao controle administrativo e operacional do Batalhão da área de circunscrição. Algum tempo depois outra Nota<sup>5</sup> estabeleceu que os policiais lotados nas UPPs, apesar de se submeterem operacional e administrativamente ao Batalhão da área de lotação, somente poderiam ser deslocados dali por determinação do Estado Maior.

Apenas em 2011<sup>6</sup> as UPPs foram apresentadas de forma mais clara no que se refere a objetivos e estrutura. O Decreto atribuía o modelo de policiamento de proximidade às UPPs, determinando que os policiais que ali atuassem deveriam ter uma capacitação intensa sobre conteúdos relativos à Direitos Humanos e Polícia Comunitária e de Proximidade. Outro ponto estabelecido pelo Decreto foi a observação de critérios para seleção dos territórios onde as UPPs seriam implementadas. Tais territórios deveriam ser comunidades pobres; de baixa institucionalidade e alto grau de informalidade e com a presença de grupos criminosos armados ostensivamente.

De acordo com o Decreto, caberia às Unidades de Polícia Pacificadora:

“a. consolidar o controle estatal sobre comunidades sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada; b. devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que garanta o desenvolvimento tanto social quanto econômico”

(Art. 1º, §2º do Decreto-lei 42.787 de 6 de janeiro de 2011).

O discurso oficial das Unidades de Polícia Pacificadora as apresenta como um modelo de policiamento inovador, que tem por objetivo a consignação de um policiamento baseado na proximidade, em territórios específicos da cidade: as favelas. Neste sentido, os fundamentos da política pública estão baseados no favorecimento à promoção de políticas

---

<sup>4</sup> Nota 0202 do Boletim da Polícia Militar de 5 de fevereiro de 2009.

<sup>5</sup> Nota 0042 do Boletim da Polícia Militar de 31 de julho de 2009.

<sup>6</sup> Decreto-lei 42.787 de 6 de janeiro de 2011.

sociais nas comunidades ocupadas, pautada na cooperação e no respeito mútuo entre a comunidade e os policiais que ali atuam. Espera-se que através de uma atuação pacífica, o policiamento de proximidade seja voltado para a solução de problemas locais, no sentido de que seja levado a territórios empobrecidos dominados há décadas pelo tráfico e pela milícia o Estado de Democrático de Direito<sup>7</sup>, onde direitos e garantias fundamentais estão ao alcance de todos os cidadãos.

A partir da análise do projeto institucional das UPPs é possível afirmar que inicialmente há um rompimento com a tradicional noção de que as questões envolvendo segurança pública devem ser solucionadas a partir do extermínio da venda de drogas nas comunidades. Mas, ao contrário, ao indicar como seu principal objetivo o fim da circulação de armas nas mãos de milícias e traficantes, o Estado assume, a partir da implementação das UPPs o compromisso de retomada do território para que os moradores dessas áreas não estejam mais submetidos ao domínio e controle destes poderes não oficiais, promovendo, de imediato, a livre circulação nessas comunidades. Isto abriria, posteriormente, a possibilidade de o Estado levar às favelas serviços públicos essenciais à população, tais como saúde e educação, dentre outros. Concomitantemente e como parte essencial à recuperação desses territórios, as UPPs estariam comprometidas em promover acesso a programas sociais e projetos de inclusão social.

Conforme o disposto no site da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, o preceito norteador da atuação das UPPs visa à construção de uma “polícia de paz”, responsável pela recuperação de territórios onde o tráfico de drogas e/ou a milícia possuíam poder decisivo sobre o dia-a-dia dos cidadãos. Libertando-os desses poderes paralelos, para fins de inclusão social desta parcela da população, na medida em que o Estado retomaria o controle local e, portanto, a partir daí permitindo amplo acesso aos direitos e deveres constitucionais fornecidos pelo Estado brasileiro. Além disso, o mesmo site afirma que a condução dessa experiência de policiamento comunitário, isto é, uma polícia baseada na prevenção, mediação e diálogo, que contraria as políticas tradicionais eminentemente repressivas.

Para tanto quatro etapas são percorridas na instalação e implementação de uma UPP em determinado local. O artigo 2º do Decreto-lei 42.787 dispõe sobre elas. Intervenção

---

<sup>7</sup> Fonte: <http://upprj.com.br>. Acesso: 02/06/2015.

Tática, Estabilização, Implantação da UPP e Consolidação. Neste sentido, inicialmente, é feita uma operação pelo BOPE na favela visando a retomada do território e a expulsão de grupos armados que eventualmente controlam o território. Passada esta fase, há um período de estabilização, no qual permanece a patrulha durante determinado período. A terceira etapa seria a ocupação propriamente dita, expressa na instalação física de uma UPP. Por fim, a etapa mais complexa. A consolidação do projeto cujo alicerce volta-se para uma atuação de cunho social favorecida pela presença das Unidades. Tal atuação tem suas ações pautadas no reconhecimento de que as relações predominantes nas áreas onde as UPPs retomariam controle, correspondem a ambientes nos quais grupos armados interferiam no funcionamento de serviços públicos e/ou privados bem como nas relações comerciais e imobiliárias, na oferta ou regulação de esferas e bens culturais e coletivos e, frequentemente, nas relações privadas entre moradores ou mesmo no âmbito das relações interpessoais dos moradores.

Desenvolvi este trabalho, fruto de pesquisa etnográfica, entre a terceira e a quarta etapa de implementação da UPP Providência. Neste contexto visou compreender de que forma as mudanças no plano discursivo e normativo se dão no contexto dessa UPP específica. Neste sentido, o estudo empreendido visa abordar discursos e práticas institucionais, observados no âmbito da Polícia Militar em sua relação com moradores desta favela. Sendo assim, a fim de compreender como são construídas as relações de proximidade entre policiais e moradores, bem como de que forma os conflitos provenientes dessa relação são dirimidos, considerou-se além das relações e representações dominantes do campo (BORDIEU, 2002), o ponto de vista nativo (GEERTZ, 1997) dos Policiais Militares que ali atuam.

Desta forma, esta dissertação tem por objetivo geral apontar, a partir das observações concretas provenientes da observação de campo, em que medida a UPP objeto de análise buscou a promoção e efetivação de mudanças na relação entre moradores e a Polícia Militar naquela comunidade. Neste sentido, o trabalho volta-se inicialmente para uma questão principal, qual seja, identificar se diante do novo discurso de policiamento de proximidade projetado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, houve uma substancial modificação nas relações travadas entre os moradores daquela comunidade e a Polícia Militar, a partir da análise dos discursos da própria polícia que lá atua.

Neste exercício parto das reflexões sobre minha trajetória acadêmica que, por sua vez, culminou em meu interesse pelo estudo de assuntos correlatos à Segurança Pública. A

formação do objeto de pesquisa da presente dissertação, bem como a escolha do método de estudo estão intimamente correlacionados aos caminhos que tracei antes e durante o mestrado. É interessante observar que minha proposta inicial de pesquisa não mantinha interesse direto na relação da polícia com moradores da comunidade eleita, mas, ao contrário, vai tomando forma durante a construção da própria pesquisa.

A partir da observação do cotidiano da comunidade e das rotinas policiais reflito sobre as demandas apresentadas pela comunidade à UPP, representada por seus agentes. Busco nesta análise a melhor compreensão do cenário atual do Rio de Janeiro e do contexto de surgimento das Unidades de Polícia Pacificadora enquanto política pública de segurança pública no estado.

Tendo como base discursos policiais reflito sobre a efetivação do projeto de policiamento de proximidade e, a partir da variação destes discursos, analiso a conotação dos pontos de vista dos policiais da unidade. A análise tem como base os pressupostos de modificação da atuação policial classificada enquanto tradicional. Neste exercício levo em consideração representações policiais e sociais de espaços tidos como favelados a fim de compreender de que forma os pressupostos de igualdade são relacionados a estes indivíduos. Por fim, no sentido de compreender a motivação destes contrastes discursivos, relaciono este fenômeno discursos à mudança de comando na UPP.

## **1. APRESENTAÇÃO DO UNIVERSO DE PESQUISA**

“Pode-se dizer que, desde que nosso objeto de estudo são os seres humanos, tal estudo envolve toda a nossa personalidade – cabeça e coração; e que, assim, tudo aquilo que moldou essa personalidade está envolvido, não só a formação acadêmica: sexo, idade, classe social, nacionalidade, família, escola, igreja, amigos e assim por diante. Sublinho com isso que o que se traz de um estudo de campo depende muito daquilo que se levou para ele”. (EVANS-PRITCHARD, 2004, p. 244)

### **1.1.Linhas sobre minha trajetória acadêmica**

No final do ano de 2008, quando o Governo do Estado do Rio de Janeiro apostava na primeira experiência de implantação de uma Unidade de Polícia Pacificadora no Morro Santa Marta, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, eu decidira abrir mão do curso de Ciências Sociais no IFCS/UFRJ para cursar Direito na Universidade Cândido Mendes.

Embora me interessasse em alguma medida por assuntos correlatos à Segurança Pública, eu não acompanhei o processo de implementação de outras cinco UPPs no ano seguinte. Até onde alcança minha memória, a proposta das UPPs foi fortemente divulgada pela grande mídia apenas no ano seguinte. Em 2010 o emblemático caso da ocupação militar da Vila Cruzeiro e do Morro do Alemão, que estampou durante semanas as principais manchetes dos jornais e telejornais a nível nacional, me chamou atenção. As imagens de muitos homens portando armas atravessando um caminho de barro e terra batida, rodeado por um matagal são para mim ainda recentes. A experiência de observação deste cenário familiar (VELHO, 1981) aconteceria, entretanto, apenas anos depois desta cena emblemática a partir de meu ingresso no Mestrado.

Enquanto esse processo de transição entre políticas públicas de segurança pública acontecia, eu estava concluindo o segundo ano da Faculdade de Direito e estagiava no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Para mim aquela também era uma fase de transição. Estava abandonando o estágio em um cartório na Vara de Fazenda Pública Estadual para me dedicar inteiramente ao aprendizado da advocacia tributária em um escritório renomado na área.

Paralelamente ao objetivo da advocacia eu mantinha um sonho que nascera ainda no Ensino Médio, em tempos em que vestia saias de pregas e meias até o joelho. Devaneios da época em que era uma normalista: a docência universitária. Eu conhecia sobre a necessidade

de concluir um curso de mestrado para que isso fosse possível; por essa razão, assim que ingressei na faculdade sondei sobre a possibilidade de realizar pesquisas. Tamanha foi minha surpresa ao me deparar com as dificuldades de vincular-me a um grupo que tivesse comprometimento com projetos de pesquisa ou extensão dentro do curso de Direito. Eu já havia passado por duas experiências anteriores no âmbito de universidades públicas que abandonei: Psicologia, na UERJ, e Ciências Sociais, no IFCS/UFRRJ.

A diferença era considerável. Enquanto no âmbito dos outros cursos havia uma gana de opções de projetos, editais e grupos de pesquisa em andamento, isso não acontecia no Direito. Embora a universidade tivesse de fato diversos grupos de pesquisa (tal como descrito no sítio virtual da instituição) estes eram vinculados exclusivamente aos cursos de Mestrado e Doutorado, sem que houvesse qualquer divulgação, tampouco interesse, para que alunos da graduação participassem na modalidade de iniciantes científicos. Inconformada com a situação, procurei a direção e fui informada sobre a existência de um Núcleo de Iniciação Científica. Apesar da existência do Núcleo, naquele ano não havia qualquer atividade em funcionamento. Curiosamente, o mesmo não acontecia no que se refere à prática profissional, cenário proporcionalmente inverso às outras duas experiências. No curso de Direito no contexto do Rio de Janeiro é possível ter contato com a prática da advocacia a partir do momento em que se está matriculado em uma faculdade de Direito. A quantidade de oportunidade de estágio nos mais variados segmentos públicos e privados é incontável.

O estudo do Direito, tal como reproduzido nas salas de aula do país é transmitido a partir de construções de natureza dogmática, consubstanciados nos manuais e livros contendo especulações doutrinárias a respeito de determinado assunto, ou mesmo interpretação acerca de leis, sem que exista qualquer compromisso com o desenvolvimento de pesquisas na área.

(...) o estudo de caráter científico que os juristas realizam a respeito do direito seja com objetivo meramente especulativo de conhecimento e sistematização, seja com o escopo prático de interpretar as normas jurídicas para sua exata aplicação. (LUPETTI; KANT DE LIMA 2010).

Assim, partindo-se da máxima de que o discurso oficial do Direito e a transmissão de seu conhecimento se dá por vias meramente teóricas, descartando-se a realidade, ou seja, o produto do campo, a pesquisa prática passa, neste sentido, a exercer um papel fundamental, qual seja o de nivelar, através da descrição minuciosa de determinado meio, as formalidades e rituais executados pelos envolvidos na prática.

A transmissão do conhecimento no caso dos cursos em Direito, comumente, não guarda qualquer compromisso com a reflexão acerca da complexidade do fenômeno jurídico, o que aponta para um atraso considerável em relação às demais áreas que se comprometem para tanto.

Ademais, o positivismo jurídico enquanto máxima do Direito é ainda hoje aclamado em algumas cadeiras por professores menos articulados com outras áreas e menos adeptos à interdisciplinaridade, o que transforma o direito em uma ciência que deve ater-se às normas pré-estabelecidas, afastando-se, portanto, de interpretações subjetivas que possa existir na aplicação da lei, a partir de normas pré-concebidas. Sob este ponto de vista o Direito seria capaz de perceber e solucionar todos os conflitos da sociedade, sem que houvesse a necessidade de valer-se de outras áreas do saber para tanto. Tal pensamento pretere a construção de um postulado baseado na normalização disciplinar e geral, o que acarreta num modelo de ensino que integra disciplinas que se complementam, mas não interagem.

Os juristas brasileiros absorveram a cultura jurídica “conceitualista” do direito europeu ocidental. Tratar o direito intelectualmente a partir de conceitos prontos, contudo, apresenta desvantagens. (...) O mais comum, no ensino jurídico brasileiro, até hoje, é apresentar uma imagem do direito como um conjunto de conceitos descontextualizados, que passaram a existir desde a antiguidade, no mundo ocidental (...). É comum, também, que se despejem sobre o estudante, os advogados e os juizes, inúmeras “teorias gerais”, mediante as quais os juristas convencionais procuram dar coerência interna a muitas ideias e sobre cujas consequências (efetivos impactos sobre a sociedade) pouco é indagado, porque não é pesquisado. (FARO DE CASTRO, 2012, p. 218-219).

Passados dois anos de meu ingresso no curso de Direito, em 2011, me deparei com uma chamada para pesquisa no mural da faculdade. Prontamente separei os documentos exigidos pelo certame e dei entrada no pedido de participação no Núcleo de Iniciação



Científica. Durante os anos que sucederam minha graduação pude participar de três pesquisas na área de Direito Penal. Éramos um grupo pequeno, composto por mim e mais quatro estudantes da graduação. As pesquisas não eram financiadas, mas nem por isso deixávamos de colher dados da melhor forma possível, dentro de nossas possibilidades de tempo, que era na maior parte consumido por nossos estúdios.

A experiência de pesquisa foi determinante em dois sentidos. Primeiramente em sentido prático e pessoal. Quando comecei a ter contato com processo penal e agentes de segurança pública a partir das pesquisas que desenvolvi, percebi que Direito Tributário não era a minha área. Faltava emoção, interação e complexidades humanas melhores percebidas na esfera penal. Àquela altura estava mais familiarizada com estudos de criminologia crítica e não era capaz de distinguir, em termos subjetivos, causas tributárias de causas criminais em sua essência. A diferença era a fundamentação: a famosa seletividade penal que separa indivíduos em escalas distintas de igualdade. Por outro lado, pude auferir as dificuldades próprias de realizar pesquisas no Direito, fato que me fez refletir sobre a problemática de se estabelecer um estudo voltado para a realidade, bem como de ampliar o debate no sentido de estabelecer diálogos de conhecimentos a partir de sua compreensão ao invés de uma lógica de competição. A partir disto penso a necessidade de desconstrução dessa lógica, visando à construção de algo novo que guarde relação com a relativização e o estranhamento desses saberes pré-estabelecidos.

Aos agentes atuantes no âmbito do sistema judiciário, entender-se como um objeto de pesquisa é um processo doloroso, isto porque é inculcada desde a formação de seus operadores a lógica de que o Direito não reproduz o cotidiano forense, mas que, a contrário senso, que esse cotidiano é que representa um produto de suas teorias. Tal fenômeno está tão naturalizado que atrapalha o exercício de um estranhamento ou mesmo uma avaliação das condições desempenhadas dentro do sistema, nesse sentido:

A importância da explicitação e da descrição dos rituais judiciários é fundamental, pois este exercício, de olhar para si mesmo e se questionar, é exatamente o que permite estranhar o que, num primeiro momento, parece tão natural, mas que, visto de outra perspectiva, não é nada tão óbvio ou natural assim (GARAPON, 1997; LUPETTI e KANT DE LIMA 2010, p. 17).

A primeira pesquisa científica que desenvolvi no âmbito da graduação em Direito objetivava compreender os critérios determinantes para enquadramento das condutas dos indivíduos em uso ou tráfico de drogas.<sup>8</sup> Em virtude desse objeto as subjetividades dos agentes envolvidos diretamente no processo de ingresso e julgamento do crime no judiciário se mostraram fundamentais, para tanto, a metodologia empregada consistia primordialmente na análise do discurso e opiniões destes agentes, que eram auferidas a partir de entrevistas.

Outro desafio com o qual me deparei consistiu em uma espécie de preconceito com os assuntos que pretendia conhecer e estudar, principalmente por tratar-se de uma pesquisa no âmbito da lei de drogas, preconceito que se desenvolve pela dificuldade dos interlocutores compreenderem a razão pela qual alguém que atua no Direito esteja fazendo pesquisa, essa dificuldade certamente encontra respaldo nos entraves de se perceber a importância da pesquisa para o meio jurídico, uma vez que, nas faculdades, não há, em regra, qualquer compromisso com o desenvolvimento de atividades de pesquisa.

Em um primeiro diálogo a secretária de uma juíza da Vara Criminal da Comarca da Capital mostrou-se bastante confusa quanto ao fato de eu ser uma estudante de Direito e estar naquele local querendo realizar uma pesquisa baseada em diálogos e observações, e, só acreditou no que eu dissera quando apresentei um documento assinado pela instituição de ensino onde estudava atestando que eu era estudante de Direito e pesquisadora.

*Secretária: - Não entendi nada. Você é estudante de sociologia? Por que você quer estudar drogas? Isso é coisa de sociólogo. Você só precisa estudar as leis e ler uma porção de livros quando você faz Direito.*

---

<sup>8</sup>A Lei 11.343/2006 que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre drogas alterou o antigo texto da Lei 6.368/1976 que até então regulamentava o assunto. A nova lei, por sua vez, é mais tolerante em relação ao usuário, deixando o tema a cargo da área da saúde, instituindo uma despenalização neste sentido, embora o uso continue proibido, não há uma punição a termos de privação de liberdade para isso. Entretanto, a lei apresenta uma lacuna peculiar, que oferece aos Delegados, Promotores e Magistrados imensa discricionariedade no que tange ao enquadramento do indivíduo como usuário ou traficante, uma vez que são elencados critérios meramente formais para que tal distinção seja enquadrada na prática, posto que a lei não estabelece uma diferenciação objetiva capaz de diferenciar uso de tráfico.

*Eu: - Não, sou estudante de Direito, o núcleo de pesquisa da faculdade desenvolve esse tipo de atividade.*

*Secretária: - Faz o seguinte então, traz pra mim uma declaração do tal núcleo de pesquisa da sua faculdade. Não vou poder te dar entrevistas sem ter pelo menos esse documento, e a doutora (fazendo referência à Juíza titular da vara) não vai querer te receber também.*

Os trabalhos acadêmicos desenvolvidos por pesquisadores em formação jurídica são realizados, em regra, apenas por ocasião da apresentação de monografia de conclusão do curso e, na maioria dos casos, têm como fonte as doutrinas e jurisprudências, fato que é notório não apenas no interior da cultura jurídica por docentes, discentes e profissionais ligados diretamente à prática do direito, mas também por atores que indiretamente se relacionam com o meio jurídicos, como psicólogos e assistentes sociais. A percepção desses atores auferem que a pesquisa acadêmica que se desenvolve no âmbito do direito deve se valer de tão somente livros e do conhecimento jurídico por estes transmitido.

Provavelmente, é essa uma das razões pelas quais o trabalho de pesquisa no campo que vise observar e perceber os atores e suas atividades além do perfil e do público para o qual sua atuação está voltada cause tanto estranhamento por parte dos interlocutores.

Por outro lado, há também o receio de que determinada pessoa alheia às atividades ali desenvolvidas observe as práticas dos agentes que ali atuam. No campo, onde iniciei minhas primeiras atividades de pesquisas empíricas foi possível reconhecer o quanto pesquisar é um processo de reconhecimento de práticas institucionais que se relaciona diretamente com o enfrentamento da desconfiança do outro. Depois de algum tempo acabei percebendo que o receio maior era no sentido de que as práticas que observava fossem reveladas, no sentido de serem escritas e publicadas, posteriormente. Um questionamento comum em todos os lugares onde estive como pesquisadora voltava-se sempre para a possibilidade de escrever aquelas coisas que observava e ouvia.

Essa impressão ficou muito mais clara quando fui acompanhar ocorrências em uma Delegacia da Baixada Fluminense do Rio. A questão então passou a girar em torno de minha presença e o que ela representava naquele ambiente. Durante o período de seis meses que

frequentei aquela repartição semanalmente costumava chegar à Delegacia no início da tarde e ficar até o anoitecer observando as rotinas envolvidas e estabelecendo diálogos com os profissionais que lá atuavam. A impressão que tive era que o que eu queria observar era algo tão íntimo para aquelas pessoas, uma vez que eu tinha que explicar para cada um de meus interlocutores com os quais fazia alguma entrevista ou a quem era apresentada, não apenas o meu objeto de estudo e minhas origens acadêmicas, mas também a motivação que me levava a solicitar aquelas informações.

Fato é que a pouca receptividade dentro desses ambientes acaba por dificultar a aceitação do que o pesquisador pretende desenvolver no campo. Sobre o tema (LUPETTI e KANT DE LIMA, 2010, p. 18), apresentam um raciocínio deveras valioso.

Permitir-se pesquisar e ser pesquisado e permitir-se criticar e ser criticado academicamente, fora da lógica do contraditório, é algo sobre o que os juristas membros do Poder Judiciário precisam começar a pensar. E quando manifestamos isso não intentamos diminuir ou subjugar o saber dos integrantes desse campo, mas ao contrário chamar a atenção para o fato de que a inculpação que neles se faz presente desde os bancos universitários acaba por formar operadores resistentes ao fazer jurídico diferente.

No ano seguinte desenvolvi uma segunda pesquisa, essa voltada para o campo da Vara de Infância de Juventude objetivando auferir conhecimentos sobre a relação entre os atos infracionais cometidos por crianças e adolescentes em conflito com a lei e a medida socioeducativa aplicada.

Novamente pude observar nas visitas que procedi às Varas que era vista pelas pessoas que ali atuavam como uma “fiscalizadora” ou mesmo uma “espiã”. Ainda mais porque no caso da criança e do adolescente o ECA prevê sigilo em toda demanda que contenha dados referentes a crianças e adolescentes. Neste contexto, para ter acesso às informações era necessária uma autorização judicial.

Todas essas observações levaram a pensar a forma como o Judiciário e os agentes do Estado em sentido geral decidem e refletem sobre suas próprias práticas. Em virtude disso, no momento de produzir minha Monografia de conclusão de curso optei por tratar da ‘Imparcialidade do Juiz’. Usei como referencial teórico para minhas reflexões a tese de

Bárbara Lupetti (2012). Nessa ocasião me deparei pela primeira vez com estudos do INCT-InEAC da Universidade Federal Fluminense e decidi que deveria cursar mestrado em um programa que me oferecesse a possibilidade de tratar tais assuntos de forma crítica e reflexiva a partir de estudos empíricos.

Naquele mesmo ano as UPPs ocupavam boa parte das manchetes de alguns jornais. Muitos questionavam os destinos da política pública. Era junho de 2013. O ano das manifestações que ‘pararam o país’. O ano em que o *Amarildo* desapareceu.

## **1.2. A entrada no campo e a (re)definição do objeto de pesquisa**

Poucos meses antes de concluir o curso de graduação fui aprovada no Programa de Mestrado em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense onde à época ainda havia professores capazes de me orientar de acordo com os objetivos anteriormente expostos, sobretudo preocupados com a interdisciplinaridade e o rompimento com preceitos meramente dogmáticos. Foi neste contexto que conheci meu orientador, Lenin Pires, antropólogo, que me inseriu no contexto de pesquisas do INCT-InEAC, onde fui socializada a métodos, técnicas de pesquisa empírica e etnográfica, bem como a objetos de pesquisa correlatos às políticas públicas de segurança pública que me interessavam.

Ao ingressar no mestrado meu objetivo era dar continuidade aos estudos envolvendo as lacunas da Lei de Drogas. Todavia, minha inquietação não se voltava para a figura do juiz, delegados e promotores, tal como na pesquisa que desenvolvi na graduação, mas para o policial militar. Em um primeiro momento, me interessa a recepção do discurso policial militar pelo Judiciário a partir dos inquéritos construídos na Polícia Civil. Notadamente voltando-se para os testemunhos apresentados tanto em Delegacia quanto em juízo de flagrantes delitos envolvendo a lei de drogas, em contraste às circunstâncias fáticas que permeavam a prisão.

Neste viés, após um período de conversas e a partir de um plano traçado junto a meu orientador, optei por verificar de que maneira a UPP atuava em casos de apreensão de drogas e os encaminhava a Delegacia responsável pela circunscrição. A partir do registro e abertura do Inquérito Policial pretendia acompanhar o desenrolar dos fatos em âmbito judicial, sempre com foco e atenção voltado para a figura do policial militar e suas narrativas sobre o ocorrido. A Unidade escolhida se deu em função da facilidade de acesso ao campo, haja vista que meu orientador conhecia o então Comandante da unidade e lá já estavam em curso

outras atividades de pesquisa, o que ampliou ainda mais a possibilidade de desenvolver projetos naquele lugar.

Como resta evidente até este ponto do trabalho, meus objetivos foram sendo modificados à medida que imergia em campo. Inicialmente, considerava a UPP apenas um dos campos de meu trabalho. Entretanto, passado algum tempo, comecei a encarar aquele espaço como o campo principal de minha pesquisa, haja vista a quantidade de fatos e elementos de relevância sociológica que aconteciam naquele lugar. Diante desse cenário, percebia que as relações entre polícia e comunidade se mostravam cada vez mais complexas, dada a posição de cada agente policial que ali atuava em relação ao discurso oficial de pacificação.

Quanto mais eu frequentava o espaço da UPP e intensificava minha relação com os policiais que ali atuavam, mais refletia sobre as relações entre a polícia militar e os moradores da favela. O marco determinante na mudança de meu objeto de análise foi, certamente, a narrativa que dá início a esta dissertação. Estava há menos de três meses no campo quando o episódio aconteceu. Àquela altura já havia observado inúmeras situações que colocavam em cheque a proposta oficial de Unidade de Polícia Pacificadora e a forma dos agentes policiais lidarem com isto, porém, somente a partir da narrativa enviesada *à la Woody Allen* (sic) é que pude compreender a dimensão das situações que presenciara até ali.

A entrada na UPP Providência foi bastante tranquila e sem maiores desgastes ou barreiras. Não fui submetida à uma sabatina, bem como sequer exigiram qualquer documento de identificação individual e/ou institucional. Isto porque, poucos meses antes de começar a visitar a Unidade as pesquisas *“Lógicas econômicas, mudança social dirigida, práticas policiais e as formas de administração institucional de conflitos no Rio de Janeiro”* e *“Saber policial”*, vinculadas ao INCT-InEAC aconteciam no local. Por essa razão nem em todas as minhas visitas a campo estive desacompanhada. Em diversas ocasiões compartilhei minhas observações e reflexões sobre estas percepções com meu orientador, Lenin Pires e outros colegas pesquisadores, eminentemente Bianca e Mariana, alunas do Curso de Bacharelado de Segurança Pública e Social da Universidade Federal Fluminense.

Minha presença na UPP era vista como uma extensão da UFF no local, mais objetivamente como uma extensão do Curso de Bacharelado em Segurança Pública. Inclusive, apenas alguns meses depois de já estar frequentando a UPP com certa

periodicidade foi que o subcomandante, um interlocutor frequente, compreendeu que minha formação era em Direito, embora trabalhasse com professores e pesquisadores do Curso de Segurança Pública.

Na primeira visita a campo estava acompanhada de meu orientador que já conhecia o comandante que estava à época na Unidade. Neste dia não anunciamos nossa ida com antecedência a nenhum dos contatos de meu orientador na UPP. Subimos o Morro de carro e estacionamos na ladeira para onde a Unidade dá as portas. O policial que estava na rua não conhecia meu orientador que prontamente identificou-se como professor da UFF, explicando que gostaria de conversar com o Comandante. Passados alguns instantes uma policial feminina o reconheceu e, muito cordialmente, pediu que aguardássemos o Comandante pois este chegaria em breve de uma reunião junto à associação de moradores.

Em nenhuma ocasião pediram minhas credenciais, tampouco identificação. Sempre que me apresentava a algum policial explicava minhas intenções de pesquisa e a proposta de usar os dados obtidos durante os diálogos e observações em uma dissertação de mestrado. A maior parte dos agentes eram sempre muito corteses e solícitos em contribuir. Acredito que isso aconteceu unicamente por conta das circunstâncias em que se deram minha entrada na UPP. Muito provavelmente se não fosse pelo conhecimento prévio de meu orientador e de minhas colegas pesquisadoras, eu seria tratada de maneira proporcional às minhas experiências de pesquisa na graduação.

Inobstante o clima receptivo e polido praticamente todas as vezes em que estive na Unidade durante o período de um ano, em uma ocasião fui sutilmente constrangida pelo Segundo Comandante<sup>9</sup> da Unidade durante um evento promovido pela UPP em comemoração ao dia das crianças. Após me cumprimentar pela segunda vez no mesmo dia, rispidamente ele questionou: “*quando essa pesquisa de mestrado vai acabar?!*” Um pouco sem graça respondi que ainda faltava um pouco. Achei curioso, pois essa foi apenas a segunda ocasião na qual nos encontramos, embora eu estivesse ali há praticamente um ano e ele no Comando há mais de seis meses.

---

<sup>9</sup> Durante o período em que estive na UPP houve uma mudança de Comando da Unidade, com efeito tive contato com dois comandantes distintos. Repousarei mais detidamente sobre o assunto mais adiante, no último capítulo deste trabalho.

Por outro lado, enfrentei desafios de ordem subjetiva. Ao decidir pelo estudo das práticas policiais militares em uma UPP precisei evitar ao máximo tanto a avaliação destas práticas da política pública em si com base em juízos de valor sob o ponto de vista dicotômico *bom x ruim* (MACHADO DA SILVA, 2010). Buscava a todo tempo evitar, de igual modo, comportar-me dentro daquele espaço como alguém com formação jurídica e certa compreensão do sistema penal, sobretudo no que se relaciona à avaliação de possíveis (i)legalidades e/ou arbitrariedades.

Porém, sobretudo no início de minhas idas à campo no diálogo com meus interlocutores a avaliação crítica era inevitável. Determinados discursos e narrativas causavam em mim certo nível de indignação, principalmente aquelas relacionados ao que eu compreendo como desumanas e/ou ilegais.

Por outro lado, passado algum tempo, meu desafio era outro. Dada a proximidade com estes agentes e um certo distanciamento da comunidade em si, buscava a todo tempo não naturalizar seus discursos. Tinha sempre em mente as lições de Geertz (1997, p. 56) no sentido de contornar a situação, na medida que compreendia que o acesso não neutro ao ponto de vista nativo é inevitável, uma vez que o pesquisador não pode se abster de suas concepções e vivências; mas que, a compreensão e interpretação do ponto de vista nativo deve se dar a partir da articulação entre conceitos distantes e próximos, expondo-os sem distinção de ordem moral ou subjetiva.

### **1.3.Considerações sobre o método**

Optar pelo método etnográfico para elaboração de meu trabalho de dissertação representou um verdadeiro desafio pessoal, sobretudo considerando-se os aspectos apontados anteriormente em relação às dificuldades para empreender pesquisas empíricas no Direito. Por esta razão abri mão de uma cômoda e tradicional pesquisa baseada em levantamentos bibliográficos e resumos de textos. A observação direta e o diálogo com os *nativos* – policiais militares lotados na UPP – representam tão somente a primeira parte da produção desta etnografia. Neste aspecto, o recurso à chamada antropologia interpretativa (GEERTZ, 2012) foi fundamental para a produção de uma compreensão daquilo que o nativo interpreta como inerente ao contexto em que vive, revelando seu ponto de vista sobre o seu modo de vida. Neste sentido, busco no momento da análise de dados e produção deste trabalho um melhor entendimento dos discursos nativos e os signos mobilizados em suas



interações. A imersão nesses contextos mediados por seus símbolos me permitem uma (re)interpretação dos significados em jogo.

A metodologia para o é aquela característica da disciplina antropológica do direito, baseada no método etnográfico de produção de conhecimento, “cujo ponto central é a descrição e interpretação dos fenômenos observados com a indispensável explicitação tanto das categorias ‘nativas’ como daquelas do saber antropológico utilizado pelo pesquisador” (Kant de Lima, 1983, p. 97).

Dentro desta proposta interdisciplinar acredito na importância da observação e imersão em campo, – embora reconheça as limitações de aproximação, sobretudo considerando o campo e meus interlocutores, tal como ponto mais adiante – mobilizando para tanto, parte da reflexão acerca das metodologias das ciências sociais, tal como destacada por Gilberto Velho (1981, p. 123-124):

A antropologia, embora sem exclusividade, tradicionalmente identificou-se com os métodos de pesquisa ditos qualitativos. A observação participante, a entrevista aberta, o contato direto, pessoal, com o universo investigado constituem sua marca registrada. Insiste-se na ideia de que para conhecer certas áreas ou dimensões de uma sociedade é necessária uma vivência durante um período de tempo razoavelmente longo, pois existem aspectos de uma cultura e de uma sociedade que não são explicitados, que não aparecem à superfície e que exigem um esforço maior, mais detalhado e aprofundado de observação e empatia.

Escrever em primeira pessoa ainda é o maior dos desafios que enfrento. A socialização com a escrita no âmbito do Direito nunca permitiu parcialidade. O profissional do Direito precisa mostrar um certo grau de distanciamento do interlocutor, sem envolvimento com as causas com as quais interage, numa dinâmica quase *esquizofrênica* de parecer imparcial (LUPETTI, 2012, p. 87). Por outro lado, a Antropologia autoriza valer-se de ferramentas que possibilitem a descrição, inclusive, das experiências de sentimentos vivenciadas diante de situações. Roberto Cardoso de Oliveira (2000) explique que o autor de um trabalho não deve “se esconder sistematicamente sob a capa de um observador impessoal, coletivo, onipresente e onisciente, valendo-se da primeira pessoa do plural”.

Ora, os objetos de estudos da Antropologia e do Direito podem se aproximar, embora utilizem abordagens diferentes. Enquanto os estudos jurídicos voltam-se para as leis e sua aplicação no caso concreto, a Antropologia olha para as práticas jurídicas a fim de compreender as identidades de uma sociedade e a fundamentação dos respectivos valores que fundamentam tais práticas. Logo, neste estudo busco aprofundar uma perspectiva multidisciplinar, em especial aquela oriunda do diálogo entre a antropologia e o direito. Esse diálogo permitirá não só uma aproximação mais compreensiva do fenômeno a ser pesquisado, mas também compreender como cada um desses saberes apresenta formas de produção, reprodução e legitimação do conhecimento distintas.

Por isso é válido dizer que tanto para o Direito quanto para a Antropologia, esse conceito é importante, pois, enquanto o Direito tem como “categoria nativa” a Justiça, ou ainda melhor, enquanto Direito e Justiça são aspectos quase indissociáveis do ponto de vista jurídico; o meio antropológico, por sua vez, também trabalha com a noção de Justiça e nesse ponto há uma ligação entre ambas as disciplinas, contudo a Antropologia trata do *processo de produção da justiça*.

Da mesma forma, compreendo que é possível estudar nossa própria realidade social, seja “exotizando” aquilo que nos é familiar ou percebendo que há muito de familiar naquilo que é exótico (DAMATTA, 1978). Na expectativa de assumir tais perspectivas exercitei nesta construção o “olhar, ouvir, escrever”, como meios de perceber, exercitar o pensamento e produzir um discurso (OLIVEIRA, 2000). Por fim, que o afeto no campo abre uma comunicação específica com os nativos, involuntária e sem intencionalidade (FAVRETT-SAADA, 2005); que a escrita etnográfica possui autoridade expressada pelo “estar lá” (CLIFFORD, 2011; GEERTZ, 2009).

#### **1.4. Metodologia**

Os elementos apresentados são frutos de observação direta, depoimentos e entrevistas formais e informais, em sua maioria. Os mesmos foram construídos durante o período de um ano de visitas não periódicas à sede da UPP e, a partir dela, à comunidade. As primeiras visitas aconteceram em maio de 2014. Passado esse período deixei de ir à UPP por dois meses, aproximadamente, devido à troca de comando e dificuldades de contato no campo. Porém, a partir de julho daquele ano, nos meses que sucederam a alteração, chegava a ir duas vezes por semana no campo. Entretanto, em virtude dos conflitos deflagrados no

período eleitoral, a partir de outubro minhas visitas foram reduzidas, por recomendação do próprio comando da Unidade. Em função disso, até dezembro fui à UPP em uma média de duas vezes ao mês. No ano de 2015, as idas a campo ficaram ainda mais restritas. Em março um policial foi baleado na porta da Unidade, o que me afastou dali por mais alguns meses, novamente por recomendação do próprio comando. Mais recentemente estive lá em duas ocasiões. Após a saída definitiva do subcomandante e aproximação do prazo para defesa deste trabalho, decidi em abril desse ano por abandonar de vez o campo.

De certa forma a observação e a ida a campo era ajustada previamente. Foram poucas as vezes que compareci à Unidade sem comunicar o subcomando e em tais ocasiões, embora fosse de igual modo, bem recepcionada, sempre era alertada sobre os possíveis riscos de minha ida não noticiada. Inicialmente isso aconteceu porque o subcomandante solicitara que não fosse lá quando ele não estivesse presente, depois porque a constante dependência da presença dele acabou se tornando um fator determinante para que eu pudesse ir à UPP e conhecer melhor a favela.

Isto porque ele era minha maior fonte de informações e também aquele que me acompanhava nas incursões para além dos muros da Unidade. Embora sempre conversasse com muitos policiais, sobretudo policiais mulheres, o subcomandante era, inevitavelmente, meu principal interlocutor. Era comum que conversássemos inclusive quando eu não estava na UPP via *whatsapp*<sup>10</sup>. Mesmo à distância ele fazia questão de me manter informada sobre os acontecimentos mais recentes da favela, sobretudo quando estes se relacionavam a questões envolvendo incursões e operações que resultavam na apreensão de armas e drogas e, não raramente, no óbito de algum “*vagabundo*” – em suas palavras – cuja imagem preenchia a tela de nossa conversa em meu celular. Essa rotina de conversas fora da Unidade também acontecia com duas policiais mulheres com quem mantinha contato regular. Porém, as imagens que recebia eram bastante diferentes. Elas costumavam encaminhar fotos nas quais apareciam fardadas e com um largo sorriso delineado por batom. Sempre abraçadas a crianças que frequentavam os projetos sociais da UPP.

Durante todo esse período, desde a primeira visita, resolvi abrir mão de gravadores ou outros instrumentos que representassem aos meus interlocutores registros imediatos de nossos diálogos. Logo no meu primeiro contato com os atores daquele espaço percebi em

---

<sup>10</sup> Aplicativo para celulares que permite a troca instantânea de mensagens entre seus usuários.

suas falas grande preocupação e incomodo diante da simples possibilidade de terem suas falas registradas ou minutadas, uma vez que poderiam ser sancionados. Além disso, algumas falas poderiam ser consideradas “*antiéticas*”, nas palavras de alguns de meus interlocutores. Provavelmente esse receio guarda relação com o significado de “*ser anotado*” dentro da Polícia Militar e das forças armadas como um todo. Além disso, percebi que era mais simples iniciar e sustentar diálogos quando a conversa corria em tom informal. Por esta razão, durante os diálogos muitas vezes a conversa versava sobre amenidades e assuntos aparentemente dissociados daquilo que pretendia de fato estudar. Todavia, tais interlocuções foram válidas no sentido de conhecer mais sobre a história de vida e familiar, carreira, ideologias e posições políticas dos policiais lotados na Unidade. Neste sentido, muitas informações foram colhidas durante horas de conversas sobre os mais variados temas ou enquanto esperava que alguém do comando ou da administração me recepcionasse. Até na carona que pegava na viatura para descer o morro no final do dia era possível colher informações relevantes.

O comum no início de minhas rotinas de pesquisadora era chegar em casa e anotar o máximo de informações que me recordava em meu caderno de campo. Eu tinha a impressão de reviver mentalmente cada pequena conversa e cada pequeno detalhe da minha ida à Unidade enquanto buscava reproduzir o mais literalmente possível tudo o que vivenciara.

Neste contexto empírico compreendo e considero que tão importante quando o que foi dito a mim por meus interlocutores, é também aquilo que não foi dito ou ainda falado de uma forma, mas expresso de outra a partir de práticas ou ações. Ou ainda aquilo que simplesmente não foi dito. Afinal, os discursos podem ser de igual modo compreendidos através do silêncio ou da omissão (FOUCAULT, 1996).

Por esta razão, além das entrevistas, observei a rotina de trabalho de meus interlocutores, na medida em que era autorizada e/ou convidada por eles a acompanhar atividades desenvolvidas. Por esta razão, acompanhei diretamente práticas policiais no âmbito daquela UPP e pude compreender a forma como o espaço é utilizado por aqueles atores, bem como suas respectivas representações sobre o território favela e os moradores do espaço. Além disso, pude compreender a forma como estes agentes policiais, de igual modo relacionam-se entre si, considerando suas funções dentro da hierarquia policial militar, bem como, neste mesmo sentido, de que forma a organização interna da UPP, interfere nas relações com a comunidade.

Sendo assim, fruto de uma pesquisa etnográfica este trabalho intentou compreender discursos e práticas institucionais a partir das possíveis mudanças de gerenciamento que estão vinculadas aos (re)arranjos deflagrados a partir da presença permanente da Polícia Militar nesta favela carioca. Tal abordagem privilegia o ponto de vista nativo (GEERTZ, 1997) considerando as relações de força e dominação presentes no campo (BORDEIU, 2002). Neste exercício identifico a partir das práticas, discursos e símbolos policiais presentes no campo, interpreto como se consolidam as relações entre a polícia e os moradores do local. Sendo assim, este trabalho se constrói, eminentemente, a partir de um plano discursivo: o dos policiais.

Por esta razão, um ponto que não se pode negligenciar é sobre as características e limitações do presente estudo. No tocante às limitações, elas são de duas ordens. Uma primeira concernente ao aspecto espacial, uma vez que o trabalho de campo se restringiu as observações ocorridas em uma favela do Rio, onde o foco se dirigiu à relação dos policiais de uma UPP e os moradores. Portanto, não tenho aqui a pretensão de apresentar um estudo sobre as relações estruturais das UPPs e as comunidades faveladas do Rio. Não se trata, portanto, de uma proposta que visa à generalização, embora em alguns momentos lance mão de elementos comparativos com estudos de outras Unidades do estado.

A outra limitação se fundamenta em minha própria localização como pesquisadora durante o trabalho de campo. Uma vez que minha relação foi fundamentalmente com os policiais da UPP, e em função das relações observadas, não me foi possível construir com profundidade dados que contemplassem os pontos-de-vista dos moradores da favela. Isto porque o fato de ser introduzida nos contextos da localidade pelos policiais, de certa forma, contribuía para uma espécie de “contaminação”, não permitindo uma aproximação considerada isenta por parte dos moradores. Portanto, mesmo que eu tenha participado de reuniões da associação de moradores, situações nas quais os discursos destes são veiculados, não restou possível comparar tais discursos construídos em pública e para o público, com as práticas cotidianas daqueles moradores. Pelo contrário, isso foi permitido a mim em relação aos policiais.

Logo, conforme ressaltado anteriormente, se trata fundamentalmente de um estudo sobre as práticas e discursos de policiais na relação com moradores de uma favela. Isto não significa, porém, que o presente trabalho possa ser considerado limitado em termos da problematização que apresenta. Afinal, a Constituição brasileira é pretensamente animada

pelo caráter republicano, se constituindo em um *dever-ser* voltado para a organização de toda sociedade. Logo, não é impertinente procurar compreender como autoridades públicas, responsáveis pela administração de conflitos em nossa sociedade, tomam-na como parâmetro para suas ações administrativas em uma localidade específica.

## 2. POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE NA UPP PROVIDÊNCIA

A Polícia Militar iniciou, na manhã desta segunda-feira a ocupação do Complexo da Providência, no centro do Rio de Janeiro. A operação faz parte da primeira das três fases de implantação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na favela mais antiga da cidade.

(...)

De acordo com Moraes, a ocupação representa a primeira das três fases da implantação da UPP. **A segunda fase, que ocorre simultaneamente, envolve o desmantelamento dos pontos antes comandados pelo tráfico, assim como a aproximação com a comunidade.** "Agora vamos começar a vasculhar a área centímetro por centímetro e entrar em contato com os moradores para explicar o procedimento da polícia", disse.

(...)

Segundo a Secretaria de Segurança do Rio, três comunidades serão beneficiadas diretamente pela ocupação: favela do Morro da Providência, favela Pedra Lisa e favela Moreira Pinto. De acordo com dados do IBGE, estima-se que cerca de 10 mil pessoas moram no núcleo e no entorno destas comunidades.

**O Complexo da Providência, devido à localização estratégica, foi uma das primeiras áreas estudadas para receber uma UPP.** Além dos moradores, a UPP da Providência vai beneficiar de forma indireta 600 mil pessoas que circulam diariamente pela região da Central do Brasil. Segundo a secretaria, a operação vai ser peça-chave no projeto de recuperação e revitalização da zona portuária do Rio. Na manhã desta segunda-feira, as pessoas circulavam normalmente pela favela. Crianças voltavam das escolas e paravam curiosas diante do movimento dos policiais. **Mesmo preferindo não se identificar, uma moradora afirmou que a presença da polícia é bem-vinda: "Sempre foi muito ruim para a gente sair daqui durante a noite. Se alguém ficasse doente, a ambulância não sobe, tomara que agora melhore"**, disse ela<sup>11</sup>.

(Reportagem – Portal Terra de Notícias em 22/03/2010 – ‘grifos meus’)

Neste capítulo proponho a análise da política pública UPP no contexto específico do Morro da Providência. Para tanto, lanço mão de observações do cotidiano da comunidade e das relações entre moradores e policiais, tendo como foco as demandas apresentadas. Inicialmente proponho uma reflexão das especificidades do contexto local pensando o cenário dos megaeventos que a cidade sediou e sediará até o final deste ano, objetivando compreender de que forma tais questões influenciam na relação entre a PM e os moradores.

A compreensão deste cenário revela-se fundamental na apreensão das demandas apresentadas pelos moradores da favela aos policiais lotados na UPP, sobretudo se articulado a proposta de UPP Social. Tendo em vista tais especificidades reflito acerca do histórico das políticas públicas de segurança pública implementadas no estado do Rio de Janeiro nas últimas décadas, visando compreender as expectativas policiais sobre a proposta das UPPs.

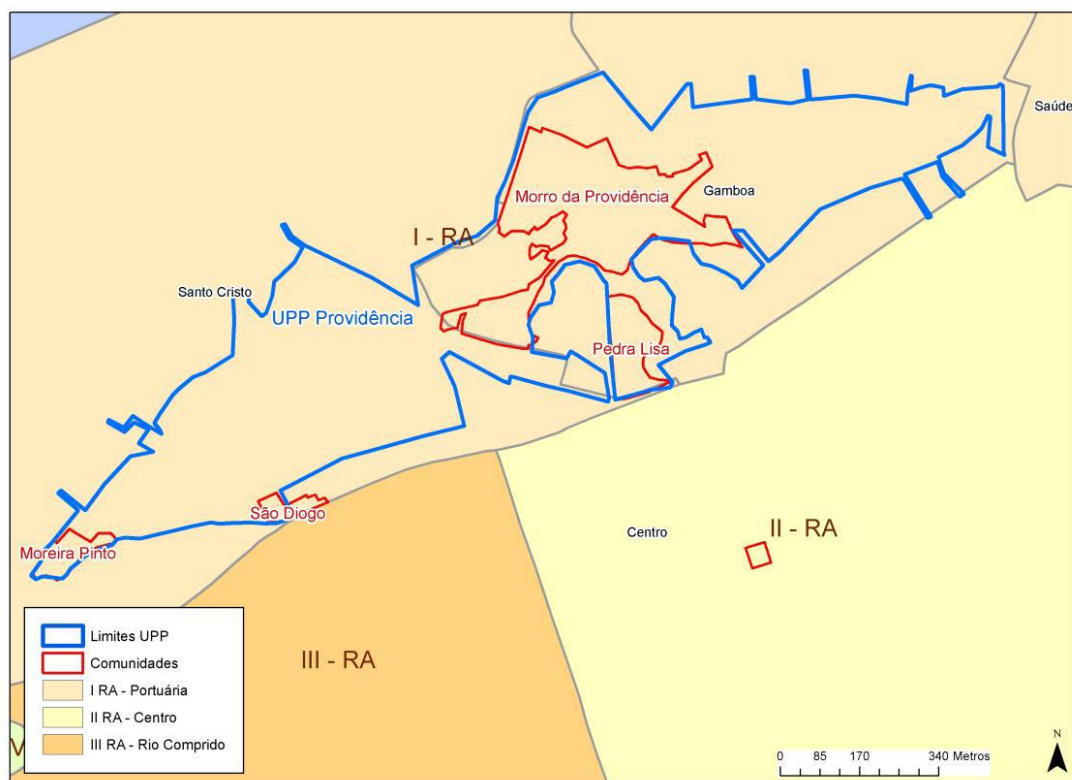
---

<sup>11</sup> Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/rio-bope-inicia-ocupacao-para-instalar-upp-na-providencia,86381054a250b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 02/10/2015.

## 2.1. Morro da Providência: entre os megaeventos e a pacificação

A UPP onde realizei minhas atividades foi a instalada no Morro da Providência nas imediações do Centro da cidade. A escolha se deu em função da facilidade de acesso e abertura da instituição para realização de pesquisas, a partir do contato direto de meu orientador com o então Comandante, tal como expliquei anteriormente.

A UPP Providência visa atender ao contexto do Morro da Providência que é formado por quatro comunidades: São Diego, Moreira Pinto, Morro da Providência e Pedra Lisa. Nesta composição, o Morro da Providência e a Pedra Lisa representam um complexo denominado “Complexo da Providência”. O perímetro das instalações físicas da UPP encontra-se entre a divisa do Bairro de Santo Cristo e da Gamboa. O primeiro composto pelo Complexo da Providência e o outro por Moreira Pinto e São Diego, melhor demonstrado na imagem abaixo.



**Imagem 01. Organização espacial da UPP Providência no contexto do Morro da Providência.**  
Fonte: SABREN/ IPP, 2011, ISP 2011



De acordo com estimativas do Instituto Pereira Passos com base nos dados do Censo Demográfico de 2010<sup>12</sup>, as comunidades do Morro da Providência somam uma população de 4.889 habitantes, sendo que destes, 4.094 viviam no Morro da Providência, ou seja, 84% do total de moradores.

O Morro da Providência é representado como a “primeira favela do Brasil”<sup>13</sup>. O retorno de soldados em 1897 que participaram da Guerra dos Canudos representa um marco na história da ocupação do Morro da Providência. Uma vez que não receberam o soldo que seria pago pelo Estado como uma espécie de recompensa por irem à guerra, os soldados se instalaram em uma encosta do Morro localizada próxima ao Ministério da Guerra.

As ruas estreitas e tortuosas parecem se assemelhar ao Arraial de Canudos, e os soldados passaram a denominar o arraial como Morro da Favela, remetendo-se às plantas espinhentas, de mesmo nome, que compunham a paisagem nas montanhas dos arredores de Canudos. Com o tempo, o termo favela passou a designar de forma genérica locais com habitações precárias, razão pela qual a área passou a ser conhecida como Morro da Providência. No início do século XX, a partir da Reforma Pereira Passos, a população do Morro aumentou ainda mais, uma vez que as populações de baixa renda que viviam nos cortiços derrubados passaram a se dirigir para aquele local.

Para além do valor histórico, a complexidade de relações é perceptível, uma vez que a região abrange toda extensão do Centro da Cidade, na altura da Central do Brasil por onde passam diariamente milhares de pessoas para pegar transportes ferroviários e rodoviários para as mais diversas partes da cidade, além de concentrar em suas proximidades uma das maiores áreas de comércio informal do Rio de Janeiro (PIRES, 2005).

Por estas razões, conforme explica João Trajano Sento Sé (2006, p. 5), a favela é encarada pela polícia do Rio de Janeiro como um ponto estratégico da rede de distribuição de drogas no estado, haja vista sua localização Central próxima ao Cais do Porto. Sendo assim, o morro funcionaria como um posto para receitação e distribuição de armas e drogas que abasteceriam outras favelas cariocas dominadas pelo mesmo comando.

---

<sup>12</sup> PREFEITURA DA CIDADE O RIO DE JANEIRO (2010). Panorama dos Territórios: UPP Providência. IPP/UPP Social. Disponível em: <http://uppsocial.org/territorios/providencia/>. Acesso em 02/09/2015.

<sup>13</sup> <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-450-anos/noticia/2015/01/conheca-historia-da-1-favela-do-rio-criada-ha-quase-120-anos.html>. Acesso: 10/10/2015.

Além disso, a área chama atenção por outros fatores de igual modo interessantes, dentro os quais a proximidade com uma área específica do Centro do Rio abrangida pelo projeto de revitalização do Porto do Rio de Janeiro, *Porto Maravilha*<sup>14</sup> alcançando os bairros da Gamboa, Saúde e Santo Cristo, que abarcam cerca de 5.000 (cinco mil) habitantes<sup>15</sup>. As mudanças decorrentes das obras do Complexo do Porto apontam para efeitos multidimensionais no cotidiano dos habitantes da localidade. De fato, os arredores da comunidade se transformaram em um canteiro de obras e, em decorrência disso, a especulação imobiliária na região decolou nos últimos anos. Além disso, o *Projeto Morar Carioca*<sup>16</sup>, atrelado ao *Projeto Porto Maravilha*, deflagrou um processo de remoção coletiva na comunidade.

Em 2009 os muros de algumas casas amanheceram marcados com as inscrições da sigla ‘SMH’ seguida de uma numeração de 4 dígitos. O significado literal da sigla é “Secretaria Municipal de Habitação”, porém, os moradores teriam (re)significado a sigla para interpretá-la como “Saia do Morro Hoje”, uma (in)consciente e irônica analogia histórica à chegada da Família Real Portuguesa no Brasil<sup>17</sup>. Naquele ano começaram as remoções na favela.

---

<sup>14</sup>*Porto Maravilha* é um programa de revitalização da Prefeitura do Rio de Janeiro, desenvolvido com o apoio do Governo Estadual e do Ministério do Turismo, que tem por intuito a requalificação da "Região Portuária" da cidade que sofreu grande degradação por falta de um incentivo às indústrias e residências desde os anos 60. O projeto prevê o desenvolvimento da região baseado nos princípios de sustentabilidade, com a reestruturação de ruas, praças e avenidas, trazendo melhoria na qualidade de vida dos atuais e futuros moradores da região. A operação urbana abrange uma área de 5 milhões m<sup>2</sup>, que tem como limites as Avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco e Francisco Bicalho. A previsão é que toda a região seja transformada até 2016 para o evento das Olimpíadas. Fonte: <http://www.upprj.com/index.php/informacao/informacao-selecionado/ficha-tecnica-upp-providencia/Provid%C3%AAnce>. Acesso em: 10/10/2015.

<sup>15</sup>Fonte: Instituto Pereira Passos, com base no Censo 2010 do IBGE

<sup>16</sup> Morar Carioca foi concebido para integrar-se ao Plano Municipal de Habitação de Interesse Social do qual será instrumento de regularização urbanística e fundiária, articulado a ações que contribuam para a integração efetiva dos assentamentos atendidos, em consonância com o disposto no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro. Até 2020 serão urbanizadas 251 unidades que correspondem a 586 assentamentos que se classificam como não urbanizadas ou parcialmente urbanizadas. Este conjunto representa mais de 232 mil domicílios (IBGE 2000) correspondentes a 67% do total de domicílios em favelas, que somados aos mais de 97 mil domicílios localizados em favelas já urbanizadas eleva o percentual de domicílios atendidos a 95%.

Fonte: [http://www.iabrij.org.br/morarcarioca/o\\_programa/](http://www.iabrij.org.br/morarcarioca/o_programa/). Acesso em: 10/10/2015.

<sup>17</sup> Quando a família real chegou ao Brasil os membros da família real foram alojados no Centro da Cidade e os demais agregados espalharam-se pela cidade em casas onde já residiam outras pessoas. As residências que seriam confiscadas foram assinaladas com P.R. (“Príncipe Regente”) o que deu origem ao trocadilho “Ponha-se na Rua”.



**Imagens 02 e 03**  
**Fotos: Maurício Hora**

Segundo o Dossiê dos ‘Megaeventos e Violação dos Direitos Humanos no Brasil’ (2012, p. 10) os projetos associados à região do Morro da Providência ameaçam famílias de remoção da população da área que em 2009 começou a ter suas casas demarcadas com a sigla. Segundo o mesmo dossiê há atualmente 832 casas alvo remoção sob o fundamento de “risco servigeotecnico estrutural e insalubridade” e “áreas de desadensamento”.

Outra notável consequência das obras do complexo foi a ampliação do interesse turístico pela região, que cresceu consideravelmente nos últimos anos. De igual modo, o mercado imobiliário expandiu. No mês de fevereiro desse ano diversos incêndios, até então sem explicação, atingiram casas da comunidade. Em uma das reuniões junto à associação dos moradores que ocorreu em fevereiro deste ano, a presidente da associação exigiu medidas por parte da UPP. Ora, sua fala deixou transparecer a desconfiança que os frequentes incêndios no morro poderiam não ser acidentais.

Para além das remoções outras questões correlatas às obras da região afetaram o dia-a-dia dos moradores. No período em que estive no campo participei de algumas reuniões junto à associação dos moradores, sempre acompanhadas dos policiais da UPP. Por ocasião destas reuniões, tomei conhecimento de demandas que se relacionam diretamente com o contexto de modificações urbanas no qual a favela está inserida.

Durante o processo de pesquisa, observação (novamente de observação do familiar) e escrita deste trabalho, refleti sobre essas demandas e outros fatores que podia observar não apenas no alto da comunidade, mas de igual modo, na região ao redor da favela. De certa

forma acompanhei as principais mudanças da região do *Complexo do Porto*. Na época em que as obras iniciaram eu estudava no Centro do Rio de Janeiro, mas, como moradora da Baixada Fluminense, diariamente fazia o trajeto de ônibus passando pela região. As obras aos arredores do morro foram se intensificando com o passar dos anos e, ainda hoje, praticamente às vésperas dos Jogos Olímpicos na cidade, ainda podem ser observadas por todos os contos, sobretudo nas principais áreas de acesso à favela.



**Imagem 04. Obras do VLT**  
**Foto: acervo pessoal**



**Imagem 05. Obras do VLT**  
**Foto: acervo pessoal**

A localidade conta com uma vista deslumbrante da cidade com destaque para a Baía de Guanabara e o Corcovado, com o Cristo muito próximo, de braços abertos, “mas sem proteger ninguém”, como dizem os nativos. – Como evidente consequência dos investimentos privados na região, e o considerável aumento nas taxas tributárias, diversos lojistas da área tiveram que fechar as portas. Na mesma reunião junto à associação dos moradores que tratou do caso dos incêndios, uma moradora indignada afirmou que agora precisava andar até a Lapa para fazer compras. Afinal, o mercado mais próximo, aquele que antes atendia às necessidades da comunidade, permanece desde outubro de 2014, fechado por tempo indeterminado.

As mudanças nas pautas do trânsito do Centro da cidade de igual modo afetam as rotinas dos moradores. Durante outra reunião da associação de moradores no mês de junho desse ano uma agente social da Concessionária Porto Novo, responsável pelas obras de

restauração do Porto Maravilha, notificou os moradores sobre o fechamento completo da Rua da Gamboa para realização de obras relacionadas à implantação da VLT (Veículo Leve sobre Trilhos).<sup>18</sup> A Rua da Gamboa é um dos principais acessos ao morro, sobretudo para entrada de veículos. Em função dessa interdição, que durará até a realização dos eventos olímpicos na cidade do Rio de Janeiro, os moradores precisam circular o morro até outra entrada (não tão) mais próxima.



**Imagem 06. Vista frontal do Morro**  
**Foto: acervo pessoal**

De igual modo as obras chegam ao interior da favela, tanto obras oriundas do próprio *Projeto Morar Carioca* quanto obras de infraestrutura propriamente dita podem ser observadas por todo morro. A inauguração do teleférico aconteceu quando eu já frequentava a UPP. As obras para construção da estrutura que liga um dos pontos mais altos da favela à Praça Américo Brum – que de igual modo passou por uma grande reforma nesse período –, até a Central do Brasil, durou quatro anos.

É possível afirmar que a instalação física da UPP no Morro e os elementos simbólicos que a acompanham. A entrada das UPPs, facilitou que tais obras pudessem acontecer no interior da favela. A circulação de pessoas de fora da comunidade também foi ampliada. Certa vez, em uma conversa informal com um taxista que me levava à comunidade ele afirmou que o acesso àquele local há alguns anos atrás era inimaginável. Enquanto

---

<sup>18</sup> O projeto consiste na implementação de um veículo que ligará o Centro da Cidade à região portuária por 28km e 32 paradas.

adentrávamos as vielas e subíamos o morro ele me indicava os locais onde os traficantes construía barricadas para impedir a entrada da polícia e de pessoas de fora da comunidade. Na sequência ele afirmou que agora os turistas poderiam conhecer a favela com segurança e sem dor de cabeça, o que, certamente, era positivo para os ganhos profissionais dele, sobretudo porque turistas interessavam-se muito por aquela favela.

Marcelo Burgos (2012) afirma que a ideia das ocupações nasceu não a partir do clamor social por controle da criminalidade, tampouco do perecimento dos moradores de favela sob o controle de criminosos. Embora no plano discursivo as UPPs visem garantir os direitos civis e sociais de cidadãos, outras razões seriam determinantes na implementação desta política pública de segurança. Neste caso, a partir do desejo de empresários que almejam investir na cidade do Rio, agora mais visada em função da realização da Copa do Mundo, que aconteceu em 2014, e dos Jogos Olímpicos, que acontecerão em 2016. Contudo, dada a situação de violência que o município experimentava, tais investimentos seriam inviáveis. Com efeito, foi a partir dessa necessidade que as UPPs surgiram. A citação abaixo corrobora a motivação empresarial do projeto das UPPs:

Uma quarta singularidade da UPP refere-se ao amplo apoio que ela vem recebendo do empresariado e que, na verdade, também está relacionado com o apoio da grande mídia. O programa da UPP foi concebido e implementado em meio ao processo de transformação do Rio de Janeiro em palco de grandes eventos internacionais, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, e com isso o empresariado também vem ganhando maior protagonismo na gestão da cidade. Nesse contexto, especialmente os setores do empresariado ligados à economia do petróleo, ao capital imobiliário, e às indústrias do turismo, comunicações e serviços em geral começam, gradualmente, a aderir à UPP, enxergando nela uma oportunidade para aumentar o controle sobre territórios da cidade até então entregues à lei do mais forte. Nesse caso, as favelas localizadas no que convencionou chamar de cinturão olímpico, que inclui toda a Zona Sul e parte das Zonas Norte e Oeste da cidade, têm despertado especial interesse, seja por sua importância para a logística de eventos como a Copa e as Olimpíadas, seja por seu apelo para o mercado imobiliário. (BURGOS, *et al.*, 2012, p. 55).

Nos últimos anos, diversas empresas foram convidadas ao investimento de recursos na instalação de UPPs. Tais recursos vêm sendo empregados na construção de estruturas

físicas, qualificação de mão de obra humana ou mesmo na oferta de serviços na comunidade. No ano de 2011 o Grupo EBX<sup>19</sup> investiu 40 milhões de reais no ramo da construção<sup>20</sup>, na contratação de efetivo na área de segurança e na compra de equipamentos. Já a Light desempenha outro tipo de participação, uma vez que atua, desde o início do Programa, através da oferta de serviços públicos em todas as Comunidades ocupadas por UPPs. Neste viés, a *Light* também atua como responsável pela promoção, junto à UPP Social, de determinados programas sociais, tais como o Programa Comunidade Eficiente, que se desenvolve através de atividades socioeducativas voltadas para a discussão do uso sustentável de energia, bem como no projeto *De Braços Abertos* que busca integrar a comunidade a cidade através do esporte.

A FIRJAN em parceria com o SESI também opera junto com UPP através de iniciativas de cunho educacional. Ademais, há também outras parcerias que contam com a participação da *Chevron Brasil Petróleo* e da *Natura Cosméticos*, que, inclusive, oferecem cursos profissionalizantes em algumas comunidades.

Conforme resta claro da observação geral do contexto das UPPs no Rio de Janeiro, esta não é uma particularidade da UPP Providência, pelo contrário, as comunidades que foram contempladas com as Unidades de Polícia Pacificadora encontram-se, principalmente, nas áreas onde se localizam os pontos turísticos mais visados da cidade. Em termos gerais, sua implantação vem se caracterizando pela promoção de um *cinturão* na capital (CANO, 2012), *blindando* as localidades as quais estarão envolvidas com os grandes eventos, dentre os quais ganham relevo os eventos esportivos envolvendo diferentes países, como o *Rio +20*, *Copa do Mundo*, *Olimpíada* e as *Paraolimpíadas*, localizados sobretudo na região da Zona Sul do estado. Por outro lado, a ocupação de comunidades do Centro (como foi o caso da Providência) e da Zona Norte relaciona-se com esta lógica para além do das exigências internacionais de infraestrutura para realização de eventos esportivos, uma vez que esta

---

<sup>19</sup> O Grupo EBX é constituído por 12 empresas que abrangem diversos setores, entre eles: mineração; exploração e produção de óleo e gás natural; logística, atuando sobretudo no setor portuário; energia; construção naval, afretamento de unidades de exploração e produção e serviços de operação e manutenção; imobiliário, com atuação nos estados do Rio de Janeiro, Ceará e Santa Catarina; empreendimento imobiliário na área da saúde, reunindo consultórios, clínicas, laboratórios de análises etc.; eventos corporativos e sociais na cidade do Rio de Janeiro; Turismo (o grupo adquiriu recentemente o antigo Hotel Glória, na cidade do Rio de Janeiro e a Marina da Glória); alimentação; saúde e beleza. Disponível em: <http://www.ebx.com.br/empresas.php> Acesso em: 23 dezembro, 2015.

<sup>20</sup>Fonte: <http://oglobo.globo.com/rio/cresce-numero-de-empresas-que-investem-nas-upps-2830806>

perspectiva está sobretudo vinculada à criação de condições que ampliem investimentos do setor privado na cidade do Rio de Janeiro.

O maior exemplo disso certamente é a criação da via expressa *Transcarioca* que visa integrar a Zona Norte à Zona Oeste do Estado. No caso específico da Comunidade estudada, observa-se o efeito da revitalização da região portuária e da construção do Porto Maravilha. Fato é que esses projetos atraíram capital e investimento privado para a região. Consequentemente a especulação imobiliária nessa área Central, outrora representada como abandonada pelo poder público, decolou, o que impulsiona ainda mais a participação do setor privado nestes investimentos.

Não é novidade alguma que as UPPs, sobretudo no início de sua implementação, receberam o apoio e incentivo da grande mídia, o que, certamente conferiu ao projeto, embora pouco discutido, uma grande credibilidade por meio da opinião pública. Isto porque, a proposta de pacificação figura como elemento essencial na produção de uma nova imagem da cidade do Rio de Janeiro, no que se relaciona à promoção de megaeventos internacionais, a lógica de comercialização voltada ao atendimento do público internacional precisa ser mistificada pela pacificação, a partir da incorporação do padrão de cidade-commodity (Kant de Lima et al., 2010).

Observando-se a ampliação do processo de “pacificação” a partir da localização das Unidades de Polícia Pacificadora, é possível conceber que dentre os objetivos definidos para nortear a prática dos Programas Desenvolvido nas UPPs há a preocupação na criação de condições para a ampliação de investimentos do setor privado, bem como a valorização do capital investido. Ora, tais indicativos apontam para um ponto: à medida que a UPP contribui para com o aumento dos lucros das empresas de iniciativa privada, que extrapolam as vantagens para a população local, junto com os benefícios advém os aumentos do custo de vida dos moradores da localidade. Consequentemente, se observa a elevação das tarifas provenientes da regularização de determinados serviços ou mesmo da regularização posse das propriedades, cuja consequência à longo prazo pode ser a expulsão de moradores dessas localidades, fato que implica na migração para outras regiões ainda pouco visadas pelos investidores.



## 2.2. UPP Social? Quando a polícia representa o Estado

Inobstante este cenário de grandes investimentos e parcerias público-privadas, durante todas as reuniões que pude acompanhar moradores permanecem relatando demandas estruturais da favela à polícia. Questões tais como constante falta de água e problemas com esgoto a céu aberto e dificuldade envolvendo transportes, são frequentemente pontuadas. Além de problemas com iluminação em diversos pontos do Morro e até mesmo no entorno da comunidade, na altura da Central do Brasil. Em outros contextos, externos ao espaço de reunião comunitária, alguns policiais relataram que são necessidades da favela, explicitadas pelos moradores, a instalação de hospitais, creches e escolas no morro.

Sobre este mesmo aspecto observei que o modelo de projetos sociais de esportes e outros projetos profissionalizantes destinados a crianças, jovens e adultos, oferecidos em parceria do governo junto a instituições privadas, como a FIRJAN, o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas) são prestadas a partir da polícia para a comunidade. A proposta de projetos sociais é inteiramente levada a cabo pelos próprios policiais. Desde as aulas de jiu-jitsu, celebrações de aniversários e datas comemorativas, passando pela promoção de atividades de reforço escolar, até a proposta de mediação. Tudo acontece por intermédio da polícia. Certa vez uma policial feminina afirmou “*aqui nós desempenhamos todos os papéis. Somos professores, psicólogos, mediares, assistente social (...)*”.

É interessante perceber que boa parte dessas demandas são direcionadas diretamente aos policiais militares da UPP durante as reuniões comunitárias. Neste sentido, é possível auferir que os moradores compreendem na pessoa do policial militar, que está ali por ocasião da instalação da Unidade de Polícia Pacificadora, uma espécie de mediador junto ao governo no contato com órgãos responsáveis pela prestação destes serviços. As demandas são formuladas a partir da explicitação dos problemas que os moradores enfrentam e expõem nas reuniões, sendo transformadas em pautas pelos policiais militares que, quando possível, entram em contato com os respectivos órgãos para dar suporte aos serviços solicitados.

Não é por acaso, todavia, que estas demandas são apresentadas e direcionadas desta forma. Ora, a proposta das UPP's Sociais vale-se do discurso oficial de ocupação do território visando a reversão da situação de ausência do Estado, no que se relaciona a direitos civis e sociais, sobretudo caracterizada pela deficiência de serviços públicos e obstáculos ao

exercício do direito à liberdade de ir e vir naqueles territórios. Tais problemáticas seriam provenientes da relação do tráfico nas comunidades, que impediriam, por meio do uso de armamentos, que estes serviços e direitos chegassem até moradores, na medida que laçavam mão destes enquanto mercadorias (MISSE, 1997). Após a consolidação e ocupação do território pelas UPPs, serviços outrora insuficientes seriam levados às comunidades, nos termos da Lei 5890/2011.

Art. 6º Sempre que ocorrer a ocupação de uma comunidade pelas UPP's, o Poder Público deverá, no prazo máximo de 120 (cento e vinte dias), articular suas Secretarias, órgãos vinculados e concessionárias, bem como estabelecer parcerias com as Prefeituras, visando disponibilizar serviços públicos plenos à população local.

I - a instalação de creches e escolas do ensino fundamental e médio, de acordo com a demanda local;

II - a construção de áreas de lazer, quadras poliesportivas e equipamentos culturais, acompanhados de projetos esportivos e culturais;

III - a implantação de unidades da FAETEC e de programas de estudo dirigido no contraturno, de acordo com a demanda local;

IV - a viabilização do acesso gratuito e coletivo à internet sem fio, de rede da energia elétrica e de saneamento básico;

V - a garantia de acesso a programas de 1º emprego pelos jovens.

Sobre o assunto, Daniel Misse (2013, p. 173) explica que a UPP Social consiste em um programa de “gestão social”, consubstanciada em uma pesquisa participativa a partir da qual os moradores relatariam suas demandas e necessidades locais aos agentes representantes do Estado que buscariam uma solução para o problema apresentado. A UPP Social seria basicamente um programa de “gestão social”, ou seja, uma pesquisa participativa, ou mesmo pesquisa-ação, em que moradores relatariam suas demandas e necessidades locais e o agente do estatal contratado buscaria a solução do problema através dos serviços ofertados. Para tanto, seria feita uma escuta dos moradores acerca dos serviços públicos estatais de sorte a torná-los compatíveis com os da cidade como um todo, promovendo o seu fim, a integração da favela à cidade.

O programa UPP Social foi criado pela Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos e, posteriormente, incorporado pela esfera municipal no Instituto Pereira Passos. O projeto tem por principal objetivo otimizar os resultados obtidos a partir do processo de pacificação, rompendo com o processo histórico de segregação socioespacial dessas áreas.

A UPP Social visa a integração dos territórios pacificados ao resto da cidade, por meio da articulação das políticas públicas municipais. Segundo o programa, a integração é multidimensional e compreende três segmentos complexos. Estado Democrático e Cidadania; desenvolvimento urbano; desenvolvimento social.

O primeiro eixo faz referência à segurança, na medida em que compreende a retomada do controle do território pelo Estado e policiamento regular e contínuo desses territórios. Há de igual modo uma preocupação com o acesso a serviços de justiça e administração de conflitos, num espaço apto à promoção da cidadania e participação social. Este último inclui apoio associativo às organizações comunitárias e acesso a canais de reivindicação de serviços públicos e de participação democrática, numa verdadeira perspectiva propícia à autonomia dos indivíduos.

O desenvolvimento urbano, por sua vez, divide-se em quatro segmentos, quais sejam: (i) urbanização e habitação, que inclui pavimentação de vias, drenagem, implantação de redes de saneamento básico, eliminação de risco, construção de habitações populares; (ii) serviços urbanos, que engloba provisão de água com regularidade e qualidade, saneamento, fornecimento de energia elétrica, internet, TV por assinatura, e serviços dos Correios; (iii) conservação urbana e ambiental, que compreende conservação de vias, equipamentos públicos, iluminação pública, recuperação de parques e áreas verdes, conservação de rios e da cobertura florestal; (iv) regularização e ordem pública, que inclui a regularização urbanística e fundiária, ordenamento da circulação viária e dos transportes, repactuação de regras de convivência etc.

O terceiro eixo, compreende a inclusão produtiva e erradicação da pobreza, educação e acesso à informação, saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer.

Trata-se, portanto, de um conjunto de intervenções no sentido de diminuir a distância entre as favelas e o resto da cidade a partir da promoção de políticas públicas nesse território. Com a entrada das UPPs nos territórios antes dominados pelo tráfico de drogas, inicia-se

então um processo de entrada do Estado e demais serviços públicos e privados nessas áreas da cidade. A partir dessa forte demanda pelo “social” nas favelas pacificadas, teria sido criado o programa UPP Social, cuja função básica seria facilitar a entrada de serviços públicos de sorte a promover a integração da favela à cidade.

Na prática, todavia, muito pouco da proposta se consolidou. Conforme asseverado até este ponto, são os policiais militares lotados na UPP que atuam junto à comunidade, atendendo às demandas na medida de suas possibilidades. Por esta razão a atuação policial é representada neste contexto como uma oportunidade para apresentação de demandas das mais variadas temáticas. Tais demandas recorrentes em sua maioria, da ausência de órgãos do Estado capazes de dirimi-las. Vânia Nascimento (2013) teve a mesma percepção desta relação da comunidade para com os agentes policiais atuantes na comunidade durante sua pesquisa sobre a mediação de conflitos por policiais da UPP no Morro da Formiga, zona norte do estado:

Parecia consensual que a UPP, por representar o Estado naquela localidade, deveria, por princípio, agir ali mais efetivamente. De modo quase automático, portanto, a população local associou a chegada da Unidade aos antigos pleitos por ações sociais, melhorias urbanísticas e serviços em geral, o que ultrapassava, em muito, as supostas competências e responsabilidades da polícia nos moldes tradicionais. As demandas, muitas encaminhadas diretamente à UPP, fizeram com que a Unidade se tornasse a principal mediadora entre a população e os órgãos responsáveis por serviços diversos (NASCIMENTO, 2013, p. 68).

Neste contexto, a atuação da UPP na favela perpassa por pontos antes negligenciados. Por si só esta transformação de perspectiva exige por parte da polícia para com os moradores e dos moradores para com a polícia, uma mudança substancial de práticas. O policial, portanto, no dia a dia passa a desempenhar um novo papel voltado para uma atuação de proximidade que, ao mesmo tempo em que se preocupa em dirimir demandas de cunho social encaminhadas nos termos expostos anteriormente à UPP, de igual modo mantém-se a perspectiva de combate à criminalidade nesse mesmo território. Esta nova dinâmica em que a polícia militar passa a exercer uma dupla função, mantém e exhibe uma articulação complexa, muitas vezes antagônicas fortemente atreladas às intervenções realizadas em

territórios da pobreza (MACHADO DA SILVA, 2008), onde o tradicional “discurso de guerra” que prioriza a intervenção violenta no que se relaciona à conflitos envolvendo tráfico de drogas (con)funde-se com o “discurso da proximidade”.

Assim, a proximidade entre policiais e comunidade significou uma mudança estrutural não apenas no cotidiano daquela comunidade, mas sobretudo na relação dos policiais que ali atuam para com a comunidade. Pude observar durante o período em que frequentei a Unidade uma série de situações que me levaram a refletir sobre a maneira como esta nova perspectiva de atuação vem sendo encarada pelos agentes que atuam na UPP Providência.

### **2.3. Breve histórico: políticas públicas de segurança pública em favelas cariocas**

Em meados da década de 1970, num contexto no qual se buscava compreender as causas do aumento da violência e da criminalidade, se instaura um debate nas ciências sociais acerca do tema da segurança pública. Ao longo da década de 1980, quando há aumento dos crimes violentos e expansão do tráfico de drogas, esse debate ganha centralidade na agenda política de movimentos sociais e governos, bem como na sociedade em geral. O processo de redemocratização, que culminou com a Constituição de 1988 representou mudanças na área das políticas de segurança pública.

Durante este processo de transição surge o conceito de Segurança Cidadã. O conceito encontra respaldos distintos ao projetado para segurança nacional. Segurança cidadã passa a ser relacionada à proteção do cidadão, contra a ameaça e o uso abusivo da força, contra a violência física ou psicológica. Com promulgação da Constituição Federal de 1988 o legislador no artigo 144, determinou que a segurança pública seria responsabilidade e direito de todos, portanto a participação dos cidadãos estava conclamada.

A Constituição de 1988 representou uma reforma na concepção ideológica e doutrinária da segurança pública. Além de “dever do Estado”, como está postulado no art. 144 da Constituição, a segurança pública passou a ser também responsabilidade de todos, o que significa, formalmente, o reconhecimento de um Estado democrático, no qual a concepção de ordem está diretamente relacionada às atitudes e valores do cidadão, quer isoladamente, ou em coletividade (KANT DE LIMA; MISSE; MIRANDA, 2000, p. 56).

Entretanto, após a Constituição de 1988, enquanto o problema da violência nas metrópoles persistia, a estrutura do sistema de segurança pública se mantinha inalterada. Diante desse quadro, as discussões referiam-se, sobretudo a efetivação do processo de redemocratização. Isto porque, embora a nova Constituição, tenha promovido uma reforma na concepção ideológica e doutrinária no plano do *dever-ser*, não implicou mudanças na estrutura do sistema de segurança pública, que manteve práticas e posturas próprias do regime militar (KANT DE LIMA; MISSE; MIRANDA, 2000; ADORNO, 2008).

Diante do aumento dos índices de violência, as ações do Estado na tentativa de controle deste cenário tornam-se mais intensas. Tendo em vista ações arbitrárias e truculentas, o debate acerca do papel da polícia e do direito dos cidadãos no campo da segurança pública torna-se premente. No contexto do Rio de Janeiro, tais debates ganham conotação expressiva. Por grande influência do então governador Leonel Brizola, o discurso dos direitos humanos no campo da Segurança Pública ganha espaço nas discussões públicas (SENTO-SÉ, 1998).

A agenda política do governo colocou em foco de discussão pontos atinentes à segurança pública, baseados no respeito aos direitos humanos. Segundo Sento-Sé (1998, p. 56) Brizola acreditava que naquele momento já haviam sido dados passos significativos na reestruturação do Estado de Direito a partir da restituição da cidadania a ex-presos e exilados políticos, cabendo ao Estado tomar a mesma medida em relação aos excluídos da sociedade, respeitando-se direitos básicos garantidos em lei. O governador, portanto, manifestava preocupação na proteção de ações arbitrárias e violentas perpetuadas por partes das instituições de segurança.

Neste sentido, desde o início do referido governo havia uma proposta de unificação das polícias civil e militar pautada na perspectiva de que a intervenção policial em favelas e áreas pobres deveria resguardar-se na lei. Em 1983 foi criado o Conselho de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos, vinculado à Secretaria de Estado da Polícia Militar do Rio de Janeiro, quando o Coronel PM Carlos Magno Nazareth Cerqueira atuava como Comandante Geral da PM.

Apesar das medidas tomadas pelo governo em atenção aos direitos do cidadão foi exatamente neste período que a cidade do Rio de Janeiro vivenciou o crescimento da violência e de organizações criminosas compostas por grupos armados voltado para o

controle do tráfico de entorpecentes nas favelas cariocas, fato que contribuiu na estigmatização destes territórios (ZALUAR, 1998; BRUGOS, 1998).

A partir dos anos 80 a própria dinâmica do tráfico de drogas foi alterada, mudanças que estas relacionadas às modificações na organização do crime, sobretudo no Rio de Janeiro, caracterizada pela entrada de cocaína e de modernas armas de fogo. O processo foi fortalecido pelo crescimento do comércio varejista de drogas no interior das favelas. O aumento do poder financeiro e bélico destes grupos é associado ao cometimento de ações mais violentas cometidas nos anos que sucederam estas mudanças.

Proporcionalmente, intervenções estatais centradas no combate a estes grupos armados tornaram-se mais constantes<sup>21</sup>. Por esta razão, a atuação pública passou a se concentrar no combate à violência urbana a partir do uso desmedido da força para fins de manutenção da ordem pública, tendo por alvo os moradores da favela, que, não raramente, eram identificados como traficantes e/ou pessoas coniventes com o tráfico (MACHADO DA SILVA & LEITE, 2008).

No caso específico do Rio de Janeiro, a associação da violência a determinados territórios da cidade é bastante forte. Nas representações dominantes, as favelas são vistas como o principal cenário da violência (MACHADO DA SILVA, 2008). Com efeito, a violência urbana altera profundamente o lugar das favelas no imaginário da cidade. “O medo se reifica e se especializa nos perigos imputados aos territórios de pobreza” (MACHADO DA SILVA, 2008, p. 14). Apesar de esse processo ter se acentuado nas últimas três décadas, a questão da favela como problema remete-se ao seu surgimento, no início do século XX, quando foi associada a uma imagem negativa, lugar da marginalidade, da violência e da degradação moral (VALLADARES, 2005).

Diversas ações foram implementadas no Rio de Janeiro (MISSE e CARVALHO, 2007) a fim de sentido de promover experiências que resultassem na transformação e estrutura de funcionamento da Polícia Militar. Visando uma melhor relação com a sociedade neste período.

---

<sup>21</sup> Sento-Sé (1998) esclarece que embora o Rio de Janeiro tenha sido pioneiro em práticas de valorização dos direitos humanos, em contraponto à concepção militarizada da segurança pública nos anos 80, ainda naquela década houve um forte apelo pela retomada de práticas que orientavam ações mais truculentas por parte das forças policiais.

Em 1994/1995 a Polícia Militar, em parceria com a *Viva Rio*, promoveu uma experiência de policiamento comunitário em Copacabana, tendo por objetivo a implementação de estratégias preventivas, trabalhos informativos e educativos sobre os limites da atuação policial a fim de aproximar a população da polícia. Contudo, conforme explicou Daniel Misse em sua tese (p. 85-86) não foram tais medidas capazes de alterar mais profundamente o ponto de vista organizacional da polícia, ocasionando mudanças nas estratégias de trabalho e relações de autoridade.

As ações nas favelas continuaram. Os projetos Mutirão pela Paz e o Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE) implementados entre o fim da década de 1990 e o início dos anos 2000, ganharam destaque neste sentido. Ambos tinham por perspectiva a garantia da segurança, a partir de experiências em favelas “modelos”, tendo como norte o respeito e a garantia aos direitos humanos.

O “Mutirão da Paz” foi implementado em Laranjeiras, na Zona Sul do Rio de Janeiro. O projeto durou dez meses e foi apresentado como uma nova modalidade de atuação da polícia no atendimento de demandas locais a partir da mobilização das mais diversas secretarias. Os GPAEs, por sua vez, surgem inspirados neste projeto.

### **2.3.1. Dos GPAEs às UPPs**

Conforme especificado anteriormente, as UPPs não representam a primeira experiência de implementação deste tipo de policiamento baseado na proximidade no estado do Rio de Janeiro, tampouco correspondem a uma experiência inédita na alocação de contingente fixo nas favelas cariocas. É sabido que tentativas anteriores de aproximação entre os moradores locais e a polícia foram tentadas a partir dos PPCs (Postos de Policiamento Comunitário) e dos GPAEs (Grupamentos de Policiamento em Áreas Especiais), ambos extintos sem sucesso.

Assim sendo, GPAE e UPP surgem na história da Segurança Pública estadual como iniciativas cujo objetivo mais difundido, tanto na mídia como nos discursos dos representantes do Estado, é acabar com a violência nas favelas, “territórios da pobreza e do crime”, em geral provocada pelos confrontos entre policiais e traficantes de drogas. Para Machado da Silva (2010), as UPPs reproduzem a linguagem da violência urbana, o que ele chama de pecado original, mas, “ao menos como projeto, as UPPs são, de fato, uma novidade muito positiva”. (SILVA, 2010)



Logo na primeira visita, quando a Unidade e seus respectivos projetos foram apresentados a mim, no pátio que estava sendo limpo para a construção de uma horta, foi possível observar, em meio ao lixo acumulado, uma placa do GPAE, o que evidencia a transição de uma política pública para outra naquele espaço.

Durante uma conversa um de meus interlocutores afirmou que as UPPs nada mais seriam do que a transição das GPAEs para um modelo que “*vende melhor*”, em suas palavras. Não é novidade alguma que as UPPs, sobretudo no início de sua implementação, receberam o apoio e incentivo da grande mídia, o que, certamente conferiu ao projeto, embora pouco discutido, uma grande credibilidade por meio da opinião pública.

A massiva divulgação midiática sobre as UPPs que circulou pela mídia nos anos que acompanharam sua implementação, revelam-se como um fator essencial à diferenciação desta política pública em relação aos esquecidos GPAEs. Daniel Misse (2013, p. 103) trata sobre a discrepante publicidade entre os programas na internet.

Outra importante diferença entre os programas GPAE e UPP se refere à publicidade que cada um teve. Uma rápida pesquisa na ferramenta de buscas “Google” realizada propondo um levantamento de janeiro de 2000 até 10 de junho de 2010, dezoito meses após a primeira Unidade de Polícia Pacificadores ser instalada com esta denominação, demonstra a visibilidade de cada uma das propostas. Dentro dessas referidas datas, ao digitarmos a expressão “GPAE” aparecem para um período de 10 anos 63.100 resultados. Já para “Unidade de Polícia Pacificadora” obtivemos 72.800 resultados em cerca de um ano e meio de programa. (MISSE, 2013, p. 103)

Lia Mattos e Luís Claudio Palermo (2014) trataram sobre o imaginário carioca e as representações da mídia e da imprensa no que se refere ao repertório da paz no contexto específico da pacificação das Favelas Santa Marta e Cidade de Deus. A partir da análise de materiais de um dos principais jornais de grande circulação do país. Os autores demonstraram que a pauta sobre violência urbana ocupava no jornal espaço significativo, tratando de assuntos relacionados a tiroteios, confrontos entre policiais e bandidos que, não raramente, resultavam em prisões e apreensões. Todavia, observou-se que a partir do processo de pacificação nestas comunidades o conteúdo veiculado pelo jornal passou a tratar

do assunto a partir de uma mudança de conotação e sentido da categoria “guerra” para a categoria “paz”.



**Imagem 07: Placa do GPAE no pátio da Unidade.**  
**Foto: Lenin Pires**

O GPAE foi implementado no mandato do Governador Anthony Garotinho. A proposta consistia no patrulhamento constante baseado na proximidade e na projeção de uma polícia comunitária. Os GPAEs aconteceram em sete favelas cariocas: Pavão-Pavãozinho, em Copacabana, Morro da Formiga, na Tijuca, Vila Cruzeiro, na Penha, Providência, no Centro, Rio das Pedras, em Jacarepaguá, e Morros do Cavalão e do Estado, em Niterói.

A proposta muito se aproxima dos objetivos das UPPs na medida em que também guardava como principal pretensão a obstrução de controle armado nos territórios contemplados pela medida. Assim como no caso das UPPs, não havia no projeto a proposta de eliminação do tráfico de drogas nestas áreas, mas, uma preocupação com a redução de efeitos decorrentes da ausência do Estado nas favelas, sobretudo aqueles relacionados ao cometimento de crimes contra a vida e as liberdades individuais. Outras similaridades podem ser auferidas, tendo em vista que a aproximação do efetivo policial com moradores dessas áreas contribuiria na modificação de estereótipos policiais de violência truculenta, construída em função décadas de intervenções nestes termos. Sendo assim, este cenário de proximidade favoreceria a oportunidade do surgimento de uma relação de confiança mútua entre moradores e policiais.

O projeto piloto dos GPAEs foi deflagrado na favela Pavão-Pavãozinho em 2000. No caso específico desta experiência constatou-se (ALBERNAZ; CARUSO; PATRÍCIO, 2007) uma considerável modificação no cotidiano da comunidade, tendo em vista que tiroteios e confrontos entre traficantes de facções rivais e entre traficantes e policiais deixaram de ser uma constante.

Mesmo admitindo a existência (agora circunscrita a alguns dos “territórios” da favela) do comércio ilegal de drogas, a experiência do GPAE revela que, na visão da população local, o principal indicador de “sucesso” do grupamento seria o fim dos tiroteios, diminuindo sensivelmente a letalidade das disputas, e não propriamente o fim do tráfico, como tradicionalmente preconizado e enunciado nas políticas de segurança pública destinadas às favelas. (ALBERNAZ; CARUSO; PATRÍCIO, 2007, p. 10).

Um aspecto notório e proporcional ao que observei na UPP relaciona-se à atuação do policial na comunidade, uma vez que estes tornaram-se no imaginário do morador e do próprio policial mediadores entre os moradores da favela e o poder público. De acordo com a pesquisa supramencionada, os moradores procuravam a unidade do GPAE em busca de resolução para casos de violência doméstica ou brigas entre vizinhos, além de também recorrerem à mesma em situação de emergência médica ou pedindo para os policiais acionarem os serviços públicos como água e luz. Portanto, as atribuições dos grupamentos fugiam às diretrizes iniciais, que os incumbia apenas da prevenção de conflitos armados. A população substituiu, então, a figura do solucionador de problemas, que era atribuída a uma figura que representava o poder dentro da favela – os denominados donos do morro (CANO, 2012) –, pela imagem do policial.

Ora, a proposta do GPAE não apresentou melhorias no acesso à direitos fundamentais. No entanto, há de se considerar que a aposta de um policiamento baseado na proximidade, preocupado com a modificação da relação entre a polícia e a comunidade tem seus méritos, denotando um avanço dirigido se considerarmos os padrões de combate inimigo ao qual as intervenções policiais tradicionais estavam familiarizadas.

Embora um dos maiores obstáculos relatados por policiais militares tenha sido exatamente o estabelecimento de relações de confiança dos moradores, a questão que

colocou em cheque o projeto foi a descontinuidade da proposta (ALBERNAZ; CARUSO; PATRÍCIO, 2006). A interrupção do programa pode ser atribuída a causas multifacetárias. Que vão desde o término do mandato do governador que o instituiu até a pouca repercussão do projeto enquanto política de segurança pública, principalmente por meios midiáticos, o que representava pouco apoio popular.

Esta interrupção, sumária e abrupta, do projeto – uma vez que os moradores não possuíam a expectativa de que os policiais saíram das favelas – representa de maneira bastante simbólica a situação das políticas públicas nesta época. Os projetos eram formulados e executados com pouco ou nenhum planejamento, buscando apenas responder a demandas imediatas. A falta de acompanhamento e avaliação dos impactos do GPAE certamente minou o programa, que não obteve continuidade.

Logo após a saída da corporação, como era de se imaginar, o tráfico voltou a controlar os espaços contemplados com o programa. Isto aponta para uma questão grave. Se em todo o tempo de execução da política pública, a tentativa era de se construir uma relação de confiança entre os moradores das comunidades e a polícia, esta ideia rui quando a iniciativa é interrompida, levando os atores dessa relação à estaca zero se considerarmos o (ainda que pouco) progresso nas relações de proximidade.

O imaginário popular volta a ser povoado com as lembranças de abandono que o poder público sempre reservou às favelas. A remoção das unidades policiais traz novamente à tona, na visão dos moradores, a ineficiência das políticas promovidas pelo governo. Mesmo que a implementação da polícia de proximidade e do projeto do GPAE denote um avanço do ponto de vista ideológico, há por parte dos moradores de áreas faveladas um clamor por políticas públicas, de forma permanente e definitiva. A saída dos policiais em nada contribuiu para esta premissa.

O efeito disso é expresso como as duas faces de uma mesma moeda. Se por um lado a comunidade desconfia da continuidade e permanência das UPPs (BURGOS, 2012, p. 88-90), a polícia também apresenta tal receio (CeSEC, 2011 e 2013). Esta percepção, está intimamente atrelada ao cenário de abrupta interrupção dos GPAEs e é somada à ideia de que as UPPs persistirão apenas até o momento em que o Rio de Janeiro conclua sua agenda internacional como sede de eventos internacionais de grande porte.

Este fator foi apontado como um dos resultados da pesquisa “*Como pensam policiais de UPP*” realizada pelo CeSEC em 2010. Ora, a expectativa de que o projeto não irá durar, dificulta a identificação dos policiais com os projetos sociais que desenvolvem nas Unidades.

Em muitas situações durante conversas com os policiais da UPP Providência pude constatar esta condição. Se no caso dos GPAEs esperava-se a continuidade do projeto, no caso das UPPs a expectativa é proporcionalmente oposta. Em muitas situações policiais e oficiais com os quais dialoguei contaram sobre o receio do destino das UPPs após a realização das Olimpíadas em 2016. Embora as UPPs representem maiores repercussões no cotidiano da comunidade do que os extintos GPAEs, as incertezas com os rumos e destinos da política, de certa forma interferem na consolidação de uma relação de proximidade que já é fragilizada por conta de aspectos próprios desta relação conturbada.

Embora todas essas iniciativas tenham apresentado alguns resultados positivos, foram desativadas em pouco tempo. Isso aconteceu provavelmente por serem iniciativas isoladas, muitas vezes dependentes das características pessoais do comandante local ou por terem sido implantadas apenas como balões de ensaio por um batalhão ou outro da Polícia Militar (PM). Em todas, faltou o elemento crucial para converter um experimento isolado em política de segurança ou em nova prática policial consolidada. Faltou o apoio efetivo dos governadores, das equipes à frente da Secretaria Estadual de Segurança, das demais secretarias estaduais e municipais e do próprio comando da PM. (SOARES et al, 2012)

O trabalho da polícia militar conhecido como GPAE já teve sua prática encerrada. Hoje, utilizando algumas características da chamada “filosofia do policiamento comunitário”, as UPPs aparecem como um programa de governo.

As UPPs têm sido pensadas e apresentadas como uma nova política de segurança, isto é, de manutenção da ordem pública, mas esse é um enorme exagero. Uma política de segurança supõe, necessariamente, confiança generalizada nas instituições, de modo a sustentar e expressar a legitimidade da atuação destas, e tal condição deve basear-se em um conjunto de políticas que combine, ao mesmo tempo, o controle e a prevenção das práticas definidas como ilícitas (isto é, a garantia de manutenção da ordem pública pela coerção

juridicamente fundamentada) e a proteção social (isto é, a ampliação das condições de exercício da cidadania). Nesse quadro, as UPPs precisariam estar contidas nos limites restritos de um programa que propõe uma modalidade de atividade policial rotineira de controle social. Elas corresponderiam apenas à adaptação ao Rio de Janeiro do que o jargão técnico chama de policiamento ‘de proximidade’ ou ‘comunitário’. Isso é tudo que deveriam ser, e já seria muito, diante da tradicionalmente desastrosa atuação de nossas polícias. (MACHADO DA SILVA, 2010)

A proposta de policiamento de proximidade pressupõe confiança. Mas, no caso das UPPs, trata-se de confiar em instituições que já decepcionaram a sociedade em diversas situações. Há de se ressaltar, no entanto, que o projeto das UPPs conta com peculiaridades. Segundo a Secretaria de Segurança, um desses diferenciais é o fato de que uma Unidade de Polícia Pacificadora só é implantada após a retomada do território pelo Estado. As experiências do passado não retomaram o território, razão pela qual passou-se a conviver com o domínio de bandidos em regiões conflagradas, sem ter poder para controlar o local e impor a lei.

Uma outra característica particular do projeto é contar com policiais recém-formados, livres dos chamados “vícios da corporação”. Uma vez que, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Pesquisa Social (IBPS), apenas 34% da população do estado do Rio de Janeiro confia na Polícia Militar, a Secretaria de Segurança tem, dessa forma, a chance de estabelecer a confiança que até hoje não conseguiu conquistar. Por fim, um diferencial representativo é o fato de que as UPPs possuem, de certa forma, um comando descentralizado dos batalhões, focado na presença constante de capitães, normalmente jovens e carismáticos, na unidade pela qual são responsáveis.

Há, por parte de alguns pesquisadores otimismo em relação às UPPs, se relacionada a projetos anteriores.

Tudo indica que estão presentes, hoje, as condições que faltaram às iniciativas anteriores: trata-se de um projeto governamental, com apoio de diversos órgãos estaduais e implantado em grande escala, não como experimento pontual. Condições que, somadas à imprescindível participação da população das comunidades incluídas e do asfalto, com o desenvolvimento integrado de outras

intervenções sociais e com mecanismos de monitoramento, controle e avaliação, poderão assegurar, pela primeira vez, a sustentabilidade de uma política de segurança voltada especificamente para as favelas. (SOARES et al, 2012)

### **3. DISCURSOS E ATUAÇÃO POLICIAL NA UPP PROVIDÊNCIA**

A proposta deste capítulo é compreender em que medida os discursos de policiais militares atuantes na Unidade da Providência se aproximam ou se afastam do conteúdo programático da política pública das UPPs. A partir de contrastes evidentes na atuação de alguns policiais reflito sobre as representações das favelas presentes no imaginário policial bem como, sobre os parâmetros norteadores destas representações. Com base nestes pressupostos analiso a relação entre a forma como a ideia igualdade é encarada em relação a determinados seguimentos da sociedade e sobre a relação de controle exercida com bases em discursos provenientes desta percepção.

#### **3.1. Atores policiais e contraste entre discursos**

Atualmente, a UPP Providência conta com um efetivo policial de 209 homens<sup>22</sup>. Curiosamente, embora a informação oficial disponibilizada pelo governo do estado tenha optado pela delimitação do gênero masculino para contagem do efetivo, muitas policiais mulheres também atuam na Unidade. Falarei mais detidamente a seguir sobre o papel dessas policiais no dia-a-dia da UPP.

Durante os diálogos e observações que pude desenvolver com parte desse efetivo percebi um contraste significativo entre discursos. Enquanto havia policiais vinculados aos trabalhos de interação com a comunidade, cujo discurso veiculado voltava-se para a proposta de pacificação e que encaravam as atividades desenvolvidas ali como fundamentais na mediação, afastamento, solução e prevenção de conflitos. Por outro lado, e em contraposição, havia policiais que compartilhavam o tradicional discurso do policiamento ostensivo. Tal discurso se mostrou vigoroso, uma vez que informava as práticas dos agentes responsáveis pelas incursões na comunidade na busca pela apreensão de drogas e armas de fogo. De modo que, estes possuíam uma visão muito próxima à de "guerra ao tráfico", de busca pela eliminação do inimigo: o traficante.

No geral, percebo que alguns policiais são mais ligados à comunidade, aproximam-se, dialogam e buscam interagir, principalmente com as crianças. Sobretudo policiais mulheres, embora alguns homens também o façam. Para outros policiais, todavia, a

---

<sup>22</sup> Fonte: <http://www.upprj.com/index.php/informacao/informacao-interna/Provid%C3%Aancia>. Acesso: 26/12/2015.



proximidade e interação com a comunidade não agrada tanto. Identificam-se mais com a atuação tradicional da polícia. De fato, a mudança de postura e do *ethos* policial representam um grande desafio na prática.

Essa tradição guarda relação com a própria história da instituição Polícia Militar. A militarização para fins de controle de criminalidade, mantêm a divisão da população do Brasil, sendo os ditos “criminosos” tratados com repressão policial pesada e generalizada. Inicialmente, esta postura da polícia no Brasil aparece claramente durante o regime militar (1964-1985). Confundindo a atuação das forças armadas, com as ideologias de Defesa Nacional. Suas atividades se encontravam sob a tutela de uma doutrina de Segurança Nacional. O autoritarismo, a arbitrariedade e a violência eram encaradas como táticas e estratégias de guerrilha, no combate aos “subversivos”. Portanto as práticas truculentas, torturas e homicídios eram justificadas a partir do argumento da ordem e da segurança nacional.

Foi esta ideologia de guerra que esteve presente na formação dos policiais durante décadas. Treinados pelas forças armadas, mais precisamente pelo exército. Durante a formação militar, realizada nas academias de polícia, os policiais eram submetidos a diversos treinamentos que objetivavam testar limites físicos e psicológicos. Preparando-os para o combate, como na guerra, o que dava a este treinamento a sua característica militar, com o intuito específico de criar obediência à autoridade organizacional e apoio irrefletido a ela.

Esta cultura institucional militarizada, bem como suas práticas e treinamentos foram disseminadas de geração a geração dentro das academias de polícia, e somente após o final da ditadura militar que foi possível instituir novas políticas de segurança pública com intuito de modificar o modelo tradicional. Porém, o *ethos* policial reiterado pela tradição é difícil de ser rompido.

Há neste sentido, uma necessidade de mudança da própria polícia. Tanto no que se relaciona à aproximação com moradores de favelas, quanto na sua relação de policiamento junto à sociedade como um todo. Tal preocupação é inclusive apontada no plano normativo, no âmbito do Decreto nº 44.177/13. A terceira fase de implementação das UPPs prevê que o efetivo deve ser novo. No caso, o policial recém-formado deve ser submetido a um curso de formação voltado para a proposta de policiamento comunitário e ênfase em direitos

humanos. O Decreto também manifesta uma preocupação com a corrupção na Polícia Militar, associada – popularmente – aos baixos salários recebidos pelos policiais.

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

### **DECRETO Nº 44.177 DE 26 DE ABRIL DE 2013**

DÁ NOVA REDAÇÃO AO DECRETO Nº 42.787, DE 06 DE JANEIRO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO, ESTRUTURA,

ATUAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA (UPP) NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, tendo em vista o que consta do Processo nº E-09/077/2551/2012,

Art. 7º – Todos os policiais militares lotados e em efetivo exercício nas UPP farão jus à percepção de gratificação de encargos especiais no valor R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), salvo os graduados que exercerem o Serviço de Supervisão, em número de 12 (doze) nas UPP Classe A e 08 (oito) nas UPP Classe B, que pela relevância de sua ação fiscalizadora sobre a atuação do efetivo em serviço farão jus à percepção de Gratificação de Encargos Especiais, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

§ 1º – Os policiais militares a que se refere o caput deste artigo farão jus, também, a auxílio transporte e serão desarranchados, nos termos da legislação em vigor.

**§ 2º – Os policiais militares classificados nas unidades de polícia pacificadora deverão ter formação especial, com ênfase em Direitos Humanos e na doutrina de Polícia Comunitária, e os**

**soldados deverão, obrigatoriamente, ser policiais militares recém-formados.**

(grifo meu)

Jacqueline Muniz e Katia Mello (2015) entendem, neste sentido, que o principal desafio das UPPs é a recuperação da legitimidade para a polícia policiar nestes territórios. Uma verdadeira empreitada na busca por (re)conciliação com os moradores locais das favelas, com a sociedade e com a própria polícia.

Pode-se dizer que o principal desafio das Unidades de Polícia Pacificadora é uma longa e épica jornada, favela adentro, em busca da proximidade perdida, da legitimidade para policiar há muito esquecida entre os direitos violados, as sujeições rotinizadas, os corpos vitimados, os objetos pessoais expropriados e os valores organizacionais corrompidos pelo disparate da fabricação de uma guerra contra o crime como fim político, pelo convite ao enfrentamento como modo intermitente de convívio, pelo confronto armado como meio de afirmação de uma autoridade policial destituída de seu governo, insegura no exercício de sua razão de ser e indigente diante da população. O novo paradigma de incursão pacífica e permanente pelas ruas, becos e vielas das favelas volta-se para a procura do consentimento da coletividade, antes invadida por policiais e criminosos, agora policiada, espera-se, apenas pela polícia. Trata-se de por em operação a polícia de proximidade que desdobra-se idealmente numa dinâmica de reconciliação da polícia com ela mesma, e desta com a comunidade a ser policiada. Uma pacificação tanto do público interno quanto externo em todas as etapas de sua implantação. Inscreve-se na ambição de fazer das abordagens policiais um lugar de reaproximação. Ao invés de tomar o outro de si e desterrá-lo, garanti-lo para si, soberano em seu próprio lugar. Abordagem. (MUNIZ e MELLO, 2015, 46-47).

Por esta razão seria necessário romper com a polícia tradicional. Aquela cuja ostensividade tem sua atuação repressiva, baseada no exercício do poder de coação do Estado. Aquela na qual a atuação policial está pautada no distanciamento para com a comunidade.

Essa forma de atuação policial está pautada por um distanciamento, ou seja, o policial está treinado para atuar distante da comunidade, tendo como instrumento de trabalho o rádio e a viatura para que se torne possível sua incursão nas localidades às quais seja informado do ato criminoso. Esse policial e seu treinamento distanciado são expressão de um modelo de atuação policial que não costuma entender os conflitos através de uma relação mais próxima com a comunidade. A única relação que há nessa forma de atuação policial é homem-rádio-viatura. Desta forma, a polícia tradicional baseia-se no tripé: reatividade; ostensividade; e distanciamento (ou relação rádio-homem-viatura). (MISSE, 2013, p. 82).

A proposta das UPPs rompe com o modelo de polícia distante, visando o estabelecimento de uma polícia comunitária, cujo policiamento é feito de maneira próxima dos moradores, órgãos e entidades locais. Pode-se valer, portanto, da metáfora de rompimento com as práticas próprias de uma “velha polícia”, o que, por sua vez, daria lugar a uma “nova polícia”.

Todavia, há de se ressaltar que, embora as UPPs surjam com a proposta de aproximação, na prática há questões a serem enfrentadas. Devemos considerar que atualmente não há hegemonia dentro da Polícia Militar, tampouco isto ocorre nas no âmbito das UPPs. Marcia Pereira Leite (2012) relaciona a questão ressaltando a coexistência de dois modelos opostos de intervenção nas favelas. Se por um lado, a proposta de Pacificação aponta para uma nova forma de relação e tratamento para com a população das áreas ocupadas, por outro lado é mantido o modelo de enfrentamento em outras favelas – e na própria favela ocupada, conforme constatei durante a pesquisa. Ora, tal cenário dificulta a harmonização de métodos e formas de atuação, fato observado no cotidiano da UPP que frequentei.

Um fator, de certa forma atrelado ao anterior, observado por mim durante as conversas que tive com policiais da Unidade reflete-se no fato de que parte daqueles policiais que servem na UPP, se pudessem escolher, não estaria ali.

O diálogo a seguir ilustra tal afirmação. Enquanto aguardava o comando fiquei na portaria da Unidade, onde três soldados conversavam abertamente. Um deles mostrou-se bastante indignado, pois, pelo que pude compreender, no dia seguinte haveria um baile na comunidade. Irritado, ele afirmou que era uma vergonha permitir que houvesse baile

naquelas circunstâncias, pois “*o tiro estava comendo solto no local*”. E sentenciou: “*Esses favelados devem ficar achando que a gente é idiota, bando de gansos filhos da puta*”.

Algumas semanas antes desse diálogo acontecer, durante o período das eleições estaduais e federais, o clima na comunidade ficou complicado. Naquele mês uma facção criminosa rival àquela dominante na favela tentou invadir o Morro em duas ocasiões. Muitas situações análogas a essa aconteceram no Rio de Janeiro nesse período pré e pós-eleições. Acontecimentos estes que foram noticiados pela grande mídia. No encontro anterior eu havia conversado sobre esse assunto com o comandante que me explicou que em épocas de eleições as coisas sempre ficam bastante tensas. Isso porque, segundo ele, as facções querem mostrar que são elas que mandam no Rio de Janeiro e que a UPP não manda em nada.

*“É uma forma de dizer pra sociedade que o governo atual não consegue contê-los, quando na verdade estamos o ano inteiro aqui dificultando a atuação do tráfico. Assim, é gerada uma propaganda negativa, no sentido de tirar o governo atual do poder”.*

Voltando à conversa dos três policiais, um deles virou pra mim e falou, como um claro convite a participar do diálogo:

*“Você não concorda que esses favelados só querem fumar maconha nesses bailes? Eu queria entender qual a nossa função aqui, afinal de contas. Eles devem achar que a gente é otário”.*

Sorri e comentei “complicado”. A afirmação me incomodou um pouco, mas aproveitei a deixa da ocasião para conversar com soldados sobre o dia-a-dia da profissão deles.

*Eu - Vocês trabalham aqui há muito tempo?”, perguntei.*

*PM<sub>1</sub> - “Eu e ele trabalhamos há um ano só, “fulano” tá aqui faz quase três”.*

*Eu - “Mas é ruim pra vocês trabalhar aqui”?*

*PM<sub>2</sub> - “Olha, moça, sinceramente eu preferia quando trabalhava em batalhão” – respondeu aquele com mais tempo de UPP. “Normalmente eles mandam pra cá soldado recém-formado; aí eles estão animados pra ver o tiro comendo, aí a princípio acham que vai ser interessante. Mas na prática não funciona bem assim. O fato de estarmos limitados a trabalhar só aqui é muito complicado. A gente conhece os moradores pelo nome, os traficantes locais também conhecem a nossa cara, se eles pegam a gente na rua você acha que vão fazer o que, vão dar bom dia? Claro que não, vão encher a gente de tiro”.*

*PM<sub>1</sub> - “Pois é, quando você trabalha em batalhão você entra na comunidade, mata ou prende e sai fora. E aqui ninguém vale nada, ou são traficantes ou são coniventes com o tráfico”.*

O policial com mais tempo de corporação, visivelmente incomodado, questionou a afirmação do colega mais jovem:

*PM<sub>3</sub> “Pera lá, a maioria aqui é morador mesmo, a maioria dessas pessoas não tem nada a ver com isso. O problema, menina, é que as pessoas aqui tem medo dos bandidos. Isso aqui ficou durante séculos esquecido pelo estado e pelo governo. Como eles vão ter uma boa relação com a polícia?”.*

O presente diálogo revela muito o perfil policial vinculado a esta UPP, se por um lado boa parte dos policiais que estão lotados ali não gostariam de estar servindo em uma UPP, por outro lado há policiais que compreendem a importância desta função, ainda que apresentem algum nível de resistência sobre o trabalho, compreendem melhor os pressupostos e interações da UPP naquele espaço.

Recente pesquisa do CESeC (2012) aponta que apenas 2,9% dos policiais militares lotados em UPPs entendem que a relação com a comunidade é positiva, em contrapartida, 34,7% dos entrevistados por esta mesma pesquisa entendem que a relação com a comunidade é o maior entrave à atuação policial. Nessa mesma esteira as tensões entre a comunidade e a polícia se expressam também na percepção, compartilhada por 46,1% do efetivo, de que a maioria da população nutre sentimentos negativos em relação à presença dos policiais da UPP.

A pesquisa observou que praticamente 60% dos policiais entrevistados gostaria de ser transferidos para batalhões convencionais e cerca de 30% para unidades especializadas como o Bope ou Batalhão de Choque.

Os dados da pesquisa vão ao encontro do que observei na UPP Providência. Se, por um lado, parte dos policiais não se sentiam à vontade em se relacionar com a comunidade, por outro a maior parte dos policiais não gostava de atuar em uma UPP. Tal cenário revela uma resistência ao abandono das atividades tradicionais de policiamento ostensivo e aproximação da comunidade. Isso se revela, por exemplo, na necessidade de circular pelos espaços comunidade e da UPP, não raramente, com fuzis.

Sobre o assunto o relatório descritivo da pesquisa realizada pelo CESeC (MUSUMECI et al., 2013, p. 14) conclui que a relação de apego ao fuzil por parte do policial de UPP guarda relação com a persistência do imaginário do modelo de “polícia bélica”. Polícia esta que encontra autoridade e capacidade preventiva na exibição ostensiva de um símbolo de força e poder. Ora, o paradigma da polícia de proximidade, mais voltada para o diálogo do que para a força ostensiva é frustrado pela iminência de que o armamento pode ter efeito imediatamente oposto ao preterido inicial. Ao invés de aproximar, afasta, impõe medo e mantém a distância.

Por essa razão, falas como as dos policiais do diálogo acima revelam-se verdadeiras constantes. Há resistência na compreensão da proposta de polícia de proximidade uma vez que trabalho realizado por policiais das UPPs não é percebido por alguns atores da Unidade como parte do papel da polícia que se relacionam a questões em torno do “fazer policial” (KANT DE LIMA, 1995; MUNIZ, 1999). Tal como expresso na fala a seguir de um policial com quem conversei durante uma carona que peguei na viatura na descida do Morro: *“Isso aqui não é ser policial. Ser policial é subir morro, matar meia dúzia e ir embora para minha casa. Se quisesse ficar ouvindo problema dos outros eu trabalhava como assistente social”*.

### **3.2. “Gerações perdidas” e “sementinhas do mal”: representações policiais sobre a favela e seus moradores**

Em uma das muitas caronas que tomei ao deixar a UPP acompanhei uma situação curiosa. Eu conversava amistosamente com a policial feminina sentada ao meu lado no banco de trás da viatura policial. Os dois policiais na parte dianteira do veículo permaneciam em silêncio. O que estava a minha frente, no banco do carona mantinha o fuzil para fora da janela por todo o percurso. Fato este que nunca consegui naturalizar – apesar da explicação (até certo ponto plausível) de que a arma não poderia permanecer no colo do carona pois atrapalhava aquele que dirigia no momento de passar a marcha.

Quando paramos no sinal, próximo à estação do teleférico, avistei dois meninos que estavam do outro lado da rua. Eles vestiam uniformes escolares. Presumi que tivessem entre 10 e 11 anos de idade. O menor deles atravessou a rua e foi até a viatura falar com a policial. Ela perguntou por que eles estavam sumidos da UPP e o menino respondeu que apareceria lá na próxima semana, pois estava com *“saudades de todos”*. Complementando o diálogo ela questionou se ele estava indo à escola *“direitinho”*. Ele afirmou positivamente, dizendo que estava voltando da aula. Quando o sinal abriu e o menino se afastou da viatura o policial que dirigia o veículo e permanecera calado durante todo o trajeto, bravejou em tom irônico *“essa sementinha do mal já tá grandinha, por isso sumiu lá do projeto”*.

Durante minhas interlocuções ouvi comentários bastante parecidos este. Frequentemente crianças, adolescentes e moradores em geral, eram retratados a mim por alguns policiais militares como indivíduos adeptos e apoiadores do tráfico de drogas.

Certa vez, o subcomandante afirmou que o trabalho que ele estava fazendo naquele lugar não teria resultados por enquanto. Isto porque, segundo ele, haveria duas *“gerações*



*perdidas*”. Sua orientação neste sentido teve uma fonte oficial. O Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, declarou publicamente em meados de 2013<sup>23</sup> não ser possível pôr fim ao tráfico de drogas, tampouco à violência nos bairros ocupados por UPPs pois “várias gerações” de famílias trabalham para o tráfico. A única solução para a questão da segurança pública no Rio de Janeiro segundo José Mariano Beltrame seria a “perda de uma geração para modificação do quadro de violência”.

Ora, este discurso pode causar inquietações e levar a questionamentos que extrapolam a proposta inicial das UPPs. Isto porque, se há duas gerações perdidas, no tempo presente, parece não haver sentido nas propostas elencadas no plano normativo. Tampouco há perspectiva de que os projetos sociais promovidos naquele espaço tenham este potencial de mudança.

Diante destas manifestações é possível afirmar que se percebe no morador de favelas (pacificadas ou não) potenciais criminosos. Relacionando este potencial ao possível determinismo do local de vivência com o cometimento de ações criminosas.

A partir dos anos 80 as favelas cariocas passaram a representar problemas relacionados ao elevado índice de violência relacionados às disputas entre quadrilhas de traficantes, marcadas por constantes trocas de tiro. Por esta razão o país passou a acompanhar com maior atenção a situação das favelas do Rio de Janeiro. A questão tornou-se um dos principais pontos de discussão da grande mídia num apelo por providências tanto por parte da esfera federal quanto estadual pelo controle da criminalidade. Muito falava-se sobre a ausência do Estado nesses territórios que passaram a ser controlados por grupos armados.

No caso específico do Rio de Janeiro as representações dominantes das últimas décadas associam a favela a um espaço de violência (MACHADO DA SILVA, 2008). A partir deste cenário de representação de insegurança consolidou-se a ideia de que o estado estava vivendo uma “crise da segurança pública” (KANT DE LIMA, MISSE, MIRANDA, 2000), na medida em que a cidade do Rio de Janeiro passa a ser representada como uma cidade de guerra, na qual as favelas representam o território onde estão instalados inimigos a serem combatidos. As políticas de segurança pública norteadas por esta concepção pautam

---

<sup>23</sup> Fonte: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2013/11/19/violencia-vai-continuar-nas-comunidades-pacificadas-do-rio-diz-beltrame.htm>. Acesso em: 03/11/2015.

sua atuação nesta metáfora de guerra. Com efeito, a ideia de “guerra ao crime” (LEITE, 2012) é reforçada.

[...] a responsabilidade do Estado na proteção dos favelados quando em combate ao crime é diluída tanto pela “situação de guerra”, quanto pelo fato de que, responsabilizados por suas escolhas pretéritas, não haveria inocentes entre eles. [...] A metáfora da guerra fez, assim, transitar parte da discussão da violência do campo da segurança pública para um terreno moral (LEITE, 2012, p. 380).

Uma vez constituído como o grande “personagem perigoso” da cidade, identificado diretamente com a “violência urbana”, o “bandido” é alvo de inúmeras ações, que são realizadas por diferentes coletividades.

No contexto do Rio de Janeiro, destacam-se duas significativas metáforas nas quais se inscreve o “problema do bandido”: a metáfora da guerra (LEITE, 2000) e a metáfora da (re)integração. Na metáfora da guerra, o “bandido” é visto como um mal a ser combatido com violência: é um personagem da cidade do Rio cuja morte é desejada e bem vista. De modo geral, as polícias cariocas são as instituições que representam melhor o “espírito” da “guerra aos bandidos”.

A metáfora da (re)integração pressupõe uma “cidade partida” (VENTURA, 1994) que precisaria ser, por sua vez, reintegrada. A metáfora da (re)integração constrói a ideia de que a favela, lugar da cidade em que habitam os “bandidos”, é um espaço de desordem que precisaria ser “incluída” no restante da cidade através de um processo “pacífico”.

Cria-se dessa forma um modelo de polícia fundamentada na prevenção de conflitos a fim de garantir a “ordem social” a partir da percepção de que a desordem urbana prejudica a integração de moradores. Neste modelo, todos transformam-se em potenciais criminosos. Não existe nesta cultura de controle e prevenção do crime a figura do “ex-criminoso” ou do “não-criminoso”. Uma vez cometido o crime, uma fronteira construída pelo estigma é construída. Mais concretamente no que se relaciona ao tráfico de substâncias entorpecentes, não existe crime sem vítima, por isso há uma consolidação da ideia de “vítima coletiva” que cria uma segregação entre “pessoas de bem” (inocentes) e “pessoas perigosas” (criminosos) (GARLAND, 2008).

O sistema classificatório passa a ser admitido a partir da identificação do desvio de um comportamento normalizado que impede ao estigmatizado ser classificado como um autêntico cidadão, uma vez que a própria polícia hierarquiza essa distinção entre sujeitos. As pessoas moralmente categorizadas como perigosas são vistas como potenciais causadoras de danos num futuro indeterminado. É no mesmo espírito de infrações penais já revogadas como a vadiagem: não se pune os fatos, mas alguém por algo que ainda não aconteceu, levando-se em consideração o perigo potencial que certos suspeitos trazem a sociedade. Esse parece ser o sentido de justiça da Polícia Militar do Rio de Janeiro em sua atuação junto à UPP: não garantir direitos e interesses (quando não raramente, punir) dos que em suas representações não são detentores de uma substância moral característica das pessoas dignas.

As devidas contradições que existem entre a polícia e moradores de favela demonstram a distância que ocupam um do outro em uma posição diferenciada na hierarquia social. Sendo esta separação de valores apenas reflexo da própria sociedade que impõe um tratamento diferenciado conforme a sua hierarquia social como podemos perceber na célebre frase “*you know who you are talking to?*” (DA MATTA, 1997, p.175).

Diante desta conjuntura a polícia divide a população em “cidadãos de bem” e “criminosos”.

Sendo assim, a criminalização de moradores baseada na prevenção da desordem é articulada através da construção de um “sujeito criminoso”. Este processo é deflagrado pela incriminação preventiva de determinados “tipos sociais” construídos em torno de práticas de agentes específicos (MISSE, 2010).

Ocorre que, na prática, a partir das UPPs a sujeição criminal é territorializada fazendo com que a criminalização aconteça num território onde existem sujeitos que tem potencial causador da desordem (GARLAND, 2008). Desta forma, além de não contribuir para a eliminação de processos de criminalização que comprometem absolutamente a ideia de igualdade entre cidadãos. Tendo em vista que a polícia permanece decidindo quem são os suspeitos potenciais, a partir da construção de um perfil pessoal e territorial.

Seguindo a perspectiva de Luis Roberto Cardoso de Oliveira (2010), a categoria conflitos interpessoais encontra forte co-relação com o insulto moral, que é elemento fundamental da violência interpessoal, visto que o componente moral das disputas, muitas vezes, corresponde à percepção do insulto sentida pelo interlocutor. As categorias conflitos

interpessoais e insultos morais – protagonizam a questão da afirmação de direitos e das demandas por reconhecimento no cenário jurídico brasileiro.

Remontam agressões a direitos que não podem ser adequadamente traduzidos em evidências materiais e implicam uma desvalorização ou negação da identidade do outro. Trata-se de conflitos de caráter habitual, desenvolvidos no cotidiano das sociabilidades e provenientes de algum tipo de interação pretérita entre as partes. São, geralmente, discordâncias que se delongam no tempo, gerador de um histórico de adensamento da divergência. Compartilham de modos de expressão variados na esfera pública e/ou íntima das partes, podendo atingir terceiros não envolvidos na disputa. A notoriedade dessa categoria está ligada, fundamentalmente, a dois aspectos: são conflitos recorrentemente carentes de reconhecimento (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2002) na realidade jurídica e cultural do país e, em contraste, têm desencadeado práticas graves de violência, muitas vezes invisibilidades.

Conforme no caso do incêndio, narrado no início desta exposição, bem como a partir de outros discursos diversos, percebidos e observados em campo, é possível afirmar que diante da facilidade de identificar em determinado cidadão substância moral de pessoa digna, as práticas policiais são delimitadas a partir disto (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2010). Se não é associado ao cidadão o mínimo de dignidade, este indivíduo poderá ser tratado em dissonância aos parâmetros legais que lhe conferem direitos. O insulto moral ocorre nas situações em que a observação dos direitos é acompanhada por certo desprezo, ou simplesmente quando aquele que respeita o direito não é capaz de transmitir a convicção de que assim o faz porque reconhece sua dignidade ou a adequação normativa dos direitos àquela circunstância específica (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2002).

Foram observados diversos casos em que os indivíduos não são identificados como possuidor de uma substância moral digna, a exemplo do caso do incêndio, onde o policial não se importa e/ou contribui para que o fogo se alastre nas casas. Na visão dele, pessoas que são coniventes com o tráfico, o subcomandante cria uma ficção no sentido de aparentar estar preocupado em ajudar quando, em sua representação, aquelas pessoas sequer são dignas de terem um lugar onde morar. De igual modo estas pessoas não podem escolher roupas de marca em uma doação, porque não são dignas de usá-las. Tampouco podem ter um hospital no alto do morro, uma vez que, nas palavras indignadas do mesmo policial, “(...) *reclamam*

*que não tem hospital aqui em cima, mas tem três no entorno; pra que querem que seja aqui em cima? É só descer!”.*

Deste modo a representação significa punir aqueles que afrontam as normas constituídas no senso de moralidade estabelecido ou transmitido pela própria polícia. Esse é o sentido de justiça da Polícia Militar, para aqueles que se comportam de forma incompatível com a sua moralidade. Este tipo de intervenção só é possível de acontecer em um espaço cujos indivíduos que o habitam não podem ser considerados iguais aos demais, na medida em que as substâncias morais mínimas não se aplicam a eles.

Em certa ocasião o subcomandante da Unidade contou que um representante da associação dos moradores em uma reunião junto à UPP havia reclamado sobre a atuação da polícia durante um confronto no ponto mais alto da comunidade (próximo ao beco). Segundo ele, durante uma troca de tiros uma mulher grávida de sete meses havia se enroscado nele, fazendo-se de escudo humano, para que a bala atravessasse o corpo dela e o atingisse.

*“Elas fazem isso, é estratégia deles, a bala passa por elas e pega na outra pessoa, elas não ligam de morrer não, tudo mulher de vagabundo. Empurrei ela e ela rolou penhasco abaixo, daí matei o vagabundo. Depois vieram aqui reclamar que ela tinha se machucado e podia ter perdido a criança porque tava de 7 meses. Mas nesse caso nem me preocupo, mulher de vagabundo não vai na justiça reclamar de nada porque não tem direito a nada”.*

Ora, a representação de que determinados indivíduos não são dignos de tratamento igualitário, tampouco de terem direitos promovidos e/ou garantidos, legitima um tipo de intervenção que só é possível de acontecer em um cenário cujo capital simbólico (BORDIEU, 2002) e representativo do elemento humano que o compõe é baixo. O capital simbólico (BORDIEU, 2002) das pessoas que ocupam esse território é considerado baixo demais a ponto de legitimar que o discurso do morador da comunidade para levar fatos ao conhecimento de toda sociedade é quase nulo. Salvo raras exceções em que, determinada

entidade ou grupo, leva tal acontecimento a outros patamares. Como foi o caso do desaparecimento do pedreiro Amarildo, na UPP da Rocinha em 2013<sup>24</sup>.

O discurso de guerra às drogas e extermínio do inimigo, presente implicitamente no discurso das “gerações perdidas”, reflete a sociedade brasileira na medida em que aquilo que é considerado legal depende do interesse envolvido (DA MATTA, 1997). Neste sentido, em uma sociedade de desiguais juridicamente, na qual o tratamento desigual é a regra, não é possível convencer os cidadãos de que as regras não se aplicam de forma uniforme a todos. Sendo assim, a obediência às regras toma valoração de obediência subalterna e sua desobediência, embora possa ser considerada ilegal, não é imoral (LIMA, 2013). Por essa lógica a violência policial figuraria como um mecanismo de promoção de justiça quando a lei não é aplicada tal como projetada pelo Legislador.

A questão da desigualdade jurídica vem sendo discutida em diversos trabalhos acadêmicos. Neste viés, as práticas policiais contrariam o discurso constitucional de igualdade. Inobstante o discurso constitucional de que todos são iguais perante a lei, o próprio sistema desigualdade os indivíduos entre si. Situações como a categoria do “traficante” são simbólicas de uma estrutura jurídica de desigualdade, tornando certos indivíduos passíveis de uma intervenção mais bruta por parte do Estado em nome da “ordem”. Tomado por esse espírito, a própria interpretação da lei é feita levando em conta que não deve ser a mesma para todos. As normas são aplicadas de forma diferente. Como considera Kant de Lima, à polícia cabe a tarefa de selecionar quem tem direito aos seus direitos, enquanto cidadãos, e quem não os têm. (LIMA, 2011).

---

<sup>24</sup> Atualmente com o advento das redes sociais de comunicação instantânea que, de certa forma, democratizam tanto o acesso quanto a divulgação de informações é possível levar a conhecimento de toda sociedade situações que revelam arbitrariedade policial. Um caso que aconteceu no Morro onde fiz pesquisas, pouco tempo após minha saída do campo, ilustra esta questão. O vídeo gravado por moradores mostrou policiais da UPP Providência forjando uma resistência. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-09-29/video-flagra-pms-de-upp-forjando-auto-de-resistencia-apos-confronto.html>. Acesso: 05/02/2016.



**Imagem 8: Escadaria de acesso à principal praça do Morro**

**Fonte: Acervo**

### **3.3.O papel das policiais femininas**

Escortada pelo subcomandante da Unidade, mais dois policiais subalternos e uma policial feminina, fui sendo apresentada àquela favela. Era a primeira visita guiada que fazia ao Morro. O subcomandante e um dos policiais levaram consigo dois fuzis. O terceiro policial, este sem farda, à paisana, levava consigo uma pistola sob a roupa, de forma bastante discreta. A policial mulher também levava uma arma pendurada à mostra, na cintura, mas não a expôs em momento algum.

Durante a caminhada, passado o ponto final da ladeira onde a UPP estava instalada, onde os carros da PM ficavam estacionados, o policial sem farda distanciou-se de nós e seguiu na frente. Ele parecia estar analisando o caminho para que pudéssemos passar entre as vielas, enquanto eu permanecia cercada por policiais de todos os lados. Ali tive a certeza de que estava sendo escoltada, fato que por si só me casou em alguma medida estranhamentos. Ora, não estaria eu na companhia de uma polícia de pacificadora intitulada de proximidade? Por que então a necessidade de isolamento da minha pessoa enquanto civil?

Enquanto subíamos a comunidade tentava reparar na reação dos moradores que cruzavam conosco. Dezenas de pessoas passaram por nós durante o trajeto. Alguns transitando pela comunidade, subindo ou descendo as vielas e outros sentados em suas portas. Percebi que as reações eram diversas. Enquanto alguns abaixavam suas cabeças, outros esticavam seus pescoços para nos olhar passando. Em determinados momentos senti o foco em minha pessoa. Depois de algum tempo isso se tornou quase natural e nem me

incomodava mais. Toda vez que descia o morro de viatura ou transitava acompanhada por qualquer policial fardado pela comunidade eu era olhada por alguns transeuntes de cima a baixo. Fato é que nenhum dos moradores cumprimentou a polícia. Exceto as crianças.

Uma delas, uma menina de aproximadamente uns oito anos, chegou a parar o grupo para falar com a policial que nos acompanhava. Após chama-la de “tia”, a abraçou. A policial pareceu bastante satisfeita e alegre com a reação da criança e perguntou à menina se ela não iria cumprimentar os demais. “*Não vai falar com os tios?*”. A menina claramente envergonhada balbuciou um “oi” muito tímido e voltou para a porta do que imaginei ser sua casa, não sem antes abraçar mais uma vez a policial.

As policiais mulheres com as quais tive contato durante minha pesquisa eram sempre solícitas e costumavam conversar sobre os trabalhos que desenvolviam próximo às crianças da comunidade. Elas estavam sempre engajadas no planejamento de alguma festa ou atividade externa. Durante o período que estive na Unidade as policiais articularam inúmeros eventos de datas comemorativas. Além dos eventos, muitos passeios foram feitos com as crianças, incluindo no roteiro visita a museus, zoológico e diversos marcos históricos da cidade do Rio de Janeiro.

Para aquelas policiais o trabalho junto às crianças era importante por duas razões. Primeiro porque elas precisariam ser afastadas do tráfico de drogas e isso só poderia ser feito, na entender dessas agentes, a partir do rompimento com a realidade daquelas crianças e jovens. A realidade da favela que envolvia a circulação de armas e a cultura do baile funk. Por isso a necessidade de leva-los a conhecer outros espaços da cidade. Depois porque a presença das crianças seria uma ponte para uma boa relação com o resto da comunidade.

*“Eu entendo que o meu trabalho aqui é fundamental no sentido de educar essas crianças, para que, no futuro, não entrem para o tráfico, nem engravidem aos dez anos como aconteceu com suas mães e avós. É um trabalho complicado. Outro dia uma menina de oito anos disse que não gostava de polícia porque a polícia proíbe o baile funk aqui. Ela tem oito anos de idade, tinha que estar brincando de boneca e não esfregando a bunda no chão do baile.*”



*Mas, eu explico, converso, mostro outras realidades. É um trabalho que requer muita paciência. Educar dá muito trabalho, né?”*

Policiais homens percebem a mulher de forma bastante parecida. Para alguns deles a proposta de polícia de proximidade se concretiza muito melhor na figura da mulher por compreenderem na representação da figura feminina um espaço confortável para aproximação. A representação da mulher como uma figura que aproxima a comunidade, sobretudo porque, a imagem feminina não combinaria com o modelo tradicional de enfrentamento ao qual a polícia militar está associada. Segundo o subcomandante da Unidade a mulher não tem potencial simbólico combativo: *“eu não posso ir pra combate com uma mulher do meu lado. Isso é um elemento motivador para o inimigo, representa fraqueza”*.

Barbara Soares e Leonarda Musumeci (2013) ponderam sobre o papel das policiais mulheres no âmbito das UPPs. Para as pesquisadoras os efeitos da presença feminina no exercício de um papel central na proposta de polícia comunitária, tendo como referencial as atividades por desenvolvidas, tem como efeito a mobilização do imaginário policial que remetem às principais expectativas do programa como um todo (SOARES; MUSUMECI, 2013, p. 9). A partir destas representações os moradores deixariam de ser percebidos como ocupantes de um território inimigo, passíveis de eliminação.

(...) os moradores da favela não são mais percebidos como ocupantes de um território inimigo e, portanto, passíveis de serem eliminados, embora essa visão possa ressurgir em circunstâncias específicas. Em seu lugar, se configura, entretanto, a imagem de uma população hipossuficiente, cujas mazelas acabam por repercutir no trabalho da polícia. Nesse novo contexto, a função de agente repressivo perde sua centralidade, à medida que se abre espaço para o policial desempenhar, de forma excludente ou simultânea, um pretense papel de educador. A pacificação que substitui o combate, abre um novo horizonte de percepções fazendo emergir, diante dos olhos dos(as) agentes, as dificuldades a que estão submetidos os residentes das favelas. À missão tradicional do policial de prender quem está errado se acrescenta, pois, a nova função, de resgatar a população que não está estudando tentar instruir de alguma forma. A marca da intolerância que, tradicionalmente, alimentava o espírito bélico, regido pela lógica do confronto, é suplantada, nesse caso, pelo espírito benevolente de compreensão dos problemas geradores das

violências que, em última instância, teriam motivado a ocupação policial. (SOARES; MUSUMECI, 2013, p. 37)

A Polícia Militar divulgou, em abril de 2014, que atualmente corporação tinha 3.850 policiais femininas, sendo 714 lotadas em UPPs<sup>25</sup>.

A decisão de inclusão de mulheres no quadro da Polícia Militar, entre o final dos anos 70 e o início da década de 80, teve por objetivo a alteração da imagem da polícia, associada à força física e irracional masculina. No intuito de suprimir lacunas deixada pela “masculinidade”, sobretudo relacionada ao trato com crianças, mulheres e adolescentes (SOARES e MUSUMECI, 2005, p. 16), iniciou-se uma busca por equilíbrio de valores associados à inteligência, capacidade de resolução de conflitos e trabalho em equipe.

Os locais de atuação destinados às policiais mulheres eram de alta visibilidade. Aeroportos, rodoviárias e locais turísticos em geral, bem como em áreas que reafirmassem o estereotipo de gênero, vinculados à “vocação assistencialista das mulheres” (SOARES e MUSUMECI, 2005, p. 19 e p. 34). Assim, buscou-se a partir da inclusão de mulheres uma possível estratégia inicial na melhora da imagem da corporação, desgastada pelo período ditatorial vivido pelo país.

No caso das UPPs o papel desenvolvido por policiais mulheres na aproximação com crianças e a comunidade em geral merece atenção. Quando a ideia de “educar” é vinculada a classes tidas como perigosas, a expressão é tomada por um significado análogo a um antídoto contra a criminalidade e a ociosidade. No discurso das policiais com as quais tive contato é possível identificar tal associação em suas falas. Por essa razão o trabalho feito pelas policiais é reduzido a uma forma de disciplinar crianças e moradores como um todo, controlando-os, corrigindo-os e normalizando-os. Tudo resumido em “evitar que se aproximem do mundo do crime”.

A ideia de prevenção associada à educação recebe uma conotação forte associada a novos modelos e referências, inspiradas em bons comportamentos. Ora, há uma correlação diretamente proporcional estabelecida entre a educação e o controle social das populações tidas como propensas ao crime e, conseqüentemente, vistas como perigosas. Reproduz-se,

---

<sup>25</sup> Fonte: <http://www.upprj.com/index.php/acontece/acontece-selecionado/a-forca-das-mulheres-policiais-das-upps/CPP>. Acesso: 06/02/2016.

assim, a noção de que o morador da favela é perigoso e, portanto, deve ser disciplinado, submetido a um processo que Foucault (1999) denomina “ortopedia social”.

Toda essa rede de poder que não é judiciário deve desempenhar uma das funções que a justiça se atribui nesse momento: função não mais de punir as infrações dos indivíduos, mas de corrigir suas virtualidades. Entramos na idade do que eu chamaria de ortopedia social. Trata-se de uma forma de poder, de um tipo de sociedade que classifico de sociedade disciplinar por oposição às sociedades propriamente penais que conhecíamos anteriormente. É a idade de controle social (FOUCAULT, 1999, p. 86).

Ora, a partir do momento em que a favela é percebida como um espaço de interação pedagógica da polícia em nome da proteção daqueles tidos como “carentes”, há riscos de que tal prerrogativa tenha efeitos múltiplos nas esferas da vida pessoal de moradores, concedendo, inclusive o direito de repreensão moral (SOARES e MUSUMECI, 2013, p. 37).

Como se pode perceber, a licença de quem se vê no papel de “educador” para “resgatar”, “instruir” e “passar um sabão”, pressupõe um determinado olhar sobre aqueles a serem instruídos ou resgatados. Pretende-se sugerir aqui que esse olhar contém o germe do não-reconhecimento nos termos da estima social e que quando somado ao não reconhecimento jurídico, para usar os termos propostos por Honnet (2003), pode amplificar o risco, já apontado por Cano et al. (2012), de os policiais se tornarem “donos do morro”, ditando eles mesmo certas normas de convivência nas favelas. O que está em jogo, nesse caso, é que o papel do policial como representante de um Estado benemerente pode, paradoxalmente, reforçar, em vez de eliminar, o exercício arbitrário de poder, ainda que em sua face menos violenta. Isso porque a visão da favela pelo ângulo da carência tende a emoldurar o trabalho policial no campo da assistência social e não na lógica da preservação de direitos. Em outras palavras, o olhar sobre indivíduos confundidos com suas carências tende a infantilizá-los, legitimando uma hierarquia moral e o poder disciplinador da polícia. (SOARES; MUSUMECI, 2013, p. 38)

### 3.4. Controle e dominação: “hoje tem baile”?

*Todas as favelas  
Sempre tivemos lazer  
Quem mora aqui sabe  
Intende o que eu vou dizer  
Tudo dano certo  
Mais eu to esperto  
Não quero essa coisa de UPP*

*Estamos unidos  
Canta aí comigo  
O baile tá cheio e tá legal*

*Eu to revoltado com Sérgio Cabral  
Sem o baile aqui não vai ficar legal  
Mas pra aqui ficar tranquilo  
Eu já sei o que eu vou fazer*

*O jeito é não entrar aqui a UPP  
O jeito é não entrar aqui a UPP  
Se você quer saber o que vai acontecer  
Primeiro vocês entram depois vou te dizer.*

*Não entra aqui UPP (McTovi)*

Em uma de minhas visitas presenciei uma negociação informal para marcação da data de um baile funk. Com a entrada da UPP os bailes tradicionais da comunidade, muito frequentes e famosos no Rio de Janeiro, deixaram de ser uma atividade corriqueira, chegando à (quase) proibição. Tal situação tornou-se objeto de barganha entre a polícia e os moradores, ou seja, uma verdadeira mercadoria de troca. Isto porque, segundo os policiais que atuam na comunidade, a limitação aos bailes funks é necessária, pois os eventos seriam ambientes favoráveis a situações de uso e tráfico de drogas e ostentação com armas, o que, por sua vez, deslegitimaria a atuação da polícia naquele território.

Depois de alguns minutos de conversa finalmente chegaram a um acordo: para que o baile pudesse ser realizado naquele mês, os moradores deveriam apagar uma pichação específica. Tão logo identifiquei a pichação sobre a qual falavam. Quando visitei o entorno da comunidade percebi muito próximo ao ponto de tráfico – identificado desta forma pelos policiais que me acompanhavam – diversas pichações na parede, dentre elas uma chamou muito a atenção. A expressão “meu sonho é” estava escrito repetidas vezes em letras

garrafais, ao lado das pichações acrescentaram a frase “matar o policial X e o policial Y”. Quando, em outra ocasião, questionei os policiais que me acompanhavam sobre a motivação daqueles dizeres, esclareceram que os nomes citados faziam referência a dois PMs que mataram os principais chefes do tráfico na comunidade, interrompendo um período sem morte por armas da polícia no local. Embora houvesse por toda extensão da favela outras manifestações nesse sentido, além de inscrições referente a facções criminosas, esta pichação em específico sempre incomodou o comando, provavelmente pelo fato de expor nominalmente os policiais.

O comandante da UPP deixou transparecer em diversas situações insatisfação quanto aos bailes. Ele acreditava que todo baile funk tem envolvimento com o tráfico. Envolvimento este expresso nas letras dos funks e nas atitudes dos participantes que, não raramente, faziam referência ao ato de matar policiais e/ou traficantes de facções rivais. Outros policiais também se manifestavam contra o baile funk por entenderem que estes atrapalhavam na consolidação da proposta de UPP Social. Certa vez sobre o assunto um policial comentou: *“as propostas nunca vão se consolidar. As pessoas aqui não querem sair daqui, não querem trabalhar. Querem viver de baile funk. Só conhecem isso aqui. Se eu quero sair e pego a minha esposa e vou jantar na zona sul, você sai com as suas amigas em Niterói, mas eles? Eles vão pro baile”*.

A questão da autorização para promoção de bailes funks dentro de favelas pacificadas gera muitas polêmicas, sobretudo considerando a mistificação de um cenário associado à criminalidade, circulação de armas e drogas. Até 2015 a Resolução 013/07 editada pelo governo do Estado do Rio de Janeiro através da SESEG exigia o preenchimento de uma série de requisitos para que eventos pudessem ser promovidos em áreas ocupadas por UPP, concedendo ao comandante da UPP a discricionariedade para avaliar e, eventualmente, vetar eventos, sem o aviso prévio da Secretaria de Segurança Pública, o que cominava no cenário anteriormente narrado. Atualmente, partir da nova regulamentação, o responsável pelo evento deve notificar à UPP local, no prazo de até 72 horas antes do baile, as informações relevantes sobre a estrutura. É reforçada a ideia de que o descumprimento dos termos da autorização gera sanções, ficando a polícia responsável pela fiscalização e andamento das festividades.

Por oportuno, merece destaque a fala do então secretário de coordenação do governo quando da aprovação da nova regulamentação sobre o assunto<sup>26</sup>:

Quando a prefeitura desburocratiza a realização de eventos em áreas com UPPs, ela incentiva o social, com mais lazer e diversão para os moradores destas comunidades. Os bailes funk fazem parte da cultura carioca. Este é o primeiro passo de muitos que a Prefeitura do Rio dará para desburocratizar a vida do cidadão, mantendo, é claro, as suas responsabilidades civis. O responsável pelo evento continua com a obrigação de que tudo ocorra sem transtornos para os moradores próximos e para os frequentadores, e principalmente garantindo a segurança.

Este fato merece atenção. Enquanto o comando das UPPs decidia sobre a realização dos eventos estaria sendo imposto pela polícia através da UPP um controle social visando a (re)educação de favelados. O simples fato de haver um modelo cultural imposto pela polícia a partir de uma regulação de espaços a partir de um referencial, tem sua origem nas camadas mais abastadas da sociedade, em detrimento do saber cultural produzido e reproduzido por moradores.

A “missão civilizatória” é um indicativo do tipo de controle objetivado pelas UPPs. Ora, nas representações sobre o funk, mais do que um estilo de música há um reconhecimento de sua ligação com um território específico da cidade onde o funk demarca a representação de que algumas ações são permitidas e outras são severamente proibidas. Por essa representação, moradores são identificados como pessoas de baixa cultura e educação, policiais são identificados como corruptos, abusivos e ineficazes no desempenho de sua função.

Ao que tudo indica, inobstante a variação de postura e personalidades dos policiais que trabalham na UPP, há uma ordem ostensiva armada que, objetivando a manutenção da ordem, intervém na sociabilidade e nos comportamentos. Esta concepção parte da consideração de que a favela é um território onde a informalidade e a desordem predominam. O que favorece o estereótipo do favelado como avesso à ordem civilizada. Neste processo

---

<sup>26</sup> Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=5430420>

são ignorados os esforços da comunidade na construção de suas histórias, instituições e relações, diante da ausência do poder público e serviços essenciais. Assim, eventos são percebidos por policiais como geradores de tumulto e desordem. Por isso, são proibidos e coibidos através da repressão. O baile funk, nesse interim, é percebido como um evento reprovável.

#### **3.4. “Vamos militarizar a porra toda”**

Durante o tempo que estive em campo, incontáveis eventos aconteceram na Unidade. Além dos tradicionais cafés da manhã comunitários, realizados antes das reuniões com a associação de moradores, periodicamente aconteciam festividades para comemoração de aniversariantes do mês e datas simbólicas e culturais, tais como dia das crianças, natal, páscoa e carnaval. A seguir destaco casos que muito chamaram atenção por suas peculiaridades. Todos se encontram e se interpelam em alguma medida.

Na visita que antecedeu o evento, saí da UPP convidada pelo comando e algumas policiais femininas para acompanhar as festividades de dia das crianças que seria organizada pela UPP em parceria com o SESC. Neste dia subi o morro pela escadaria dos fundos que dá acesso à rua principal da comunidade e percebi uma movimentação diferente. A rua estava cheia de moradores e fora fechada para a festa. Uma rede de televisão aberta acompanhava o evento. Havia uma mesa ocupada pelo comando da unidade, representantes da associação dos moradores e outros que não conhecia, mas, presumi tratar-se de membros do SESC-SENAI. Às extremidades da mesa um pula-pula e escorrega infláveis. Crianças corriam por todos os lados e músicas “pop’s” do momento fechavam a trilha sonora do cenário de festa de rua. Na entrada da Unidade uma mesa decorada com bolos, doces e o painel padrão que fica na entrada da Unidade, no qual um policial militar segura uma menina de costas no colo. Toda decoração nas cores azul e branco. Os militares fardados e armados, circulavam tranquilamente por entre os civis.

Enquanto acompanhava a movimentação das pessoas do lado de fora, um policial que já conhecia e com quem conversava com certa frequência, se aproximou e comentou eufórico “*tá vendo? UPP não é só tiro, porrada e bomba. Também tem trabalho social. A gente interage com a comunidade*”. A afirmação casou a mim certo estranhamento, a meu ver, as premissas estavam invertidas. Se a prioridade das UPPs era criar uma polícia de

proximidade, minimamente meu interlocutor teria que dizer que aquela era a regra da atuação policial e não a exceção, conforme o fez em seu discurso, orgulhoso.

Saindo da festa presenciei uma situação no mínimo curiosa que já havia presenciado em outras ocasiões; o diferencial foi a resposta dada a mim por meu interlocutor, que, não por acaso, intitula este capítulo. Um menino de aproximadamente oito anos se aproximou do subcomandante da UPP e o cumprimentou com uma continência, o policial comentou que ele estava fazendo com a mão errada e demonstrou como o menino deveria fazer. Quando o questionei sobre a atitude ele me respondeu em tom jocoso: “vamos militarizar a porra toda”.

Pensando sobre o ocorrido sou remetida a situações que de igual modo presenciei onde símbolos e práticas iminentemente militares são naturalizadas pela comunidade. Um exemplo ganhou repercussão nas redes sociais em abril do ano passado quando um policial militar da Unidade fantasiado de coelhinho da páscoa manteve seu colete à prova de balas por cima da fantasia. Algo semelhante já havia acontecido no natal com o Papai Noel. Até hoje me questiono o que aquelas crianças deveriam naturalizar, afinal? O coelho ou o colete?

Aparentemente, moradores, eminentemente crianças, naturalizam elementos próprios de segmentos militarizados. O mesmo acontece quando as incursões na favela são feitas com fuzis e aparatos próprios da polícia militar. Se antes da UPP a gestão das relações ficava à cargo do tráfico de drogas, tal como fundamentado na descrição do projeto piloto das UPPs, o esforço na exposição da presença policial de fato a atuação da polícia pacificadora nas favelas dedicou aos policiais a irônica classificação “novos donos do morro” (LAV, 2012). O controle social imposto pela militarização revela-se de igual modo na proibição dos bailes funks sobre a qual falei anteriormente, bem como em diversas situações que presenciei que remetem ao controle e dominação de moradores da favela por parte da Polícia Militar numa (não tão) sutil busca pela garantia da ordem.

Uma das principais mudanças decorrentes do processo de redemocratização de um país necessariamente passa pela desmilitarização de seu aparato de segurança, objetivando tornar nítida a separação entre as funções militares e civis. Desta forma, a polícia é responsável pela ordem interna, enquanto que às forças armadas (militares) ficam incumbidas para atuar em conflitos externos. Todavia, a Constituição de 1988 inalterou a



prerrogativa militar no que se refere a assuntos internos, limitando assim o controle civil sobre os militares brasileiros (ZAVERRUCHA, 2010).

No âmbito da Segurança Pública a questão da militarização é emoldurada a partir de discursos de “ocupação de território”; “combate ao crime”; “guerra às drogas”. Nesse contexto, a militarização pode ser entendida como um processo que emprega e adota métodos, modelos, doutrinas e conceitos pessoais tipicamente militares no desempenho de atividades policiais, dando às questões de natureza pública (civil) caráter eminentemente militar (CERQUEIRA 1998).

Ora, a polícia não deveria aprender tampouco utilizar-se de táticas de guerra. De igual modo, o Exército não deve ensinar sobre o uso de técnicas no policiamento de espaços urbanos. Porém, o país adotou um método no qual a polícia permanece intimamente atrelada à defesa do Estado, ignorando a defesa dos direitos do cidadão. Neste modelo híbrido convive uma polícia civil classificada como investigativa e outra polícia preventiva caracterizada, por sua vez, pelo militarismo (ZAVERRUCHA, 2005). Todavia, as polícias brasileiras tiveram seu processo histórico de construção resultante de uma herança autoritária marcada pela militarização, de modo que, o maior reflexo dessa herança, certamente se expressa na filosofia operacional, que é fortemente atrelada às forças armadas.

Historicamente, policiais militares são formados em moldes semelhantes à formação voltada para a guerra, pautada na hierarquia, tendo como doutrina um manual institucional que não distingue defesa interna e defesa externa. Um exemplo disso é a adoção do modelo bélico empregado no combate ao crime – e mais recentemente para atuar enquanto polícia de proximidade –, mais especificamente nos casos classificados como tráfico de entorpecentes e demais figuras penalizadoras, tipificadas no âmbito da lei de drogas, no intuito de reprimir práticas comerciais destas substâncias, tidas como ilícitas. Nesta guerra, os traficantes são identificados como inimigos passíveis de eliminação, enquanto que os policiais são tidos como combatentes e a favela, por sua vez, é percebida como um território a ser ocupado. Desta forma, o policiamento passa a ser desempenhado a partir da adoção de conceitos e estruturas eminentemente militares.

A história da instituição policial no Brasil revela que a sua função sempre guardou relação com a proteção das elites e do Estado contra as classes tachadas como perigosas. Ao tratar da questão do medo e o papel constitutivo do sentimento na sociedade brasileira, Vera

Malaguti Batista (2003) demonstra de que forma a difusão do medo e da desordem no país impulsiona formas estratégicas de planejadas de disciplinar as massas empobrecidas. Exatamente nesse sentido que atuam os policiais das Unidades de Polícia Pacificadora no trato com a comunidade. Enquanto que, por um lado, a guerra ao tráfico é legitimada e as mortes decorrentes de incursões policiais na comunidade são acrescentadas às estatísticas, as relações de dominação entre o Estado e os moradores se intensificam.

Conforme preceitua Jaqueline Muniz (2001) a Polícia Militar no Brasil diferencia-se de outras instituições modernas em escala mundial em função de nem sempre terem seu funcionamento orgânico nos moldes de atuação policial propriamente ditas. Ao longo da tradição brasileira, os conceitos de segurança pública, segurança interna e defesa nacional se confundem. Neste cenário, não cabe ao cidadão perceber-se enquanto receptora de um serviço por parte da polícia. Se levemos em consideração percursos históricos da PM em escala nacional, é possível inferir que poucos foram os períodos em que a polícia atuou no contexto urbano, ostensivamente, neste sentido, a autora afirma que a Polícia Militar representou “mais uma corporação militar do que uma organização policial”, posto que atuam mais em situações voltadas para fins de segurança interna e defesa nacional do que propriamente às funções de segurança pública.

Roberto Kant de Lima (1999) chama a atenção para esta noção a partir da distinção entre as noções de “público” no âmbito de três sensibilidades jurídicas diversas, a fim de explicitar que quando nos referimos ao que é público no contexto brasileiro evocamos aquilo que é pertencente ao Estado e não se relaciona de forma alguma a um universo delimitado por sujeitos representados como iguais em direitos e deveres. Por esta perspectiva é possível identificar a criação de uma lacuna entre a polícia e a comunidade, particularizando uma percepção militarizada da segurança e da ordem pública vinculada à uma atuação punitivista da segurança pública. E, portanto, a permanência de um modelo de policiamento tradicional.

Durante o período da Ditadura Militar as organizações policiais foram colocadas sob o controle das forças armadas. A competência para definir e traçar políticas de segurança nacional competia aos militares. Sobre o assunto Taiguara Líbano (2010, p. 76) esclarece que esta nova ordem concentrou poderes nas mãos do poder Executivo, centralizando o orçamento da União, desconsiderando-se a autonomia de Estados e Municípios. Diante das primeiras resistências à ditadura, buscou-se a implementação de um modelo baseado em conceito das Diretrizes de Segurança Pública Nacional. Sobre o assunto, Carlos Magno

Nazareth Cerqueira (2001, p. 50) fala na construção de um novo modelo teórico para as políticas de segurança neste período, caracterizado pela submissão aos preceitos de guerra, materializados na implementação de uma ideologia militar para a polícia. Para o autor o período militar teria elaborado uma ideologia militar pautada no emprego do policiamento ostensivo despreocupado com garantias e direitos, sobretudo no que toca às limitações do poder de polícia.

É neste cenário que a segurança pública ganha conotação militarista, reforçando, por sua vez, práticas autoritárias que encontram na forma do Estado uma estrutura calcada na manutenção da ordem pública nas ruas, a partir da qual o perturbador da ordem é tido como um alvo que precisa ser confrontado e até eliminado. Além disso, o período em questão foi fortemente marcado por uma deficiência na democratização de políticas públicas em geral.

Esta Doutrina de Segurança Nacional vigora até 1988, quando, a partir do advento da constituição cidadã abre-se caminho para a incorporação de uma nova lógica de Segurança Pública atrelada à proteção e incolumidade das pessoas como um dos objetivos principais<sup>27</sup>. Com o advento da Constituição de 1988 a segurança pública passa a ser tratada como política pública, uma vez que a previsão normativa engloba a defesa de instituições democráticas. Todavia, até os dias atuais a transição revela-se lenta na medida em que a forma de abordagem, incursão e intervenção junto à segmentos mais desfavorecidos continuam tendo como principal marca o autoritarismo e o controle. O período que sucede a edição da Constituição é marcado regulamentações no plano normativo e orgânico consubstanciadas pelo Programa Nacional de Direitos Humanos (1996) e pela criação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (1997). No final dos anos 90 diante de um clamor social pela contenção da violência, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, iniciou-se um processo na busca por estratégias capazes de ofertar respostas às estas demandas. Neste período é possível identificar um marco relevante que passa a incorporar às atividades no campo de Segurança Pública uma perspectiva preocupada com os direitos humanos.

O contexto de surgimento da proposta de pacificação é assinalado por muitas variáveis, dentre elas, conforme já asseverado aqui, a incumbência da cidade receber eventos

---

<sup>27</sup> O Artigo 144, CF preceitua: (...) A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: (...)

de porte nacional, o que, do ponto de vista estrutural, levou o Rio de Janeiro a uma verdadeira modificação de sua estrutura enquanto cidade. Neste sentido, as UPPs figuram como protagonista no processo de reintegração urbana de áreas classificadas como “perigosas”.

O processo de implantação das UPPs, desenvolve-se em duas fases e, inicialmente, contou com o apoio das forças armadas, bem como com a intervenção tática do Batalhão de Operações Policiais Especiais e o Batalhão de Choque. Um dos mais simbólicos atos que remetem à ideia de guerra é que a partir da retomada do território as bandeiras do BOPE e do Brasil são hasteadas no ponto mais alto da favela. A segunda fase, por sua vez, trata da instalação física, propriamente dita de uma Unidade de Polícia Pacificadora feita pelos próprios policiais militares que atuaram junto à UPP. A proposta preocupa-se, de igual modo, com a modificação da postura policial no trato com a comunidade. Por esta razão, a Secretaria de Segurança preocupa-se em enviar às UPPs policiais militares recém-admitidos na polícia, melhor aptos à aquisição de novos saberes na prática de seus serviços, receptivos a esta nova forma de saber, devendo a estes ser dispensada uma maior atenção no que tange às suas formações visando uma capacitação extra na questão de direitos humanos e polícia cidadão de proximidade.

Inobstante, a prática aqui exposta ocasiona incertezas. O simples fato de as UPPs serem restritas ao caso específico do espaço territorial de favelas – dentre favelas previamente selecionadas – se considerarmos que as UPPs atuam como mecanismo de controle e padronização das condutas das classes populares, o que levaria a pensar sobre a existência não de uma polícia comunitária, mas unicamente uma ocupação de natureza militar. Isto porque quando o Estado, através de seus agentes, ocupa indefinidamente uma favela, sem que isto represente uma substancial alteração no acesso dos moradores locais a direitos civis e sociais, conforme preceitua Michel Misse (2012), a territorialização que marcava a atuação do tráfico de drogas é prolongada, tanto quando isto se dá por influência das forças armadas quanto da própria polícia. Isto porque, a UPP permanece atrelada à ideia de territorialidade, sem que haja de fato uma integração deste território em questão aos diferentes espaços urbanos.

O desafio da permanência agora não é, como se supõe, o levar políticas públicas para os territórios, mas, por mais paradoxal que pareça, desterritorializá-los, isto é, integrá-los como bairros normalizados à cidade (MISSE, 2012)

No caso concreto, além da dificuldade de concretização da proposta normativa das UPPs no que concerne à prestação de serviços, não há qualquer previsão no sentido de desocupação do território o que reforça ainda mais a ideia autoritária de que a comunidade é parte do Estado e, por ser pertencente a ele deve ser território de constante controle social, o que enseja na militarização das questões diárias. As decisões não são levadas à debate público e deliberadas pela comunidade, mas, pelo contrário impostas por um governo que tem como foco principal transformar a cidade em um modelo cidade-commodity (Kant de Lima et al., 2010). Neste modelo de cidade mercado não há participação popular, pelo contrário, decisões são impostas a partir do uso da força policial militar.

Percebe-se, portanto, que a proposta de polícia comunitária e/ou de proximidade se afastou consideravelmente do previsto no projeto piloto das UPPs. Se, por um lado, alguns atores policiais permanecem vinculados aos pressupostos da polícia tradicional, puramente repressiva, voltados para a guerra e eliminação do inimigo. Por outro lado, os atores que se afastam dessa perspectiva buscam respaldo no controle e dominação dos indivíduos dessa localidade. Não há na prática diálogo entre os moradores e a polícia. Não são considerados elementos culturais próprios da favela, mas, pelo contrário, tais noções são identificadas e reconhecidas como impeditivas à manutenção da ordem. Desta forma os vínculos entre polícia e moradores não são substancialmente alterados na prática. Diante da ausência de diálogo o que se reproduz é um modelo militarizado através do qual quem detém o poder determina os rumos das interações.

Evidentemente uma atuação voltada para a educação de crianças e adolescente, inobstante os entraves expostos até este ponto do trabalho, são mais proveitosas do que aquelas vinculadas à percepção da favela como um território inimigo. Isto porque tal perspectiva resulta em uma nova forma de “fazer policial” que são mais respeitosa do que as tradicionais formas de policiamento. Contudo, esta postura implica numa relação verticalizada, onde a favela e o favelado são compreendidos como objeto de inversões que ignoram a posição de produção e ressignificação de saber por parte dos “dominados”. Sendo assim, a polícia é representada como fonte exclusiva de saber, o que reduz a aproximação a um movimento unilateral e sem qualquer relação de reciprocidade.

## **4. OS RUMOS DITADOS PELO COMANDO NA UPP**

### **4.1. O subcomandante**

A sala do Comando da UPP já era àquela altura uma conhecida íntima. Um espaço comprido e estreito onde duas mesas voltadas para a porta demarcavam a posição das pessoas que ocupavam suas respectivas cadeiras, identificadas por placas de comandante e subcomandante. A mesa da direita sempre abarrotada de papéis, enquanto na outra, a maior parte das vezes era ocupada apenas por um notebook e alguns poucos envelopes finos. Do lado direito da porta mais uma mesa repleta de documentos e papéis sobrepostos; ao lado uma estante com alguns livros e muitos espaços não preenchidos.

A divisória que separava a sala do Comando daquela ocupada pela equipe de Administração era composta por uma lâmina de vidro, através do qual era possível acompanhar a movimentação dos policiais que trabalhavam em atividades administrativas. Logo abaixo da estrutura transparente, de frente para a mesa do comandante, um sofá de couro de dois lugares, bastante confortável, onde, segundo meu principal interlocutor “sentam as pessoas que vem nos pedir alguma coisa”. Do lado esquerdo da sala, a janela sem cortinas, sempre cerrada, exibia algumas poucas casas da comunidade. Na janela, uma escultura de Nossa Senhora Aparecida aparentava ser o único item decorativo da sala de paredes claras. A escultura foi dada ao Comando da Unidade por “Dona Dodô da Portela”, ainda viva à época. Ela era a ex-porta bandeira da escola de samba, moradora e um dos principais símbolos da comunidade, cuja casa tornou-se ponto turístico do local. “Está aí estrategicamente para nos proteger das pessoas que sentam nesse sofá”, ouvi certa vez em tom sarcástico. “Seria uma brincadeira ou uma advertência?”, meditava enquanto constatava se tratar de um sofá realmente confortável.

Naquela tarde de quarta-feira na sala do Comando, durante mais uma entrevista informal, meu interlocutor, após conferir pela transparência do vidro quem eram as pessoas que estavam do lado de fora da sala, pediu que eu fechasse a porta. Eu já sabia que esse era o sinal para “história comprometedora”. Prontamente me levantei e empurrei a porta que estava entreaberta até o final. Voltei a sentar, desta vez em uma cadeira que coloquei à sua frente a fim de melhor ouvir a narrativa.

Segundo ele, quando a Copa do Mundo aconteceu no Brasil em meados de 2014, poucos meses após minha primeira visita à Unidade, a comunidade estava muito empolgada. Animada pelo espírito patriota comum a essa época, preparou uma infraestrutura para assistir aos jogos na Praça Principal, no alto do morro. Depois de diversas negociações entre o Comando e associação de moradores da Comunidade, a UPP autorizou a instalação de um telão para que os moradores pudessem acompanhar as partidas nos dias de jogos da Seleção.

Durante a segunda fase das eliminatórias no jogo Brasil vs. Colômbia, após a anulação de um gol marcado pelo atacante Hulk<sup>28</sup>, bombinhas e foguetes foram lançados em manifestação de descontentamento. Fato é que um dos artefatos atingiu uma das casas próximas a um beco, que começou a pegar fogo.

Quando citou o beco meu interlocutor virou os olhos. Acostumada a conversar com ele, logo identifiquei o significado daquela expressão. É que durante uma visita guiada pela PM por toda extensão da favela fui apresentada ao beco de longe, com orientações de “não olhar muito para lá”. O lugar é tido como um limite entre a polícia e o tráfico na comunidade, há um acordo tácito de que a polícia não passa daquele ponto, caso contrário certamente haverá confronto.

Deflagrado o incêndio, os moradores, desesperados, pediram ajuda à polícia para apagar o fogo, enquanto aguardavam a chegada do Corpo de Bombeiros. O subcomandante da UPP se prontificou a convocar todos os presentes em ajudar no combate às chamas. Orgulhoso, ele afirmou que embora estivesse à frente da “operação de salvamento”, encorajando todos os presentes a ajudar na empreitada na busca por água, não estava nem um pouco empenhado em de fato controlar as chamas que se alastravam depressa. Em certa altura da narrativa chegou a afirmar que quando os baldes de água chegavam até ele, sem que os moradores pudessem ver, jogava a água para longe do fogo, no muro de uma casa que não fora ainda atingida pelo incêndio.

*“Querida mais que pegasse fogo na porra toda; aquele pessoal dali de perto do beco é conivente com os traficantes, aquelas casas são*

---

<sup>28</sup> Hulk é um jogador brasileiro, que à época jogava no futebol turco.

*todas usadas pra fabricar e guardar drogas, mas pros moradores eu era o passarinho com a gotinha de água, igual naquela fábula” (sic)*

Suas expressões faciais demonstravam um misto de satisfação e desprezo. Enquanto narrava os acontecimentos, parecia mesmo estar voltando ao lugar onde tudo acontecia.

*“O bombeiro levou 40 minutos pra chegar! Oitavas de final, eles esperaram os pênaltis pra atender ao chamado. Quando chegaram, efetuaram o procedimento padrão de isolamento da área, deixando as três casas que já estavam praticamente consumidas, pegar fogo. Daí a água acabou. Eles fizeram certo, mas não se pode usar procedimento de asfalto aqui no morro. Um dos moradores de uma das casas – um negão de dois metros de altura – muito irritado, começou a espancar um dos bombeiros. Quando a polícia chegou já enfiando o fuzil na cara dele, ele saiu chorando desesperado porque tinha perdido tudo. Eu queria que o bombeiro se fudesse mesmo, tô nem aí. Eu só não odeio mais bombeiro do que Polícia Civil. Eles (bombeiros) querem o status de militar mas nunca foram pra combate na vida. São uns ridículos, só querem ser militares pra dizer que tem porte de arma. É muito fácil ser herói e ser bem visto fazendo o que eles fazem, mas quem salva vidas de verdade é a gente que tá na linha de frente combatendo o crime e indo pra guerra todos os dias”.*

Encaminhando para o final da história, o subcomandante afirmou que naquela mesma noite o homem que agredira o bombeiro por ter perdido sua casa e tudo que possuía na vida estava presente no baile funk e ainda agradeceu à polícia pela brilhante atuação mais cedo. E concluiu, utilizando um lema difundido na comunidade: “quem sobrevive vai ao baile”.

*“Ele me mostrou uma nota de R\$ 50,00 e falou que deram pra ele. Óbvio que foi o tráfico. Ele me falou que eles (traficantes) estavam*



*com ciúmes porque nós tínhamos ajudado, mas que não ligava que eles estivessem putos, disse pra mim que sou fechamento”.*

No dia seguinte ele sugeriu ao Comandante, após informa-lo sobre o ocorrido, a promoção de uma campanha dentro da Unidade para que todos os policiais recolhessem roupas e outros utensílios domésticos para distribuir aos afetados pelo incêndio. Alternando indignação e sarcasmo, ele acrescentou:

*“Achei engraçado que ficaram procurando as blusas de marca. Fiquei só observando. Agora você vê, um bando de fudidos e ainda querem escolher o que é bom?!”.*

Antes de encerrar o assunto e me oferecer um café, deixou claro que a intenção ao mobilizar os policiais da UPP não era ajudar, mas exteriorizar uma ação beneficente. Mais uma vez, muito orgulhoso, afirmou que é bastante respeitado naquela área da comunidade e nunca mais teve problemas com os moradores daquela região. *“Estratégia de guerra: virar amigo do inimigo”*, afirmou altivo.

\*\*\*

Conforme esclareci no início deste trabalho, tracei com o subcomandante da Unidade uma trajetória de relação um pouco diferente da que tive com os demais policiais com os quais tive contato. Ele era meu principal interlocutor na UPP. Em função das inúmeras conversas que tivemos durante aquele período, que inclusive envolviam assuntos que extrapolavam nossa relação pesquisador/interlocutor.

Enquanto escrevo e penso sobre essa situação, lembro, com um sorriso de canto de boca, do comentário de minha mãe quando anunciei pela primeira vez que faria pesquisa na polícia militar: *“filha, pelo amor de Deus, não vai se apaixonar por nenhum PM”*. A preocupação de minha mãe não chegou a se concretizar, porém suas inquietações maternas, ainda que ingênuas, tiveram bastante relevância prática, sobretudo sobre as representações

de minha presença num campo eminentemente masculino, no qual, meu principal interlocutor era um homem que, assim como eu, era jovem e de boa aparência.

De volta ao solitário e reflexivo momento de escrita de minha dissertação, sinto-me na obrigação de problematizar com minúcia sobre essa interlocução. Primeiro pensei em nossa relação de reciprocidade. Afinal de contas, o trabalho de campo é um encontro de reciprocidade, onde há troca de informação entre o interlocutor e o pesquisador. Entretanto, nem sempre a troca acontece de maneira explícita, mas, ao contrário, pode ser construída com base em expectativas, consubstanciada em alguma espécie de vantagem ou empoderamento.

Geertz (2001) ao refletir sobre o trabalho de campo em novos países, trata dessas relações de troca. O autor entende que em muitas situações o interlocutor percebe no pesquisador uma vitrine de oportunidades.

Ainda segundo Geertz (2001), existe uma ficção que está no coração da pesquisa de campo bem sucedida, através da qual é possível manter a sensação de que antropólogo/a e informantes são membros, ainda que temporariamente, de modo incompleto e inseguro, de uma mesma comunidade moral. Talvez seja algo semelhante ao que Pais chama de “jogo de faz de conta” das incursões etnográficas. Em meu trabalho, essa ficção nunca chegou a se efetivar completamente. De certa forma, a transeunte não se transformou em paisagem – não da forma planejada. Este ponto é bastante importante, e serve como âncora para a especificidade que acredito residir em pesquisas com juventudes urbanas como esta com a qual trabalhei, e talvez em pesquisas com outras idades ou fases do curso da vida. A princípio, parece que estamos lidando com um grupo em que esta ficção de que fala Geertz parece já dada — no meu caso, não éramos jovens mulheres de sociedades diferentes, mas vivíamos da mesma cidade grande do nordeste do Brasil. Mas havia algo bastante parecido com o que encontrei em Florianópolis: antropóloga e interlocutoras não compartilhavam de um mesmo “mundo social”, apesar de todas as semelhanças aparentes. Temos aqui alguns pontos para reflexão.

Bourdieu (1997), assim como Kandel (1987), afirma que a dissimetria entre pesquisador e pesquisado é própria da estrutura da relação de pesquisa. No entanto, enfatiza

o autor, tal dissimetria é acentuada pela dissimetria social. Desse modo, ele reconhece, assim como o faz Kandel (1987), que é do pesquisador que surgem as questões, as regras, enfim, a própria necessidade da pesquisa. Além disso, porém, Bourdieu (1997) afirma que a desigualdade, que está na própria origem da pesquisa, aumenta na medida em que aumenta também a distância existente entre os capitais culturais e econômicos do pesquisador e do pesquisado. Nesse sentido, afirma o autor: Ainda que a relação de pesquisa se distinga da maioria das trocas da existência comum, já que tem por fim o mero conhecimento, ela continua, apesar de tudo, uma relação social que exerce efeitos (variáveis segundo os diferentes parâmetros que a podem afetar) sobre os resultados obtidos (BOURDIEU, 1997, p. 694). É preciso conhecer os efeitos que podem ser produzidos por “esta espécie de intrusão sempre um pouco arbitrária” (BOURDIEU, 1997) e que está na origem da relação de pesquisa. Para contornar parte destes efeitos, Bourdieu sugere alguns cuidados. É importante, por exemplo, procurar saber os sentidos que o entrevistado faz da situação de entrevista e da pesquisa de um modo geral, bem como compreender os motivos que o levam a participar dela. Só assim será possível ao pesquisador tentar reduzir as distorções daí advindas ou, quando isto não for possível, compreender o que impede que algo seja dito ou, ao contrário, o que faz com que algo seja acentuado.

Atravessados por diversas tecnologias, discursos institucionalizados e práticas cotidianas, os sujeitos se constroem enquanto corpos masculinos e femininos na expectativa de manter o gênero em sua estrutura binária (BUTLER, 2003). Esse complexo semântico convertido em prática social é para Butler uma questão de performatividade. Em sua análise, o gênero é performativo, haja vista ele se tratar de uma atuação reiterada e imperiosa em função das pautas sociais que circundam e orientam as ações dos sujeitos. Subordinados a essa estrutura de poder, a atuação do sujeito de acordo com o lugar que lhe foi destinado e cujas prescrições ligadas a ele devem ser seguidas, está sempre condicionada a recompensas e castigos. Para Butler, o gênero está diretamente ligado ao corpo, o que significa dizer que a performance de gênero está relacionada a estilos corporais, estando esses submetidos a um sistema de dominação patriarcal.

Feitas tais considerações, deixo claro para ao leitor que, por conta disso não consigo mensurar até que ponto seus discursos faziam jus à realidade; ou se eram meros acessórios de um enredo de sedução.

\*\*\*

Estávamos no período vespertino. Diversos policiais que trabalhavam no setor administrativo entravam e saíam da sala do Comando entregando documentos. Outros pediam permissão para se retirar e encerrar o turno. Tenente estava bastante agitado naquele dia. Isso porque, na noite anterior um dos chefes do tráfico do Morro da Mangueira havia sido morto por facções rivais. Fato que foi noticiado pela mídia com matérias do tipo “*ex traficante é morto por facções rivais*”. – Sobre esta afirmação, ele disse que não existia *ex-puta, ex-policial, nem ex-traficante*. – Segundo ele, a morte daquele homem havia sido fruto de disputa por território do tráfico de drogas no local; não por facções rivais como fora noticiado, mas pelos próprios traficantes que trabalhavam com ele. E acrescentou: “*pior que o babaca morreu pelas armas dos próprios comparsas*”.

Havia outro rapaz na sala que foi apresentado a mim como um novo subcomandante que também trabalharia ali; cabe ressaltar que durante todo o período que frequentei aquele espaço nunca mais o vi lá. Tampouco ouvi falar dele novamente. Quando contei sobre minha pesquisa ele comentou, em tom jocoso “*vai ficar rica às nossas custas, sair por aí dando palestra e escrevendo livro com as nossas histórias, tô ligado no que vocês fazem*”. Logo em seguida perguntou ao subcomandante se poderia se retirar, pois não tinha mais nada para fazer ali. Cordialmente meu interlocutor o liberou, sem demonstrar qualquer resistência. Ficamos apenas nós dois na sala de Comando.

Depois de narrar sua incursão pela comunidade vizinha, contou muito orgulhoso que na semana anterior havia acontecido uma tentativa de “suborno” por parte do tráfico local a um dos policiais que serviam na Unidade e iniciou sua fala.

*“Aqui peço para evitarem ao máximo aceitar esse tipo de coisa porque se você se corrompe você tem que andar de cabeça baixa aqui; e abaixar a cabeça pra vagabundo jamais. Aqui não tem acerto, arrego e nem acordo”.*

Após contar que um dos cabos havia rejeitado um arrego no valor de R\$ 200 mil (duzentos mil reais) e prendido o “vagabundo”, ele afirmou que conversara com o policial, parabenizando-o pela atitude: “*Você fez a coisa certa. Primeiro porque a corporação toda ia ficar sabendo, depois porque você vai dormir tranquilo à noite*”;

Questionei se ele faria o mesmo e a resposta me surpreendeu:

*“Sinceramente? Não. Eu pegaria o dinheiro pra mim e mataria ele depois. Deixaria ele sem nada e depois encheria ele de tiro”.*

Intrigada, perguntei qual era a diferença entre aceitar e aceitar e matar depois, considerando um contrassenso tudo aquilo. “*Estratégia de guerra*”, ele respondeu.

Na sequência, utilizou-se de um trecho do filme Tropa de Elite para se justificar e me explicar melhor a situação. *Em um papel ele escreveu em letras garrafais:*

*OU SE OMITE*

*OU SE CORROMPE*

*OU VAI À LUTA*

Na sequência ele riscou até a rasgar o papel a parte que dizia “*OU SE CORROMPE*” e afirmou vorazmente “*Isso aqui, jamais. Se corrompe não existe aqui*”!

*OU SE OMITE*

~~*OU SE CORROMPE*~~

*OU VAI À LUTA*

Ainda insistindo no assunto questioneei “mas se você aceita os 200 mil você não está se corrompendo?”.

*“Legalmente talvez, mas moralmente NÃO. Se eu dou o bote [categoria usada por ele como uma simulação de aceitação do acordo] estou sendo tático, estrategista. A partir do momento que eu mato ele e tiro tudo que ele tem eu não estou sendo conivente com ele. Estou tirando o espólio de guerra. Aliás, eu adoro estudar estratégias de guerra; tento sempre aplicar no meu dia a dia. Não ensinam isso pra gente na academia. Outro dia eu estava em combate e armei uma estratégia de chegar por trás e dar volta que o vagabundo deve tá até hoje no inferno se perguntando de onde veio aquele tiro. Explodi ele com estratégia de ataque”.*

Na sequência explicou que só poderia trabalhar direito naquela “guerra” se as pessoas que trabalham com ele contribuíssem com seu trabalho e o enxergassem como um verdadeiro líder.

*“Tenho 4 homens de confiança aqui dentro, são 4 pit bul. Vão pro combate mesmo; eles tem uma visão absurda desses esquema. Trocava todas as águas de salsicha daqui de dentro pelos 4. Um deles nasceu em comunidade, conhece toda a movimentação. Tinha toda pré-disposição pra virar bandido, mas, graças a Deus caiu pro nosso lado. O cara é bom mesmo, só de olhar na rua ele sabe a hierarquia do sujeito dentro do esquema. Eu mandei ele sair do Rio, mas ele não pode deixar a mãe dele aqui sozinha. Ele tem um amigo que é do tráfico, sabe? Diz ele que quando vai lá só conversa do passado com o cara e nem toca no ponto profissional. Mas tenho minhas dúvidas, tenho muito medo de que ele se corrompa”.*

No meio da conversa, por coincidência o soldado chegou, com óculos de sol na cabeça. Fui cumprimentada, com um ar um tanto desconfiado, mas logo a atenção foi desviada de mim quando meu interlocutor o questionou sobre a origem dos óculos.

- *“Onde tu arrumou isso”?*

- *“Quer que eu arrume um pra você, chefe”?*

E saiu, rindo bastante.

Quando ele saiu o tenente comentou que era dele que falava anteriormente e que era sempre assim, que ele chegava lá *“cheio das paradas”*. Levava relógio, celular, óculos escuros e outras *“paradas bacanas”*. Mas se adiantou em me explicar que aquelas coisas não eram produto de suborno.

*“Mas não é produto de arrego não. Ele faz pra esculachar mesmo, pra mostrar quem manda. É bom que impõe respeito”.*

Voltando ao assunto anterior ele afirmou que tentava sempre ser líder deles.

*“Na academia eu aprendi a diferença entre ser chefe e ser líder e tento aplicar isso aqui. Eu vou pro combate na linha de frente. Só assim eles me respeitam e me obedecem. Se não fosse assim iam me xingar de viado e daí pra frente e, quando eu pedisse alguma coisa, não iram fazer, ou iram fazer mal feito. Me dá muito tesão quando eles me reconhecem como líder deles, meu trabalho em si me dá muito tesão. Quando eu for promovido e virar capitão eu quero que lembrem do trabalho que eu fiz aqui. Outro dia mataram um infeliz lá em cima e acharam no meio das coisas dele cinco mil reais. Mandeí dividir entre eles e levar a mulher pra jantar no japonês. Tem que ser assim; tem que recompensar senão nada feito: na primeira oportunidade eles me ferram”.*

Dando continuidade explicou sobre a posição do Comandante sobre tudo que se passava ali:

*“O Comandante daqui mesmo não tá nem aí; tá é preocupado com as coisas dele lá fora. Eu mando um zap por dia pra ele falando do que aconteceu aqui e ele responde “ok”. Mas é só pra dar satisfação mesmo, porque ele sabe que quem comanda as operações aqui sou eu. Mas acontece porque ninguém quer assumir esse compromisso. Viu esse subcomandante novo que saiu daqui agora? Já queria ir embora cedo. Ninguém é igual a mim, que tô desde ontem em operação na Mangueira sem banho e ainda venho pra cá tomar decisões”.*

#### **4.2. Formação policial**

Denúncias envolvendo uso abusivo de força policial, excesso abusivo de autoridade, desvios de conduta e violência policial tem ocupam pauta do discurso midiático e político nas últimas décadas. O Plano Nacional de Segurança Pública do Governo Federal lançado em 2000 preocupa-se com estes pontos, correlacionando-os à formação, qualificação e valorização de profissionais na área de segurança, propondo ações garantidoras de uma reforma das políticas públicas de segurança pública.

Naquele mesmo ano é lançado um documento voltado para a orientação e formação policial denominado “Bases Curriculares para Formação dos Profissionais de Segurança do Cidadão. Com o objetivo de nortear a atuação das instituições responsáveis pela formação dos operadores de segurança pública o documento é apresentado como “uma ferramenta de trabalho que auxilie a homogeneização dos cursos de formação e o planejamento curricular” (BRASIL, 2000, p. 6).

Em 2002, o II Programa Nacional de Direitos Humanos (II PNDH) também assinalava a importância de se acrescentar à formação das Academias de Polícia, conteúdo



específico de direitos humanos. Essa preocupação se fez presente na redação do II PNDH, que marcava a necessidade de se modificar o currículo

Denúncias ou justificativas sobre o “uso abusivo da força policial”, o “excesso ou abuso de autoridade”, os “desvios na conduta policial”, “a violência e a corrupção policial”, têm caracterizado o discurso midiático, político e muitas vezes do meio acadêmico sobre a atuação da polícia no Estado do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, diversas explicações e soluções têm sido ensaiadas para dar conta desses problemas sociais e preocupações políticas. Uma resposta recorrente, neste campo, tem sido a crítica às formas tradicionais de educação policial. O “despreparo” dos agentes, a “falta de treinamento”, o “excesso de teoria (desvinculado da prática)”, têm sido alguns dos argumentos explicativos das ações mencionadas.

Como contrapartida, as soluções propostas para “por fim ao problema”, ou pelo menos, mitigá-lo, têm se movido no campo das reformas curriculares do ensino policial. Desde 1999 tem sido realizados projetos e parcerias com universidades e organizações não-governamentais visando diagnosticar e intervir nas unidades de formação das polícias no Rio de Janeiro, sendo que desde 2003 este trabalho se tornou obrigatório a partir da exigência da SESEG da incorporação dos conteúdos da Matriz Curricular Nacional ao ensino<sup>7</sup>.

Por sua vez, outro argumento comumente explicitado na arena pública para dar conta de certas situações de ilegalidade na atuação policial, tem sido a “ausência de normas claras”, de “procedimentos pautados”, de “protocolos”, que orientem ou guiem a ação dos agentes em determinadas situações. Seriam esses protocolos – costuma-se argumentar - que poderiam estabelecer padrões de atuação que permitiriam, por sua vez, um controle previsível e preventivo das ações dos agentes. Na linha desse argumento se tem insistido na necessidade de produzir manuais operacionais sobre a ação policial, em particular, que estivessem de acordo com os princípios constitucionais e com pautas internacionalmente reconhecidas de respeito aos direitos humanos.

Acontece, porém, que a denúncia sobre “abusos policiais”, no Estado do Rio de Janeiro, continua sendo moeda corrente na mídia e mantém as autoridades políticas e policiais envolvidas em novas explicações e medidas para dar conta do problema. Aliás, pesquisas recentes têm mostrado que, no Estado do Rio de Janeiro, mais de 10 mil pessoas civis foram mortas, nos últimos dez anos, em confrontos com a polícia, em casos registrados

como “autos de resistência” (Misse et al, 2011). Por outro lado, segundo dados do Instituto de Segurança Pública, no mesmo período, o total de policiais mortos em serviço foi de 319 em todo o Estado.

Pesquisas empíricas desenvolvidas por pesquisadores vinculados ao InEAC têm explicitado os limites existentes para que novas práticas sejam introduzidas no interior da instituição policial a partir somente da mudança curricular de disciplinas de formação escolar. Nesse sentido, o presente projeto parte da ideia de que não será apenas através da reforma curricular e das mudanças nas formas de ensino, nem apenas através da criação de novas leis, manuais ou protocolos, que as práticas policiais irão se transformar<sup>9</sup>. Isso por vários motivos

Em primeiro lugar, como foi demonstrado em etnografias realizadas nas escolas de formação das Polícias Militares, incluindo a PMERJ (Muniz, 1999; Sá, 2002; Caruso, 2003; Nummer, 2005; Storani, 2008; Rodrigues, 2011), e como é recorrentemente manifestado por policiais militares, o fazer policial não se apreende na escola, mas em outros âmbitos de socialização profissional. “O ser policial se aprende na rua”, “no batalhão você desaprende o ensinado na escola”, são expressões de policiais que, em parte, caracterizam essa afirmação<sup>10</sup>.

É possível constatar nesse tipo de argumentação diferentes representações, as quais tratam de opor o espaço da academia – escolar - ao espaço “operacional” do trabalho – não escolar, ou, demonstrando, em outros termos, a pretensa dificuldade de composição entre a teoria e a prática. Nessa representação, o conhecimento adquirido de forma escolarizada não “serviria” para o dia a dia, porque a teoria transmitida, ensinada e aprendida na academia estaria desvinculada da prática, não refletindo a situação do agente na rua, no batalhão, no trato com a população, com os eventuais “suspeitos”, com o “perigo e imprevisibilidade” próprios da ação policial.

Contudo, em outros trabalhos (Kant de Lima, 2008), temos evidenciado o fato dessa oposição não ser tão determinante, pois o que tem sido possível constatar é que a prática policial tem sua própria teoria, e, por sua vez, a teoria das escolas de formação da polícia, aliás, caracteristicamente própria de um saber militarizado e dogmático, também tem sua própria prática. Quer dizer, destaca-se aqui o fato de não se tratar de uma oposição entre teoria e prática, mas de teorias distintas que conformam práticas distintas as quais, ora se

complementam, ora se suplementam. Uma própria de uma socialização escolarizada (Resende, 2010)<sup>11</sup>; e outra característica da socialização institucional não escolarizada, adquirida na prática, cujos parâmetros, como explicitamos mais adiante, não são aqueles da disciplina escolar e do material didático, nem dos manuais, nem das normas, mas de regras próprias de uma ética e tradição particularista e, por isso mesmo, de viés corporativo.

Em segundo lugar, seguindo essa argumentação, também a questão da ausência de, ou da necessidade de criar, protocolos, manuais ou normas que orientem os procedimentos policiais se depara com o problema da legitimidade que tais (novas) regras terão na visão dos agentes. Neste sentido, cabe mencionar que o acompanhamento da reforma administrativa da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, conhecida como “Programa Delegacia Legal”, tem demonstrado que a incorporação de novas tecnologias e procedimentos de registro das informações policiais, tendentes a padronizar o trabalho dos agentes, não é, nem poderia ser, automaticamente assimilada pelos policiais (Miranda, Oliveira e Paes, 2010).

Em parte porque as mudanças foram impostas a eles sem consulta prévia, de “cima para baixo”. Em parte, e principalmente, porque as novas formas causavam turbulências em valores e práticas costumeiras de desenvolver o trabalho (divisão de tarefas, administração do tempo e dos recursos, entre outras). Tal experiência demonstrou que qualquer reforma dos modos de trabalho não é apenas um problema de gestão, mas que para ter uma incidência concreta nos valores e concepções que orientam o trabalho policial tais mudanças devem envolver a adesão das pessoas envolvidas nelas.

Este ponto coloca para o presente projeto a questão sobre as expectativas e efeitos das políticas públicas de reforma institucional e levanta uma importante questão teórica a ser trabalhada vinculada à reflexão sobre os efeitos de mudanças sociais dirigidas e as racionalidades que operam nelas, ou que se defrontam, convivem, ou resistem a elas. Se nas polícias, “tudo parece mudar para ficar igual” (Paes, 2006), é importante analisar empiricamente e refletir teoricamente sobre a relação entre os modos tradicionais e costumeiros de atuar e desenvolver o trabalho – a rotina burocrática e operacional- e as inovações produzidas por políticas públicas ou medidas administrativas que buscam incidir nesses modos. Ou, em outras palavras, sobre a relação entre o tradicional e o novo.

Das normas e a explicitude dos protocolos é relativa, não em relação às leis – vistas como regras abstratas, mas a uma ética policial cujas referências são as tradições, regras e práticas institucionais, mas não necessariamente legais (Kant de Lima, 1995). Esse problema da legitimidade das regras coloca em questão, portanto, as possibilidades de mudar o comportamento policial e o controle sobre o mesmo a partir da instauração de referências e parâmetros abstratos de atuação, pois tal comportamento está vinculado a formas de legitimidade que não as legais. De fato, faz parte da rotina dos policiais responder a ordens, pedidos ou situações que não podem ser enquadradas legalmente. Tais ações, longe de serem aleatórias ou arbitrárias, respondem a padrões institucionalmente instaurados e legitimados, mas não necessariamente legal ou normativamente previstos. Mais uma vez, nos encontramos diante de “outro” protocolo, que mais do que se referenciar na lei, se referencia na rotina e na tradição (aquilo que sempre se fez assim). Ponto que reafirma o foco desse projeto.

Em quarto lugar, destacamos o fato da polícia estar pautada por diversas tradições e éticas que conformam sistemas de regras, teorias e práticas, referenciadas em valores às vezes complementares, às vezes opostos e/ou contraditórios. Em que medida e em que situações atuam uma ou outra ética ou tradição? Em qual cada uma delas é legitimada? Em particular, como atuam e se relacionam a ética escolarizada das escolas de formação da polícia com a ética não escolarizada do mundo “operacional”? Como se dá o trânsito entre o mundo da academia e o fazer policial - ou, em palavras de Rodrigues (2011) entre a “caserna” e a “rua”? Como atuam e influenciam essas tradições quando são incorporadas ou, inclusive, impostas novas rotinas e procedimentos? Essas são algumas perguntas que orientarão esse projeto.

Assim, chamamos a atenção de ser pelo fato da atuação policial ter referência em outras regras, padrões, protocolos e/ou teorias que muitas das ações policiais “ilegais” – classificadas, como mencionamos no início, como “excessos”, “abusos”, “desvios”, “corrupção”- podem não ser assim percebidas pelos próprios agentes, pois, afinal de contas, eles estão respondendo a “alguma” (outra) norma. Essa constatação etnográfica (Kant de Lima, 2008; Kant de Lima, Pires & Eilbaum, 2008; Caruso, 2003; Rodrigues, 2011; Oberling, 2011, Silva, 2012) indica a relevância de uma pesquisa como a aqui proposta que, com dados etnográficos tratados de um ponto de vista comparativo, possa explicitar para os

mesmos atores, e para o público em geral, as tradições das quais essas regras fazem parte constitutiva.

### **4.3. Hierarquia e saber/fazer policial**

Conforme apontado até este ponto do trabalho diversos discursos circulam entre os agentes policiais que compõem o universo da UPP Providência. Se por um lado há profissionais preocupados em concretizar a proposta de policiamento de proximidade através da “educação” e promoção de projetos sociais e profissionais nas mais diversas áreas, há também policiais que mantem seus discursos e práticas vinculadas ao tradicional discurso de guerra e eliminação do inimigo.

Não por acaso, os mesmos dados que apontam para a complexidade das práticas e discursos de agentes que atuam operacionalmente na comunidade, também percebem essa dinâmica nos discursos do comando.

Durante o período que estive na UPP aconteceu um fenômeno classificado pelos policiais lotados na Unidade por “*dança das cadeiras*”. Mudança de comando. Frequentava a UPP há pouco mais de dois meses quando a mudança foi anunciada. O Primeiro Comandante foi substituído pelo Segundo Comandante. Tenente, o subcomandante, permaneceu na Unidade.

De certa forma a complexidade dos discursos que circulavam na UPP podem ser associadas aos rumos conferidos à atuação da Polícia Militar naquela comunidade, a partir das orientações ditadas pelo comando. Quando cheguei à UPP, fui apresentada ao Primeiro Comandante que de certa maneira mostrava-se preocupado em promover as propostas de projetos sociais e manter boa relação junto à comunidade. Num momento inicial a imagem passada pelo Primeiro Comandante foi a de que os projetos sociais promovidos pela UPP visam à aproximação dos moradores com a polícia, a partir de um tratamento mais respeitoso. E que, a partir desta aproximação, buscava-se a possibilidade de inserção e aperfeiçoamento profissional, principalmente a partir das crianças a partir das interlocuções com policiais, sobretudo policiais femininas.

Pouco tempo depois, a função de comando foi preenchida por um oficial com perfil um pouco diferente, cujas práticas se afastavam consideravelmente das propostas do comandante anterior. Isto porque, preocupado em avançar dentro de sua carreira policial, o Segundo Comandante ausentava-se constantemente da Unidade, deixando o efetivo comando a cargo do subcomandante: Tenente. Este foi quem de fato passou a comandar as operações e incursões no morro. Embora fosse formado há poucos anos enquanto oficial, ele não poderia ser considerado um novato. Sua carreira envolvia anos enquanto praça da Polícia Militar na condição de soldado, precedida de uma passagem pelas forças armadas.

Conforme explicitado anteriormente, na primeira visita em meados de maio o então Comandante comentou orgulhoso sobre a ausência de registros por mortes em confrontos com a polícia e/ou homicídios na comunidade. Naquela primeira ocasião, porém, foi apresentado um modelo de projetos sociais de esportes e outros projetos profissionalizantes destinados a crianças, jovens e adultos, oferecidos em parceria do governo junto a instituições privadas como a FIRJAN, o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas). Segundo ele, a promoção desses projetos era articulada no intuito de possibilitar o fortalecimento e a construção de uma relação de confiança com o policial.

Inclusive, a apresentação do espaço da Comunidade foi direcionada neste sentido. O Primeiro Comandante exibia orgulhoso as salas onde são oferecidos cursos de artesanato, bem como o espaço onde as atividades esportivas eram desenvolvidas. Além disso, uma capela anteriormente desativada<sup>29</sup> fora restaurada no intuito de permitir a realização de casamentos de moradores, bem como de promover missas para que os moradores não precisassem se deslocar a pontos mais distantes. De igual modo, no pátio da unidade havia ainda um espaço destinado à plantação de uma horta para a comunidade, o que ampliaria, ainda mais, as atividades a serem desenvolvidas.

Meses depois, porém, a partir do afastamento do Primeiro Comandante, o cenário havia mudado. A morte de um adolescente apresentado como traficante de drogas, cuja repercussão tomou conta das mídias de informação e na qual Tenente atuou de forma

---

<sup>29</sup>Esta Unidade se difere das demais, instaladas em *containers* por estar em um prédio cedido para suas instalações pertencentes a uma igreja.

determinante, representou o início de uma série de incursões no sentido de combate mais duro ao tráfico na comunidade.

Na visita seguinte, em conversa com policiais aos quais já fora anunciada a alteração de comando, estes frisaram as dificuldades decorrentes daquela mudança. Particularmente o quanto era prejudicial à relação entre policiais e moradores, no que se refere à dificuldade de criação de vínculos de continuidade entre a polícia e a comunidade. Uma das policiais demonstrou preocupação uma vez que o Primeiro Comandante estava lotado ali há dois anos e preocupava-se em criar e promover projetos esportivos e profissionalizantes de modo a possibilitar a aproximação entre UPP e crianças e jovens. Por conseguinte, a policial temia que a mudança de Comando afetasse a relação com muitos jovens e crianças que frequentavam o espaço; neste sentido o soldado afirmou que o distanciamento destes significaria a (re)aproximação com o tráfico de drogas.

Durante uma conversa informal com outros policiais da unidade, uma categoria foi utilizada diversas vezes pelos interlocutores quando se referiam à chamada dança das cadeiras, relacionada à constante troca de comandos. Neste viés, um dos policiais ressaltou a necessidade de o Comando ser “*o corpo do peixe*”. Explicou na sequência que quando alguém naquele espaço age como “*a cabeça do peixe*”, ou seja, trabalha bem, segue à risca regras, leva benefícios evidentes ao espaço de trabalho, ele tão logo será transferido. Por outro lado, se ele agir como o “*rabo do peixe*”, aquele que não faz seu trabalho de acordo com as expectativas da corporação, este também será desligado dali e enviado para locais de trabalho ruins, classificados como extremamente perigosos.

Praticamente um ano após a saída do Primeiro Comandante, os projetos sociais, embora ainda existam na UPP, não representam o discurso oficial norteador das atividades do comando. Estes permanecem a cargo exclusivamente das policiais do gênero feminino. O Segundo Comandante pouco está presente na Unidade, salvo raras exceções, sobretudo quando há promoção de eventos públicos, voltados para a mídia. Até o fechamento desta pesquisa, o discurso que imperava na Unidade se distanciava explicitamente da noção de paz. A liderança Tenente neste processo é absoluta, uma vez que representa uma liderança que se faz presente e é reconhecida por seus comandados.

Em março desse ano um policial da UPP foi baleado na porta da sede em plena luz do dia. As incursões em busca de armas e drogas, que já vinham sendo constantes, se intensificaram, sempre sob a batuta de Tenente. Em decorrência, tanto os projetos sociais quanto os discursos voltados para mediação e administração de conflitos não representam parcela substancial da atuação da PM naquele espaço, pelo contrário, permanecem em segundo plano. Mais recentemente uma imagem tomou repercussão na mídia nacional. Um grupo de policiais militares da UPP foram filmados no que parecia representar uma situação forjada de resistência.

Considerando os elementos elencados acima, ressaltam-se os perfis dos comandantes e suas possíveis implicações nas formas de organização da UPP na localidade estudada. São dois comandantes que tiveram em comum o mesmo subcomandante. Sob o comando do Primeiro, o subcomandante parece ter operado de acordo com as diretrizes que preconizavam o diálogo e a proximidade com a população. Isso não quer dizer que tenha atuado prazerosa e ativamente junto à população, mas certamente não pôde dar relevo ao seu conjunto de crenças sobre o fazer policial. Já durante o Comando do Segundo Comandante, e seus afazeres externos para subir na hierarquia da carreira, foi possível para Tenente atuar de maneira a exercitar sua voz de comando sobre os praças da Unidade. E, o mais importante, apoiado por seus comandados para em muito pouco tempo redirecionar a atividade daquela UPP a rumos mais condizentes com as formas tradicionais de policiamento ostensivo em áreas de favelas.

Em linhas gerais, o Primeiro Comandante parece ter sido, durante dois anos, uma liderança reconhecida por parte da população e do próprio efetivo policial. No exercício de sua função, parece ter mobilizado com sucesso os enunciados relativos à Unidade de Polícia Pacificadora enquanto uma modalidade de policiamento de proximidade. O que teria levado a um arrefecimento das relações conflituosas não apenas entre policiais e possíveis criminosos, mas também entre os próprios criminosos. Afinal, as disputas territoriais para a estruturação do mercado de drogas e armas entraram em suspensão por um período significativo. O discurso carismático, veiculando elementos normativos atinentes à política pública, pareceu estar a serviço de desenvolver uma nova tradição na relação da polícia militar com um segmento da população historicamente segregado.



Já o Segundo Comandante, por um lado, esteve a maior parte do tempo ausente nas ocasiões em que realizei trabalho de campo. Neste ínterim, quando entrevistado, fez referência aos postulados da UPP como se esta fosse uma experiência distante. Afinal, ele era novo na Unidade e, ao mesmo tempo, estava realizando vários cursos necessários para a ascensão na carreira. Não por acaso, nas vezes que conversamos, recorria ao subcomandante quando era necessário falar do cotidiano do policiamento na favela. Pareceu-me, assim, que suas preocupações eram muito mais burocráticas, não tendo maiores afinidades com a política pública que, ocasionalmente, estava servindo como comandante.

O referencial teórico norteador das reflexões propostas para este trabalho parte das tipologias formuladas por Weber (1991) a fim de relacionar as práticas policiais ao monopólio do uso legítimo da força naquele território, visando perceber a partir de situações concretas os fatores norteadores que condicionam a autoridade exercida pelos detentores de poder naquele espaço, no caso a Polícia Militar. Elucida-se, primeiramente, que estes tipos de dominação não se revelam necessariamente de forma isolada, podendo inclusive haver situações em que dois ou três tipos de dominação se reorganizem e operem harmônica e conjuntamente.

A primeira vez que comecei a pensar sob essa perspectiva foi em uma festa de dia das crianças, promovida pela UPP, em parceria com a FIRJAN. Àquela altura eu refletia apenas sobre a dominação da política pública em si, sem analisar mais detidamente a posição de cada ator policial e sua parcela individual de exercício de poder. O tipo de dominação que norteia a atuação da Polícia Militar, tanto de dentro para fora, quanto de dentro para dentro, pode ser classificada enquanto burocrática. A obediência e o controle dentro da corporação são institucionalmente reconhecidos e reproduzidos. A hierarquia legitima esse tipo de dominação, na medida em que as ordens e poderes se propagam pela tradição, uma vez que os inferiores na hierarquia obedecem às ordens por força da tradição. Logicamente, há de igual modo, uma relação com as próprias leis e ditames constitucionais que constituem a polícia tal como se apresenta. Entretanto, nesse caso em específico, a dominação burocrática se revela muito mais forte. Um quadro com fotos 3x4 de todos os policiais militares lotados naquela Unidade, organizadas na forma de uma pirâmide, ocupando uma parede inteira na sala da administração da UPP, me lembrava sobre a posição daqueles agentes dentro da hierarquia todas as vezes que chegava à Unidade.

De certa forma a instituição parece visar a todo tempo conquistar a confiança e a simpatia da comunidade a partir da aproximação com seus moradores. Todavia nos seus próprios termos. Isso se revela tanto na promoção de eventos quanto em outras ocasiões específicas, vinculadas às tentativas de levar os moradores a frequentarem os espaços da Unidade. Discursivamente a Polícia Militar visa alcançar uma outra forma de dominação (WEBER, 1994) dentro daquela comunidade, diferente da dominação tradicional exercida pela instituição, baseada no uso não gradativo da força. Entretanto, cada ator responsável pelo comando da UPP age a partir de uma perspectiva de dominação, que embora frequentemente se confundam ou se entrelacem, podem ser construídas e enfatizadas a partir de tipologias formuladas de forma abstrata. Operando na construção de um quadro verossímil para a compreensão sociológica do fenômeno social.

Conforme frisado, o primeiro comandante da UPP buscava a confiança da comunidade, lançando mão de um discurso próprio da administração e mediação de conflitos. Neste exercício, buscava subordinar os moradores à crença de “mudança de vida”, através das medidas por ele adotadas. A partir da mudança de comando, quando o Segundo Comandante assume uma posição de (quase) abandono da Unidade nas mãos do subcomandante. Ele estava empenhado em subir dentro da hierarquia da Polícia Militar, realizando cursos e afins atendendo, portanto, às formas de dominação burocrática e tradicional da instituição. Com isso há uma mudança de rumo nos referenciais de prestação dos serviços policiais anteriormente adotados, imprimindo uma reviravolta.

O subcomandante, nitidamente, assume dois papéis no que se relaciona à dominação, na medida em que, pra dentro da instituição, em relação aos seus subordinados ele se coloca como um líder carismático; para fora, em sua relação com a comunidade, assume uma postura de igual modo burocrática, todavia não uma postura de burocrata-legal, mas de burocrata-inquisitorial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a chegada das UPPs e os possíveis (re)arranjos e efeitos provenientes da implementação destas Unidades, assim como a consequente presença permanente da polícia em algumas favelas cariocas, o principal objetivo desse trabalho foi a compreensão das relações travadas entre a polícia militar e moradores da região abrangida pela UPP Providência. Considerando as representações do campo e os discursos policiais pude observar de que maneira a proposta de polícia de proximidade e os conflitos inerentes a esta aproximação são compreendidos, representados e assimilados pela efetivo policial que atua na favela, na medida em que se afastam e/ou se aproximam da proposta formal do modelo de policiamento proposto pela nova política pública de segurança pública. Os elementos apresentados foram resultados de meses de observação direta, depoimentos e entrevistas formais e informais junto aos agentes policiais que atuam na Unidade Providência.

O processo de pacificação iniciado em 2008, que culminou na implantação das UPPs em distintos territórios da cidade do Rio de Janeiro, apresenta como principal objetivo o estabelecimento de um novo paradigma de relação entre a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e a população local. Neste processo, territórios identificados como regiões de domínio armado, muitas vezes vinculado ao tráfico de drogas, receberam uma Unidade de Polícia Pacificadora fixa orientada para o desenvolvimento de ações policiais que priorizam a aproximação com a população, a viabilização de serviços públicos prestados pelo estado e a redução do enfrentamento bélico. O modelo inspirado na proposta de policiamento comunitário, é apresentado como uma alternativa para o rompimento com as práticas policiais próprias do modelo de policiamento tradicional.

Neste processo de compreensão das relações travadas entre moradores e policiais busquei explicitar a composição deste cenário. Inicialmente, parto da análise do cotidiano daquela favela. Para tanto refleti sobre as demandas apresentadas por moradores aos policiais que ali atuam. É interessante perceber que boa parte das demandas de cunho social e estrutural são direcionadas diretamente aos policiais militares da UPP durante as reuniões comunitárias. Neste sentido, é possível auferir que os moradores compreendem na pessoa do policial militar, que está ali por ocasião da instalação da Unidade de Polícia Pacificadora, uma espécie de mediador junto ao governo no contato com órgãos responsáveis pela

prestação destes serviços.

Neste contexto, a atuação da UPP na favela perpassa por pontos antes negligenciados. Por si só esta transformação de perspectiva exige por parte da polícia para com os moradores e dos moradores para com a polícia, uma mudança substancial de práticas.

O policial, portanto, no dia a dia passa a desempenhar um novo papel voltado para uma atuação de proximidade que, ao mesmo tempo em que se preocupa em dirimir demandas de cunho social encaminhadas nos termos expostos anteriormente à UPP, de igual modo mantém-se a perspectiva de combate à criminalidade nesse mesmo território. Esta nova dinâmica em que a polícia militar passa a exercer uma dupla função, mantém e exhibe uma articulação complexa, muitas vezes antagônicas fortemente atreladas às intervenções realizadas em territórios da pobreza (MACHADO DA SILVA, 2008), onde o tradicional “discurso de guerra” que prioriza a intervenção violenta no que se relaciona à conflitos envolvendo tráfico de drogas (con)funde-se com o “discurso da proximidade”.

Assim, a proximidade entre policiais e comunidade significou uma mudança estrutural não apenas no cotidiano daquela comunidade, mas sobretudo na relação dos policiais que ali atuam para com a comunidade. A simples mudança de postura de uma polícia que tinha como praxe “subir o morro, matar meia dúzia e ir embora”, como afirmavam meus interlocutores, que passa a ter contato com o cotidiano da favela e as demandas dos moradores dessa localidade é por si só significativa.

Por outro lado, tais aproximações não significam, necessariamente, uma mudança nas representações e no imaginário a concretização de interlocuções mais respeitadas.

A partir da especificação dos discursos policiais contrastivos entre si, que variam entre a interação com a comunidade e o tradicional discurso de policiamento ostensivo voltado para a eliminação do tráfico de drogas. Percebo a hegemonia presente na própria instituição polícia militar que trata determinados territórios de maneira diversificada e, por essa mesma lógica autorizaria um tratamento diversificado dentro do próprio território que se pretende pacificado. Por esta razão, muitos policiais que atuam na UPP apresentam resistência à proposta das UPPs.

Percebe-se, portanto, que a proposta de polícia comunitária e/ou de proximidade se afastou consideravelmente do previsto no projeto piloto das UPPs. Se, por um lado, alguns

atores policiais permanecem vinculados aos pressupostos da polícia tradicional, puramente repressiva, voltados para a guerra e eliminação do inimigo. Por outro lado, os atores que se afastam dessa perspectiva buscam respaldo no controle e dominação dos indivíduos dessa localidade. Não há na prática diálogo entre os moradores e a polícia. Não são considerados elementos culturais próprios da favela, mas, pelo contrário, tais noções são identificadas e reconhecidas como impeditivas à manutenção da ordem. Desta forma os vínculos entre polícia e moradores não são substancialmente alterados na prática. Diante da ausência de diálogo o que se reproduz é um modelo militarizado através do qual quem detém o poder determina os rumos das interações.

Evidentemente uma atuação voltada para a educação de crianças e adolescente, inobstante os entraves expostos até este ponto do trabalho, são mais proveitosas do que aquelas vinculadas à percepção da favela como um território inimigo. Isto porque tal perspectiva resulta em uma nova forma de “fazer policial” que são mais respeitosa do que as tradicionais formas de policiamento. Contudo, esta postura implica numa relação verticalizada, onde a favela e o favelado são compreendidos como objeto de inversões que ignoram a posição de produção e ressignificação de saber por parte dos “dominados”. Sendo assim, a polícia é representada como fonte exclusiva de saber, o que reduz a aproximação a um movimento unilateral e sem qualquer relação de reciprocidade.

Neste sentido, embora o governo insista em afirmar que as UPPs representam uma experiência de policiamento comunitário, olhando mais atentamente é possível perceber que as Unidades permanecem vinculadas às antigas lógicas de policiamento dos modelos antigos modelos de policiamento. De modo que, a proximidade entre o efetivo e os moradores locais limita-se a uma proximidade meramente física, sem que isto desponte interlocuções mais respeitosa ou humanas. Na prática, a proposta se concretiza, desde sua implementação, através da legitimação do uso de meios violentos em detrimento dos direitos fundamentais, uma vez que a gestão do conflito social está baseada no uso da força. Sendo assim, a ideia de necessidade e respeito aos direitos dos cidadãos é percebida pela corporação como um obstáculo ao desempenho do trabalho policial.

Talvez essa percepção se revele enquanto o principal obstáculo à estabilização do projeto social considerando-se que num primeiro momento houve uma ínfima alteração na forma como são deflagradas as incursões de repressão ao crime no âmbito do policiamento

nas favelas. Sobretudo porque permanece o discurso institucional atrelado às noções de guerra, onde há o controle da intimidade dos moradores, o que representa um estopim de conflitos entre policiais e habitantes da área. A lógica regente das relações entre a polícia e comunidade desqualifica a opinião e as tradições dos moradores quando denunciam esses abusos de autoridade, ou mesmo quando põe em questionamento o modelo de política pública adotada. A regra é a suspeição de que estas pessoas estariam protegendo ou defendendo o tráfico, visão esta consagrada pela representação de que a favela consubstancia um território inimigo passível de ser conquistado.

Assim, o discurso de pacificação bem poderia representar uma nova moldura da política de guerra ao crime e ao tráfico. Ora, não foi possível constatar uma mudança real na postura de policiamento, sobretudo porque há grandes divergências entre os agentes que atuam nessa UPP. Além de que, a UPP representa a continuidade de um modelo de política pública favorecedora da segregação e fragmentação da cidade, uma vez que é projetada em ações para as favelas, ainda hoje vistas como um lugar típico das classes perigosas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. Políticas Públicas de Segurança e Justiça Penal. Cadernos ADENAUER, São Paulo, v. IX, p. 9-27, 2008.

ALBERNAZ, E.R.; CARUSO, H.; PATRÍCIO, L. Tensões e desafios de um policiamento comunitário em favelas do Rio de Janeiro: o caso do Grupo de Policiamento em Áreas Especiais. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 21. n. 2, p. 39-52, jul./dez. 2007.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITES POPULARES DA COPA. Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil. Sl: Sn, 2012. Disponível em: [https://comitepopulario.files.wordpress.com/2011/12/dossie\\_violacoes\\_copa\\_completo.pdf](https://comitepopulario.files.wordpress.com/2011/12/dossie_violacoes_copa_completo.pdf). Acesso: 23/12/2015.

BAPTISTA, B. G. L. *Tese entre querer e poderes: paradoxos e ambiguidades da imparcialidade judicial*. Tese (Doutorado em Direito). Universidade Gama Filho, 2012.

BATISTA, Vera Malaguti. O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BORDIEU, Pierre. O Poder Simbólico (5ª edição). São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ALVITO, Marcos e ZALUAR, Alba (orgs.). Um século de favela. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

\_\_\_\_\_. PEREIRA, Luiz, CAVALCANTI, Mariana, BRUM, Mario, AMOROSO, Mauro. O Efeito UPP na Percepção dos Moradores de Favelas. In: Desigualdade e Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, n. 11, ago/dez 2011, p. 49-98. Disponível em: <http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/4artigo11.pdf>. Acesso: 02/01/2016.

CANO, Ignacio (coord). (2012), “Os donos do morro’: Uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro, LAV-Uerj, disponível (on-line) em: <http://www.lav.uerj.br/docs/rel/2012/RelatUPP.pdf>

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto – O trabalho do antropólogo. 2. Edição. Brasília: Paralelo 15; São Paulo Editora UNESP, 2000.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. Questões preliminares para a discussão de uma proposta de diretrizes constitucionais sobre a segurança pública. Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo, n. 22, p. 139-181, abr/jun, 1998.

\_\_\_\_\_. O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

CESeC. Unidades de Polícia Pacificadora: O Que Pensam Os Policiais. Relatório de Pesquisa. Março 2011.

\_\_\_\_\_. Unidades de Polícia Pacificadora: O Que Pensam Os Policiais. Relatório de Pesquisa. 2012.

DAMATTA, Roberto. Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DE OLIVEIRA MUNIZ, Jacqueline; MELLO, Kátia Sento Sé. Nem tão perto, nem tão longe O dilema da construção da autoridade policial nas UPPs. Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 15, n. 1, p. 44-65, 2015.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2004.

FARO DE CASTRO, Marcus. Formas jurídicas e mudança social: interações entre o direito, a filosofia, a política e a economia. São Paulo: Saraiva/Direito GV, 2012.



FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser Afetado. Cadernos de Campo. n.13:155–161, 2005. In <http://antropologiacritica.files.wordpress.com/2013/11/favret-saada-jane-ser-afetado.pdf> . Acesso em 12/01/2016.

FOUCAULT, M. A Ordem do Discurso – Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo. Ed. Loyola: 1996.

\_\_\_\_\_. A verdade e as formas jurídicas. 2. ed., Rio de Janeiro: NAU Editora, 1999.

GARAPON, Antoine. Bem Julgar: ensaio sobre o ritual judiciário. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

GARLAND, David. A nova cultura do controle do crime. In: A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro, Renavan, 2008.

GEERTZ, Clifford. “Do ponto de vista dos nativos”: a natureza do entendimento antropológico. In: O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. O Saber Local: novos ensaios de antropologia interpretativa. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

KANT DE LIMA, R.; MISSE, M.; MIRANDA, A. P. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal. BIB, Rio de Janeiro, n. 50, 2008.

\_\_\_\_\_; LUPETTI, Bárbara. “O desafio de realizar pesquisa empírica no Direito: uma contribuição antropológica”. paper apresentado no 7ª encontro da ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política. 04 a 07 de agosto de 2010. Recife/Pernambuco.

\_\_\_\_\_. In Roberto Kant de Lima et al. (.org), Entre a guerra e a pacificação: Paradoxos da administração institucional de conflitos no Rio de Janeiro, disponível em

<http://www.proppi.uff.br/ineac/entre-guerra-e-pacificacao-paradoxos-da-administracao-institucional-de-conflitos-no-rio-de-janeiro>. 2010.

\_\_\_\_\_. Cultura Jurídica e Práticas Policiais: a tradição inquisitorial. In In LIMA, Roberto Kant de. Ensaios de Antropologia e de Direito: acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

\_\_\_\_\_. Entre as leis e as Normas: Éticas corporativas e práticas profissionais na segurança pública e na Justiça Criminal. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 6 – n. 3 - OUT/NOV/DEZ 2013.

LEITE, Márcia Pereira. (2000), "Entre individualismo e solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro". Revista Brasileira de Ciências Sociais, 44:73-91.

\_\_\_\_\_. Da “Metáfora da Guerra” ao Projeto de “Pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. Revista de Segurança Pública. São Paulo, v. 6, n. 2, 2012.

LIMA, Roberto Kant de. Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, n. 13, p. 23-38, Nov. 1999. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010444781999000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444781999000200003&lng=en&nrm=iso).

MACHADO DA SILVA; L. A; LEITE, Márcia da Silva Pereira. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.). Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MACHADO, L. Introdução. In: MACHADO, L. Vida Sob Cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

\_\_\_\_\_. Afinal, qual é a das UPPs? Março/2010. Disponível em: [http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/artigo\\_machado\\_UPPs.pdf](http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/artigo_machado_UPPs.pdf)

MANUAL DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO: Polícia e Comunidade na Construção da Segurança Pública. Núcleo de Estudos de Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP). 2009.

MISSE, Daniel Ganem; CARVALHO, Rodrigo. Policiamento Comunitário no Rio de Janeiro. In: ANAIS XVI Congresso Nacional do CONPEDI, 16, 2007. Disponível em: [http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/bh/daniel\\_ganem\\_misse.pdf](http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/bh/daniel_ganem_misse.pdf). Acesso: 05/12/2015.

MISSE, Daniel Ganem. Políticas sociais em territórios pacificados. Tese (doutorado), PPGSD, UFF). 2013.

\_\_\_\_\_. Cinco anos de UPP: um breve balanço. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 7, n. 3, p. 675-700, 2014.

MISSE, Michel. (1997), “As ligações perigosas: Mercados ilegais, narcotráfico e violência no Rio”. Contemporaneidade e Educação, Vol. 2, no 1, pp. 93-116.

\_\_\_\_\_. “Os rearranjos de poder no Rio de Janeiro”. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=959>. Acesso: 09/09/2015.

MUNIZ, J. Ser policial é, antes de tudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Ciência Política apresentada ao Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

\_\_\_\_\_. A Crise de Identidade das Polícias Militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da Formação Profissional. Trabalho apresentado a REDES 2001. Washington, DC, Center for Hemispheric Defense Studies, ocorrido entre 22 e 25 de maio, 2001. <http://www.comciencia.br/entrevistas/jacquelinemuniz.htm>. Acesso: 24/09/2015.

MUSUMECI, L. et al. Ser policial de UPP: aproximações e resistências. Boletim Segurança e Cidadania, v. 14, p. 1-28, 2013.

NASCIMENTO, Vânia. DOS TRIBUNAIS DO TRÁFICO À MEDIAÇÃO DE CONFLITOS: Um estudo das representações sobre a administração institucional e conflitos em uma Unidade de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro. Dissertação UFF/PPGA, 2013.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. A dimensão simbólica dos direitos e a análise de conflitos. Revista de Antropologia da USP, Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – vol. 53(2), julho-dezembro 2010, São Paulo, SP.

\_\_\_\_\_. Direito Legal e Insulto Moral. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

PIRES, Lenin. Esculhamba, mas não esculacha. Um relato sobre os usos dos trens urbanos da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, enfatizando as práticas de comerciantes ambulantes e conflitos existentes entre estes e outros atores, naquele espaço social. Niterói, 2005.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Panorama dos Territórios: UPP Providência. IPP/UPP Social, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://uppsocial.org/territorios/providencia>. Acesso em 12/09/2015.

ROCHA, Lia de Mattos; PALERMO, Luís Claudio. ‘O morro está na calmaria’: Mídia impressa e o repertório da paz no contexto da pacificação. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, p.25-40, mar. 2015. Disponível em: <<http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/DILEMAS-8-1-Art2.pdf>>. Acesso em 03/09/2015.

SENTO-SÉ, João Trajano Lima. Imagens da Ordem, Vertigens do Caos. O Debate Sobre as Políticas de Segurança Pública no Rio de Janeiro, nos Anos 80 e 90. Arché Interdisciplinar. Rio de Janeiro, v. VII, n.19, p. 41-73, 1998.

\_\_\_\_\_. et al. A GUERRA DA PROVIDÊNCIA: Uma análise da ocupação pelo exército da favela da Providência no Rio de Janeiro em março de 2006. 2006. Laboratório de Análise da Violência (LAV) - UERJ. Disponível em: <[http://www.lav.uerj.br/docs/rel/2006/guerra\\_provid\\_rio\\_2006.pdf](http://www.lav.uerj.br/docs/rel/2006/guerra_provid_rio_2006.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2015.

SKOGAN, Wesley G. (2008), “An Overview of Community Policing: Origins, Concepts and Implementation”. Em: WILLIAMSON, Tom (org). *The Handbook of Knowledge-based Policing: Current Conceptions and Future Directions*. Chicago, John Willey & Sons, pp. 43-57.

SOARES, Barbara e Musumeci, Leonarda. *Mulheres Policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_; LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda e RAMOS, Silvia. O que pensam os policiais. *Revista Ciência Hoje*. Vol. 49, n. 294, julho de 2012.

\_\_\_\_\_. UPPs: uma polícia de que gênero? Relatório parcial da pesquisa *Mulheres Policiais nas UPPs: Experiências e Representações*. 2013. Disponível em: <http://www.ucamcesec.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/12/3-UUPs-Barbara-web.pdf>. Acesso: 07/02/2016.

SOUZA, Taiguara Líbano Soares. *Constituição, Segurança Pública e Estado de Exceção Permanente: A Biopolítica dos Autos de Resistência*. Rio de Janeiro, 2010. Dissertação de Mestrado em Direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

VALLADARES, L. do P. *A Invenção da favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VELHO, Gilberto. “Observando o Familiar”. In: *Individualismo e Cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1981.

VENTURA, Zuenir. (1994), *Cidade partida*. São Paulo, Companhia das Letras.

ZALUAR, Alba. Crime, medo e política. In: ALVITO, Marcos e ZALUAR, Alba (orgs.). Um século de favela. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ZAVERUCHA, J. FHC, Forças Armadas e Polícia: Entre o Autoritarismo e a Democracia. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2005.

\_\_\_\_\_. Relações Civil-Militares: o legado autoritário da Constituição Brasileira de 1988. In: Edson Teles e Vladimir Safatle. (Org.). O que restou da ditadura – a exceção brasileira. São Paulo: Editorial, 2010.